

Caderno Agimos Observa

Mapeamento da dança no Rio Grande
do Sul - a pesquisa e reflexões

Maria Fonseca Falkembach (org.)



apoio:

.RSCRIATIVO

financiamento:



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

Caderno Agimos Observa

Mapeamento da Dança no Rio Grande do Sul –
a pesquisa e reflexões

Maria Fonseca Falkembach (org.)

Editora UFPel/Agimos



**Editora
UFPel**

Filiada à ABEU

Rua Benjamin Constant, 1071 - Porto
Pelotas, RS - Brasil
Fone +55 (53)3284 1684
editora.ufpel@gmail.com

Seção de Pré-Produção
Isabel Cochrane
Administrativo
Suelen Aires Böettge
Administrativo

Seção de Produção
Preparação de originais
Eliana Peter Braz
Administrativo

Catálogoação
Madelon Schimmelpfennig Lopes
Administrativo

Revisão textual
Anelise Heidrich
Assistente de Revisão
Suelen Aires Böettge
Administrativo

Projeto gráfico e diagramação
Fernanda Figueredo Alves
Carolina Abukawa (Bolsista)

Coordenação de projeto
Ana da Rosa Bandeira

Seção de Pós-Produção
Marisa Helena Gonsalves de Moura
Administrativo
Eliana Peter Braz
Administrativo
Newton Nyamasege Marube
Administrativo

Projeto Gráfico, Diagramação & Capa
Marília Brandão Amaro da Silveira

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação
Michele Lavadouro da Silva – CRB: 10/2502

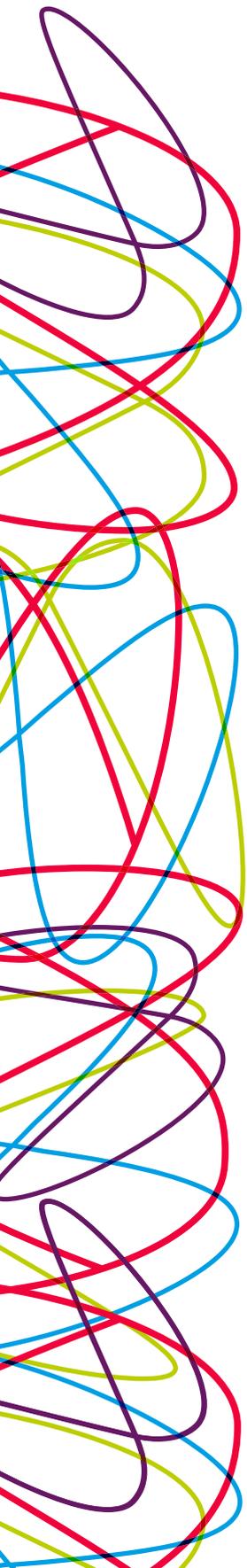
C122 Caderno Agimos observa [recurso eletrônico] : mapeamento da dança
no Rio Grande do Sul – a pesquisa e reflexões / organização Maria
Fonseca Falkembach. - Pelotas : Ed. UFPel, 2024.
137 p. il.

E-book (PDF), 4,68 MB
ISBN: 978-85-60696-45-1

1. Dança. 2. Mapeamento da dança 3. Rio Grande do Sul. I.
Falkembach, Maria Fonseca, org.

CDD 793.3





Sumário

Apresentação • 6

Leandro Maia (Coordenador Agimos - Agência de Indústria Criativa e Mobilização Social)

A Pesquisa

Maria Fonseca Falkembach

Mapeamento da dança no Rio Grande do Sul • 10

Contextualização • 10

Uma metodologia participativa • 13

Grupo de trabalho do Mapeamento • 18

Questionário • 19

Tratamento e análise preliminar dos dados • 27

Perfil das pessoas da dança no Rio Grande do Sul • 30

Distribuição geográfica • 33

Onde residem os participantes do mapeamento da dança no RS • 38

Perfil profissional das pessoas da dança no Rio Grande do Sul • 42

Espaços culturais, escolas, grupos/coletivos • 59

O impacto da pandemia • 59

Cruzamento de dados • 63

Sínteses e encaminhamentos • 74

Referências • 75

Parte 1



Reflexões

Autores e autoras convidadas

O Mapeamento da dança e seu papel na construção da democracia • 78

Tarson Núñez

A construção de uma institucionalidade democrática para a gestão da cultura • 80

O papel dos movimentos sociais • 83

Uma convergência • 86

Os impactos democratizantes do mapeamento • 87

Um balanço final: o mapeamento fortalece a democracia • 89

Sobre o Mapeamento da Dança do RS: perspectivas e reminiscências de uma trabalhadora e um trabalhador da dança • 92

Luciana Paludo e Diego Mac

Movimento 1 • 92

Movimento 2 • 95

A questão do WhatsApp • 97

Importância histórica do Mapeamento • 98

Alguns resultados • 98

A atuação dos cursos de graduação em Dança no Mapeamento da Dança no RS • 100

Carmen Anita Hoffmann, Magda Amabile Biazus Carpeggiani Bellini e Sabrina Marques Manzke

Mapeamento da Dança no RS e os municípios da RF5/Azonasul: recortes regionais • 110

Bruna Moreira de Oliveira, Leandro Ernesto Maia e Maria Fonseca Falkembach

Introdução • 110

O Mapeamento da Dança no RS e a Azonasul • 112

O Mapeamento da Dança e o Levantamento de Dados Culturais Municipais • 121

Outros aspectos da atuação profissional da dança na Azonasul • 126

Sínteses e encaminhamentos • 129

Sobre as/os autoras/es • 132



Apresentação

O presente livro, intitulado *Caderno Agimos Observa: Mapeamento da Dança - a pesquisa e reflexões*, integra o projeto Agimos - Agência de Indústria Criativa e Mobilização Social financiado pelo Edital 005/2022 - Territórios Criativos - da SEDAC-RS. O projeto, como um todo, consiste nas seguintes iniciativas: 1) Publicação do presente caderno, com reflexões sobre processos e resultados obtidos pelo observatório cultural Agimos UFPel; 2) A configuração do Mapa Cultural Agimos, uma das mais atualizadas plataformas do país; 3) a realização do Prêmio Agimos de Produção Musical; e 4) A concretização do Seminário Agimos de Políticas Culturais, que busca assessorar a política cultural em âmbito regional, vocação da UFPel. Tudo isso só foi possível através da criação de uma poderosa teia de produção cultural em várias esferas: o financiamento pelo Edital Territórios Criativos, da Secretaria de Estado da Cultura (SEDAC-RS), com captação de recursos e a gestão pela Fundação Delfim Mendes Silveira (FDMS), e a idealização e execução do projeto por professores, estudantes, técnicos e comunidade da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

A Universidade Federal de Pelotas, em parceria com outras instituições, coletivos e movimentos, busca participar ativamente das políticas culturais, seja através da observação, análise, participação em instâncias deliberativas, mobilização do setor ou da formulação de soluções legais e de gestão para o campo da produção cultural. Podemos dizer que, dentre suas ações mais significativas, encontra-se a colaboração na articulação do Mapeamento da Dança no Rio Grande do Sul, iniciativa inédita no país e, poderia-se dizer no mundo, em sua envergadura, levantamento e metodologia participativa e descentralizada. Até o momento, no entanto, esse importante acontecimento no mundo da cultura do RS não havia realizado uma publicação apresentando reflexões e resultados que oferecessem indicadores e parâmetros que estabelecessem panoramas sobre o setor da dança e, ao mesmo tempo,

servissem de base para a realização de iniciativas semelhantes em outros segmentos culturais.

Cabe salientar que, cada vez mais, a realização de levantamentos, mapeamentos e pesquisas de indicadores tem sido exigida como contrapartida pelas legislações culturais mais recentes com o objetivo de integrar Municípios e Estados ao Sistema Nacional de Cultura (SNC). A Agimos - Agência de Indústria Criativa e Mobilização Social da UFPel - busca fazer suas contribuições através dos quatro eixos básicos mencionados de atuação relacionados à política e produção cultural: a) observatório cultural/pesquisa; b) mapa cultural/inação; c) incubadora de projetos de produção cultural/extensão e d) laboratório de políticas culturais. Essa articulação, em forma de encruzilhada de fluxos paralelos, busca impactar o campo da produção cultural e da economia criativa com soluções estruturantes de política cultural, associando produção de conhecimento acadêmico, saberes populares, saberes tradicionais e conhecimentos não-acadêmicos de modo a produzir desenvolvimento social a partir de capitais simbólicos e intelectuais.

Estabelecida a partir do Grupo de Pesquisa em Produção e Políticas Culturais da UFPel, a Agimos contribui para o campo das políticas culturais através do lugar de fala dos(as) trabalhadores(as) da cultura - artistas, fazedoras e fazedores, técnicas e técnicos, pesquisadoras e pesquisadores, produtoras e produtores. O olhar buscado pela Agimos parte das áreas de artes em complementação às iniciativas existentes nos campos das ciências sociais, economia, administração, direito, gestão, antropologia e outras áreas afins também dedicadas ao estudo e formulação políticas culturais. Ao mover-se entre pontos cardeais encruzilhados, a Agimos procura uma práxis sistematizada embasada pelos preceitos do Sistema Nacional de Cultura (SNC), que articula a política cultural em três dimensões: simbólica, cidadã e econômica. Assim, a Agimos visa se consolidar nesta interface de sete pontas – quatro eixos e três dimensões –, abrindo caminhos e reconhecendo potencialidades historicamente invisibilizadas e que constituem o melhor de nossas práticas sociais.

Como coordenadora da ação de pesquisa “Mapeamento da Dança no Rio Grande do Sul” na UFPel, Maria Falkembach sistematizou a primeira parte desta publicação - A Pesquisa. Neste escrito, Maria compartilha a metodologia desenvolvida e apresenta dados suficientes para subsidiar a elaboração de políticas públicas a partir de indicadores – princípio de estratégia há muito sinalizada como necessidade do setor em diversos documentos e conferências.

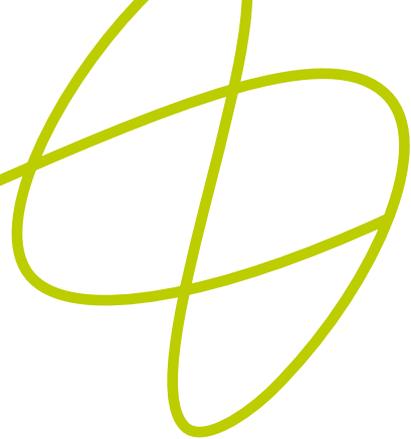
Falkembach também articulou um coletivo de autoras e autores convidados(as) para compor a segunda parte desta publicação – Reflexões. Todos eles e todas elas participaram ativamente do processo de construção do mapeamento desde o início. Foi aberta uma chamada de contribuições, divulgada para participantes do mapeamento e estendida para agentes do setor para que enviassem resumos de propostas de textos para este livro.

Atenderam ao chamado autores e artistas de diversos campos e subcampos de áreas do conhecimento como Ciências Sociais, Artes, Música e Dança, incluindo aspectos artísticos, educativos e de pesquisa. Desta forma, a segunda parte – Reflexões – é conduzida por Tarson Núñez, que destaca o papel democrático do mapeamento, sobretudo num dos períodos mais difíceis da república brasileira; Luciana Paludo e Diogo Mac, que oferecem a perspectiva singular de artistas e profissionais independentes do campo, mostrando nuances da complexidade da realização desta pesquisa; Carmen Hoffmann, Sabrina Manzke e Magda Bellini, que refletem sobre o papel das universidades que atuaram de forma integrada; e, ao final, Bruna Oliveira, Leandro Maia e Maria Falkembach, que buscam aprofundar os dados do mapeamento à luz das políticas públicas no âmbito regional, com ênfase nos municípios da zona sul do RS.

É com muito orgulho que, por meio da Agimos, convida-se a transitar pelo seu primeiro e já mais emblemático caderno de observação: o “Mapeamento da Dança no Rio Grande do Sul”, que apresenta um detalhado relatório de análise de dados, assim como reflexões pertinentes à sua metodologia, dados comparativos e considerações sobre sujeitos da dança em seu campo de atuação no Rio Grande do Sul.

1.

A Pesquisa



Mapeamento da dança no Rio Grande do Sul

Maria Fonseca Falkembach¹

O mapeamento do campo profissional da dança no Rio Grande do Sul (RS), demanda histórica da comunidade, está demarcado nos Plano Setorial de Dança (Rio Grande Do Sul, 2014, p. 100) e Plano Estadual de Cultura do RS (Rio Grande Do Sul, 2015, p. 4). Visa ao conhecimento sobre os agentes da cadeia produtiva da dança no Rio Grande do Sul e seu papel na economia criativa do Estado. As informações coletadas no mapeamento tornam possível o delineamento do panorama artístico, socioeconômico e geográfico da dança no Estado, possibilitando a orientação de políticas públicas, assim como de medidas emergenciais para enfrentamento da vulnerabilidade do setor. A pesquisa foi elaborada de maneira que os dados venham a fortalecer as relações e a comunicação entre os diversos agentes e segmentos da Dança no RS, bem como a criação de estratégias de ampliação e qualificação do setor nas dimensões artísticas, pedagógicas e econômicas. Este estudo apresenta um primeiro tratamento de dados e uma análise inicial, os quais sugerem diferentes possibilidades de estudo no cruzamento de dados com diversos focos. Assim, este documento se coloca como um ponto inicial, um disparador para a exploração refinada do perfil, condições de trabalho e organização da dança no Rio Grande do Sul.

Contextualização

Em 28 de abril de 2020, em reunião do Colegiado Setorial da Dança do RS, constituiu-se um grupo de trabalho formado por dezenove instituições para a elaboração e execução deste mapeamento. Integram esse grupo: as cinco universidades do Estado que abrigam cursos de Graduação em Dança (UFRGS, UFSM, UCS, UERGS e UFPel); instituições e coletivos de articulação de trabalhadores/as do setor (Asgadan, SATED RS, Articula Dança RS,

1. Contribuições e revisões de Tarson Núñez, Leandro Maia e Bruno Blois Nunes.

Associação de Circo RS, ATAC, Fórum de Ação Permanente pela Cultura e Fórum Permanente de Cultura de Pelotas); entidades representativas do setor junto ao governo (Colegiado Setorial de Dança RS, Colegiado Setorial de Circo RS e Conselho Estadual de Cultura RS), órgãos governamentais (Centro Municipal de Dança-SMC-Prefeitura Municipal de Porto Alegre, SEDAC RS e SEPLAG RS); associação dos Municípios (FAMURS).

Os agentes da cadeia produtiva da dança no RS foram o público alvo dessa ação, focada em um perfil de idade mínima de 18 anos e, pelo menos, dois anos de atuação na área. Os sujeitos de pesquisa preencheram voluntariamente sua autodeclaração via formulário eletrônico disponibilizado por e-mail e redes sociais². Ao todo, foram mapeadas 1.572 pessoas residentes no RS autodeclaradas como trabalhadoras da dança.

A coleta de dados ocorreu entre 22 de agosto de 2020 e 22 de agosto de 2021, período em que vigoravam no país as medidas de distanciamento para contenção da pandemia da covid-19. Esse contexto foi determinante para cada passo das escolhas metodológicas da ação e definitivo no alcance da pesquisa. Todo o trabalho foi realizado online e digitalmente: reuniões, estudos em grupo, elaboração da metodologia, divulgação do mapeamento e coleta de dados. Foi utilizado um formulário eletrônico online como instrumento para a coleta dos dados: a ferramenta de construção de formulários do *Google, Google Forms*. No item dedicado à metodologia, são detalhadas as justificativas das escolhas e as estratégias do grupo.

Conhecer a dança produzida no Rio Grande do Sul – onde está localizada geograficamente, quem são seus atores, qual o perfil artístico e econômico é uma demanda antiga do setor. Em 1º de julho de 2014 foi publicado no Diário Oficial do RS, a Portaria SEDAC no 29, que institui o Plano Setorial de Dança, com o objetivo de “Fortalecer a função do estado na institucionalização das políticas culturais; intensificar o planejamento de programas e ações voltadas ao campo cultural; consolidar a execução de políticas públicas para a cultura” (Rio Grande do Sul, 2014, p. 100). Alguns itens da Portaria são explícitos em relação à necessidade da realização de um mapeamento da dança no RS, que aqui destacamos:

Item 1.4.1 Consolidar a implementação de mapeamento e diagnóstico da dança no Estado. [...]

Item 2.2 Realização de mapeamento e diagnóstico da dança em sua diversidade no Rio Grande do Sul. [...]

Item 2.2.1 Realizar mapeamento na área da dança, identificando estatisticamente os diversos elos da cadeia produtiva, de forma ampla e transparente. [...]

Item 2.2.4 Criar uma rede digital com parceria colaborativa entre órgãos representativos da dança no Rio Grande do Sul e do poder público, bem como os municípios, com o objetivo de difundir mapeamento e informações gerais, valorizando a diversidade da dança no Rio Grande do Sul (Rio Grande do Sul, 2014, p. 100).

2. Cabe salientar que o levantamento foi realizado durante a pandemia da covid-19.

Nessa mesma direção, o Plano Estadual de Cultura (Rio Grande do Sul, 2015), deixa implícito a necessidade da realização de mapeamento, visto que consta como item 1.6 das ações: “Constituir redes de equipamentos, tendo por base o mapeamento e registro das instituições de cada área cultural, públicas e privadas, com o objetivo de fomentar suas atividades em planos anuais” (p. 4). Esses Planos são efeito de uma trajetória de organização e “debate nos segmentos culturais e artísticos, sobre a necessidade de políticas públicas específicas para cada área” (Rio Grande do Sul, 2015, p. 12), que considerem a cadeia produtiva de cada setor em toda sua diversidade.

Desde a publicação desses Planos, passaram-se cinco anos sem que o mapeamento, necessário para a realização do Plano, fosse executado. Ao mesmo tempo, percebemos, ao longo desse período, o distanciamento do poder público de seu compromisso com a democratização da criação e do acesso à arte e com a estruturação dos setores artísticos da economia criativa.

A partir de 2016, após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, iniciou no Brasil o projeto de desmonte das políticas públicas da cultura e de censura à arte (Nonada, [2019-]). Com a eleição do governo liderado por Jair Bolsonaro, este projeto de desmonte ampliou-se (Thedim; Molica, 2019). O autoritarismo que assumiu a presidência do país, ampliou o fechamento de canais de diálogo com a classe artística e implementou práticas antidemocráticas como modo de governo.

Como efeito desse contexto, diversas redes de artistas e agentes da cultura começaram a se mobilizar em todo o Brasil. Um exemplo é a criação do Articula Dança RS, rede formada por agentes da dança no estado do Rio Grande do Sul (RS), que fazia pontes com a Articulação de Trabalhadores das Artes da Cena pela Democracia e Liberdade (ATAC). Assim, também como um revide à falta de democracia, ocorreu o fortalecimento do Colegiado Setorial de Dança no RS e seu papel fundamental no Sistema Estadual de Cultura (SEC) como canal de diálogo entre a sociedade civil e a Secretaria de Cultura do Estado. O Colegiado Setorial de Dança, ativo e representativo, combativo, em uma semana foi capaz de convocar uma reunião com 19 entidades que constituíram um grupo de trabalho para realizar o Mapeamento da Dança no RS.

Com a necessidade das medidas de isolamento social, aplicadas no Brasil desde março de 2020, identificou-se um acirramento na vulnerabilidade do setor (Canedo, 2020). Naquele momento, no Rio Grande do Sul, instituições ligadas ao setor iniciaram articulações e mobilizações visando a criar estratégias para diminuir o impacto da crise nas vidas dos/as trabalhadores/as da dança. Porém, essas ações eram freadas e tinham alcance reduzido pela falta de conhecimento sobre o setor, sobre seus agentes, o papel que exercem na cadeia produtiva, onde estão localizados, qual a abrangência de suas atividades, etc.

Enfim, foi nesse contexto de crise que emergiram as condições para o projeto e realização do Mapeamento da Dança no RS. Enxergou-se nesse instrumento a possibilidade de encontrar alternativas para sanar as dificuldades pelas quais a dança tem passado nos últimos anos, que se agravaram com a crise sanitária da pandemia da covid-19. Identifica-se que é parte dessas condições, o fato de trabalhadores/as da dança estarem em posições institucionais. As condições que possibilitaram o êxito do Mapeamento é construída historicamente: na construção da história da dança, artistas e trabalhadores da dança foram ocupando os espaços na academia e na gestão pública.

Importante também considerar que há um perfil analítico, de investigação, nas pessoas que foram ocupando os espaços das universidades, nos cursos de graduação em dança. Fazem parte do grupo de trabalho do mapeamento, docentes-pesquisadoras das cinco universidades que têm cursos de dança no estado, que se colocaram como representantes de suas instituições, entendendo a co-responsabilidade em desenvolver essa pesquisa.

Uma metodologia participativa

A metodologia de pesquisa é descrita neste estudo não apenas como modo de validação dos dados e de rigor científico. O detalhamento desta metodologia também é apresentado para explicitar como sua especificidade garantiu a participação da categoria, em processo de construção de pertencimento e, em consequência, em mobilização na luta por políticas públicas.

O grupo de trabalho formado pelas dezenove instituições, criou uma metodologia específica, resultado do contexto e do engajamento das/os trabalhadoras/es da dança, que foi sistematizada considerando o conhecimento e as redes de contato já existentes na comunidade.

A abordagem metodológica plural e democrática se constituiu como efeito da necessidade da categoria se apropriar dos instrumentos de produção de dados e indicadores do seu campo de atuação. O grupo de trabalho amplo e diverso, que também contornava a falta de recursos financeiros com dedicação e engajamento voluntário, construiu essa metodologia que se revelou bem sucedida.

Em resumo, a metodologia do Mapeamento da Dança no RS se constituiu como um levantamento de dados inspirado no recenseamento de população. A pesquisa foi desenvolvida a partir do trabalho distribuído em comitês, constituída das seguintes etapas: 1) definição dos objetivos do mapeamento; 2) estudo de mapeamentos e pesquisas na área da economia criativa; 3) estudo sobre plataformas de coleta e análise de dados; 4) elaboração do questionário para o mapeamento; 5) criação de rede de difusão do mapeamento; 6) coleta de dados; e, por fim, 7) análise e publicação de dados.

A presença do grupo de docentes-pesquisadoras ligadas às universidades foi importante para estabelecer os protocolos éticos da pesquisa e ponderar as propostas de método para garantir condutas e etapas, para estabelecer o sigilo de dados e, ao mesmo, tempo, garantir a possibilidade da construção de um banco de dados público para ser usufruído por todas as entidades e pelos próprios respondentes da pesquisa. Para percorrer os trâmites institucionais, foi proposta a ação de pesquisa Mapeamento da Dança no RS, coordenada pela Dra. Maria Fonseca Falkembach, junto ao projeto Aspectos Históricos da Dança no Rio Grande do Sul do curso de Dança-Licenciatura da UFPel e sob coordenação da Dra. Carmen Anita Hoffmann³. Além disso, o projeto seguiu os protocolos éticos e foi avaliado pelos comitês de ética das universidades participantes.

Orientado pelos objetivos do mapeamento definidos no coletivo, o grupo se dividiu em equipes para se organizar e definir suas funções e métodos: Comitê Plataforma, Comitê Questionário, Comitê Divulgação, Comitê Articulação e Comitê Análise. Ademais, também foi definido o papel da Coordenação Geral, responsável pela conexão entre as ações simultâneas de cada comitê e pela comunicação entre eles, sistematizando os encaminhamentos ao longo do processo e identificando a execução dos prazos acordados pelo grupo.

Comitê Plataforma: Grupo dedicado a estudar prováveis plataformas para coletar e analisar os dados de forma digital.

A utilização de formulário eletrônico online como instrumento para a coleta dos dados permitiu que a pesquisa fosse realizada sem que a equipe descumprisse as regras do distanciamento e isolamento social ou se colocasse em risco de contaminação, em momento de pandemia. Além disso, naquele momento específico as pessoas se encontravam em isolamento social e intensificaram suas relações por via de redes sociais digitais. Assim, vislumbrou-se a possibilidade de amplo alcance do questionário, visto que o instrumento podia ser acessado por via de um link de internet, distribuído por e-mail e/ou diferentes plataformas de redes sociais.

Outros motivos colaboraram para a utilização do formulário eletrônico: a padronização das perguntas e, conseqüentemente, das transcrições; a gratuidade do instrumento e distribuição (via internet) sem custos, diante da falta de recursos financeiros para a pesquisa. Foi fato decisivo na escolha do formulário do *Google*, o acesso aos dados pelas diferentes instituições realizadoras da pesquisa. Havia sido proposto um formulário pela plataforma hospedada no site da UFPel, porém, nesse caso, o acesso aos dados brutos ficaria restrito à coordenadora do projeto, servidora daquela instituição. Embora o controle a longo prazo sobre o formulário *Google* seja incerto, o grupo entendeu que a apropriação do mapeamento pela categoria dependia da garantia do acesso aos dados brutos pelas demais instituições. Essa

3. Mais informações sobre o projeto em: <https://institucional.ufpel.edu.br/projetos/id/u2826>. Acesso em: 24 ago. 2023.

escolha implicou o estabelecimento de regramento e de instrumentos para garantir a ética e salvaguarda dos dados dos participantes da pesquisa, bem como a constituição do Comitê Análise, descrito adiante.

Comitê Questionário: Grupo responsável pelo estudo e elaboração das questões que compuseram o questionário do mapeamento.

O instrumento da pesquisa foi construído buscando abranger toda a cadeia produtiva da dança, os diferentes percursos de formação na área, a diversidade de gêneros e tipos de dança, incluindo também informações sobre escolas de dança, espaços culturais, grupos e coletivos de dança. O questionário foi elaborado com 46 questões, divididas nas seguintes seções: 1) apresentação e termo de consentimento; 2) dados de identificação; 3) situação da pandemia; 4) perfil profissional; 5) escolas e espaços culturais; 6) grupo e/ou coletivo. As seções 5 e 6 são indicadas apenas para os respondentes que se declaram gestores de “escolas e espaços culturais” e/ou “grupo e/ou coletivo”.

É importante ressaltar que cada pergunta inserida no formulário era definida após discussão sobre a pertinência dos dados na análise diante dos objetivos do mapeamento. Havia o entendimento de que não poderia ser uma pesquisa superficial – necessitávamos de dados suficientes para traçar o perfil do setor – e que o tempo de resposta não poderia ser longo. Visando maior objetividade nas respostas e a viabilidade do tratamento e análise de dados no futuro, o questionário foi pensado com a maioria das perguntas sendo fechadas.

Para a definição do modo de apresentação de cada questão, foi necessário a escolha (a partir de pesquisa e reflexão) sobre os termos adequados a serem utilizados em cada questão: que fossem facilmente compreendidos pelos respondentes e coerentes com as denominações e/ou categorias do campo de estudo da dança. O debate se intensificou para a definição dos termos a serem utilizados como as alternativas das perguntas fechadas. Esse movimento não foi nada simples, pois a definição de um termo implica a codificação e determinação de poéticas e conceitos de práticas realizadas na contemporaneidade, momento que se caracteriza pela fluidez e, inúmeras vezes, dificuldade das classificações. As decisões sobre o melhor termo tiveram como parâmetro a relação dos agentes do campo com determinada expressão: o engajamento e sensação de pertencimento dos/as respondentes. Entretanto, compreendendo que existia a possibilidade de que o respondente não se sentisse contemplado com nenhuma das alternativas disponíveis, oito das questões apresentam a possibilidade de marcar a opção “outro” e escrever a resposta.

Como parte da estratégia de ajustes do modo de apresentação do questionário, ele foi encaminhado para trabalhadoras/es da dança de diferentes contextos, contemplando diversidade de prática, de escolaridade, idade, gênero e etnia. Cada uma das pessoas foi estimulada a dar um retorno para

a equipe sobre o questionário, referente a: dificuldades de compreensão; ausência de perspectiva; pergunta em que não se sentiu contemplada.

Comitê Divulgação: Grupo dedicado à elaboração de estratégias de divulgação do mapeamento de forma a alcançar o público-alvo.

Foi responsável pela criação do *site* do mapeamento, do texto de divulgação da pesquisa e do logotipo; por definir imagens para a divulgação, criar release, elaborar conteúdo e disponibilizá-lo para a rede de articulação, além de realizar assessoria de imprensa.

O Comitê Divulgação foi formado por integrantes que já possuíam experiência em assessoria de imprensa e divulgação de obras artísticas. Dessa maneira, a metodologia de divulgação é criada a partir do próprio modo de operação do setor e toda sua experiência na produção artística de dança. Foram acionados os canais de imprensa cultural, de divulgação gratuita – jornais, rádios, TVs e sites das diferentes regiões do Rio Grande do Sul.

Comitê Articulação: Grupo que teve como tarefa a criação de uma rede de divulgação do mapeamento visando chegar a todos municípios gaúchos e alcançar o maior número de pessoas autodeclaradas como trabalhadoras da dança.

Com a impossibilidade de saber, de antemão, a localização do público-alvo, foi elaborada uma estratégia para a criação de uma rede de difusão do questionário visando alcançar o maior número possível da cadeia produtiva da dança. Segundo dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC de 2014, os grupos artísticos de dança se encontravam presentes em 68,5% dos municípios brasileiros (IBGE, 2015, online). Levando em consideração que o Rio Grande do Sul é composto de 497 municípios, é possível estimar que aproximadamente 340 dispõem de profissionais de dança.

Para a elaboração do mapeamento, foi utilizado o modelo de divisão do Estado realizada pela Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs) que distribui os 497 municípios em 28 Associações Regionais.⁴ Esses reúnem prefeitos, secretários, órgãos da gestão pública municipal incluindo os gestores culturais.

Apesar do **Comitê Articulação** ter acesso aos contatos disponibilizados pela Famurs, ele teve a necessidade de construir uma metodologia própria para a criação de uma rede de difusão, visto que foi identificado que não havia garantia de comunicação entre os gestores ligados à Famurs e as/os trabalhadoras/es da dança. Assim, os integrantes do **Comitê Articulação** detectaram e convidaram profissionais da dança residentes no Rio Grande do Sul para a formação dessa rede. A rede foi constituída por colaboradoras/es que fazem parte do público-alvo do mapeamento, estratégia que auxiliou também na credibilidade da pesquisa, considerando que é interesse das/

4. Dados retirados do site da Famurs. Disponível em: <https://famurs.com.br/pagina/101>. Acesso em 24 ago. 2023.

os próprias/os trabalhadoras/es do setor a realização deste mapeamento. A rede foi constituída por três níveis funcionais: **Parabólicas, Antenas e Subantenas**.

Parabólicas foram denominadas as pessoas responsáveis pela criação da rede e supervisão da coleta de dados de um conjunto de 3 a 4 regiões do Estado, cada uma. Em um primeiro momento foi feita a identificação das(os) trabalhadoras(es) de dança nas regiões sob sua responsabilidade; logo em seguida, foram recrutadas as **Antenas**.

As **Antenas** foram selecionadas de acordo com alguns critérios: seu alcance nas diferentes regiões do Estado; diversidade de gêneros de dança; interesse na contribuição da ação do mapeamento; disponibilidade para a realização das tarefas (incluindo conhecimento e acesso aos instrumentos de pesquisa selecionados); capacidade de articulação e engajamento de outros colaboradores – as **Subantenas**. As **Parabólicas** foram responsáveis por orientar as **Antenas** no procedimento de recrutamento das **Subantenas**.

As **Subantenas**, assim como as **Antenas**, realizaram um treinamento para o conhecimento dos objetivos e métodos de pesquisa. Elas buscavam manifestar aos respondentes do questionário a importância de participar da pesquisa além de sanar as dúvidas decorrentes do instrumento utilizado na coleta de dados.

Além da criação da rede de contatos por regiões geográficas realizada pelas Antenas, foi dada a importância na complementação da base de contatos a partir dos diferentes gêneros de dança buscando garantir que o mapeamento alcançasse a diversidade populacional que compõe o público-alvo. Diante disso, foram realizadas parcerias com organizadores de festivais, a Associação de Instrutores de Danças Gaúchas, Organização Internacional de Folclore e Artes Populares (IOV)⁵, Conselho Internacional de Festivais Folclóricos e Artes Tradicionais (CIOFF)⁶ dentre outros.

Ao longo dessa etapa foi utilizado o método de pesquisa conhecido como bola de neve (*snowball sampling*). De acordo com Vinuto (2014, p. 201) “a amostragem em bola de neve pode ser útil para pesquisar grupos difíceis de serem acessados ou estudados, bem como quando não há precisão sobre sua quantidade”. Sua aplicação é construída a partir da identificação de documentos e informações relevantes denominados “*sementes*”, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral” (Vinuto, 2014, p. 203, grifo original). Assim, por meio de indicações dos próprios profissionais da dança, mediante uma sequência progressiva de indicações, foi possível aumentar o alcance do público-alvo realizado durante o mapeamento.

5. Mais sobre a Organização de Folclore e Artes Populares (IOV) em: <https://iovbrasil.com.br/iov-brasil/>. Acesso em: 26 ago. 2023.

6. Mais sobre o Conselho Internacional de Festivais Folclóricos e Artes Tradicionais (CIOFF) em: <https://cioffbrasil.org/>. Acesso em: 26 ago. 2023.

Comitê Análise: Responsável pela guarda e sigilo do banco de dados. Dedicado à análise e divulgação dos dados.

Grupo de artistas e pesquisadores que assinaram o Termo de Sigilo e Confidencialidade relativo aos dados coletados pela ação do mapeamento, foi composto por representantes das cinco universidades participantes além de membros da Associação Gaúcha de Dança (ASGADAN),⁷ Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões no Estado do Rio Grande do Sul (SATED RS),⁸ Centro Municipal de Dança de Porto Alegre e Colegiado Setorial de Dança RS. Esse comitê tem a responsabilidade de manter os dados dos sujeitos de pesquisa armazenados na plataforma *Google* de forma sigilosa por meio de senha de acesso restrito. As pessoas que constituem esse comitê são as únicas com o acesso aos dados brutos podendo extrair as informações necessárias destes preservando o sigilo dos sujeitos de pesquisa e fornecendo, quando solicitado, os dados a pesquisadores e a comunidade em geral sempre respeitando o sigilo dos respondentes.

Comitê Análise também teve tarefa ao longo da coleta de dados, prestando suporte para o **Comitê Articulação**. O primeiro comitê informava às **Parabólicas** do **Comitê Articulação** o número de respondentes alcançado até o momento em cada região mediante uma análise semanal da coleta de dados. Assim foi possível identificar a eficácia do método durante sua realização e a necessidade de ajustes de algumas estratégias.

Grupo de trabalho do Mapeamento

Abaixo, a lista com todos/as os/as integrantes do Grupo de Trabalho do Mapeamento e as instituições que representam.

Coordenação: Maria Fonseca Falkembach (UFPel);

Comitê Análise: Neila Baldi (UFSM), Kátia Salib (UERGS), Luciana Paludo (UFRGS), Magda Bellini (UCS), Sabrina Marques Manske (UCS), Carmen Anita Hoffmann (UFPel), Maria Fonseca Falkembach (UFPel), Samanta Bueno (Asgadan), Ilza do Canto (Centro Municipal de Dança-SMC-PMPA), Luciana Ibarra Sperb (Colegiado Setorial de Dança do RS), Sandra Goulart dos Santos (Colegiado Setorial de Dança do RS), Carini Pereira da Silva (Sated/RS);

Comitê Plataforma: Ilza do Canto (Centro Municipal de Dança-SMC-PMPA), Luciano Fernandes (Sated RS / Colegiado Setorial de Circo do RS), Fernanda Boff (Colegiado Setorial de Dança RS);

Comitê Questionário: Consuelo Vallandro Barbo (Associação de Circo do RS), Luciana Paludo (UFRGS), Marlise Machado (Conselho Estadual de Cultura do RS), Carolina Portela (Fórum Permanente de Cultura de Pelotas), Maria

7. Mais sobre a ASGADAN em: <https://www.asgadan.com/>. Acesso em: 24 ago. 2023.

8. Mais sobre o SATED-RS em: <https://satedrs.org.br/>. Acesso em: 24 ago. 2023.

Fonseca Falkembach (UFPel), Neila Baldi (UFSM), Tarson Nuñez (SEPLAG RS), Tom Nunes (Colegiado Setorial de Dança do RS);

Comitê Articulação: Samanta Bueno (Asgadam), Carolina Portela (Fórum Permanente de Cultura de Pelotas), Sabrina Marques Manske (UCS), Cristina Nora Calcagnotto (UCS), Paulo Guimarães (Articula Dança no RS), Clóvis Rocha (Colegiado Setorial de Dança no RS), Renata Lampert Caggiani (Articula Dança RS), Carini Pereira da Silva (Sated-RS/Atac);

Comitê Divulgação: Ilza do Canto (Centro Municipal de Dança-SMC-PMPA), Luciana Ibarra Sperb (Colegiado Setorial de Dança RS / Fórum de Ação Permanente pela Cultura), Diego Machado (Colegiado Setorial de Dança do RS), Cláudia Dutra (Articula Dança RS);

Participantes do GT: Airton Tomazzoni (Centro Municipal de Dança-SMC-PMPA), Ana Fagundes (SEDAC-RS), Daniele Torres (SEDAC-RS), Marcio Pizarro Noronha (UFRGS), Sílvia da Silva Lopes (UERGS), Vinícius Brito (FAMURS);

Discentes de iniciação científica: Bruno Blois Nunes (UFPel), Claudilene Castro de Lima (UFPel), Helena Acosta Dias (UFPel), Janete Rodrigues da Silva (UFPel), Paloma Alves Goveia (UFPel), João Vitor da Costa Reis (UFPel), Evelin de Oliveira Pinto (UFPel).

Questionário

Com a finalidade de expor o máximo de informações referentes ao mapeamento, apresentamos o questionário elaborado coletivamente e aplicado aos participantes. A lista de perguntas apresentava os seguintes campos:

1. Endereço de e-mail:

Dados de Identificação

2. Nome do(a) agente cultural:

3. Número do CPF:

4. Data de nascimento:

5. Gênero:

- a) feminino
- b) masculino
- c) outro:

6. Cor. Segue a classificação IBGE.

- a) preta
- b) parda
- c) indígena

- d) amarela
- e) branca
- f) outra:

7. Estado civil:

- a) casado(a) ou em união estável
- b) separado(a)
- c) solteiro(a)
- d) viúvo(a)
- e) outro:

8. Escolaridade:

- a) ensino fundamental incompleto
- b) ensino fundamental
- c) ensino médio incompleto
- d) ensino médio
- e) ensino superior incompleto
- f) ensino superior
- g) pós-graduação

9. Telefone:

10. Cidade onde mora:

Situação da Pandemia

11. Com as regras atuais de isolamento social, sua carga de trabalho relacionada com atividades profissionais em dança:

- a) diminuiu
- b) aumentou
- c) não modificou
- d) deixei de trabalhar com dança

12. Com as regras atuais de isolamento social, sua renda relacionada com atividades profissionais em dança diminuiu em:

- a) 0%
- b) até 25%
- c) de 25% a 50%
- d) de 50% a 75%
- e) de 75% a 100%

13. Com as regras atuais de isolamento, você precisou exercer atividades remuneradas fora do campo da dança?

- a) sim
- b) não

14. Quantas horas semanais, em média, estão sendo dedicadas à atuação no campo da dança? Considere a condição de pandemia para responder a questão.

- a) até 10h
- b) de 10h a 20h
- c) de 20h a 30h
- d) de 30h a 40h
- e) mais de 40h

15. Se você teve diminuição da sua renda, em que categoria você se enquadra?

Quando se fala de subsistência pessoal (Ex. dificuldade de aquisição de produtos básicos de alimentação/higiene/limpeza, para pagamento de aluguel e despesas da residência ou outras despesas pessoais e da família). Quando se fala de dificuldade de manutenção das condições profissionais (Ex. dificuldade de pagamento de funcionários, de aluguel e despesas da escola/empresa/espço).

- a) dificuldade de subsistência pessoal
- b) dificuldade de manutenção das condições profissionais
- c) dificuldade de manutenção das condições profissionais e de subsistência pessoal
- d) não se aplica

16. Você possui acesso próprio à internet em sua residência?

- a) sim (3g, 4g ou via rádio)
- b) sim (banda larga)
- c) não

17. Consegue produzir algo que possa ser distribuído ou exibido por meio virtual? Se *sim*, o que?

- a) não
- b) sim, apresentações
- c) sim, atividades de formação e capacitação
- d) sim, festivais/mostras
- e) outros:

18. Em caso negativo, o que mais o/a impede?

- a) falta de recursos
- b) falta de conhecimento técnico
- c) não gosto/me sinto à vontade
- d) não vai me dar retorno financeiro
- e) não há como trabalhar remotamente no gênero/tipo de dança com que trabalho

Perfil profissional

Nesta seção as perguntas são referentes à sua situação ANTERIOR à pandemia.

19. Em qual(uais) município(s) você costuma exercer a maior parte de suas atividades laborais relacionadas à dança?

20. Em qual dessas faixas você situaria sua renda individual?

- a) até 1 salário mínimo
- b) de 1 a 2 salários mínimos
- c) de 2 a 5 salários mínimos

- d) de 5 a 10 salários mínimos
 - e) mais de 10 salários mínimos
21. Você desenvolve alguma outra atividade profissional não relacionada com a dança?
- a) Sim
 - b) Não
22. Em caso afirmativo, qual?
23. Qual porcentagem da sua renda vem do seu trabalho com dança?
- a) até 25%
 - b) de 25% a 50%
 - c) de 50% a 75%
 - d) de 75% a 100%
 - e) minha renda com dança é de trabalho sazonal e por isso não cabe nas alternativas anteriores
24. Quantas horas semanais, em média, são dedicadas à atuação no campo cultural? Considere as condições normais, sem a pandemia.
- a) até 10h
 - b) de 10h a 20h
 - c) de 20h a 30h
 - d) de 30h a 40h
 - e) mais de 40h
25. Na sua história de vida em dança, onde você construiu sua prática?
- a) em escolas de dança
 - b) em cursos livres/workshops/oficinas
 - c) no ensino fundamental e médio, na disciplina de artes
 - d) no ensino fundamental e médio, na disciplina de educação física
 - e) no ensino fundamental e médio, em atividades extracurriculares
 - f) em grupos profissionais de dança
 - g) em grupos/espços de dança da comunidade
 - h) na família
 - i) na relação com TV e vídeos da internet
 - j) em curso técnico profissionalizante
 - k) em curso de graduação
 - l) outro:
26. Você tem pós-graduação com pesquisa em dança?
- a) não
 - b) sim, especialização
 - c) sim, mestrado
 - d) sim, doutorado
 - e) sim, pós-doutorado
27. Com qual/ quais segmento(s) da dança você trabalha?

- a) ballet clássico
- b) danças modernas
- c) danças contemporâneas
- d) danças de salão
- e) danças urbanas
- f) danças de matriz africana
- g) danças circulares
- h) danças populares
- i) danças tradicionais
- j) dança tradicional gaúcha
- k) danças folclóricas
- l) danças étnicas
- m) jazz
- n) sapateado
- o) flamenco
- p) ritmos
- q) danças aéreas
- r) outro:

28. Possui Registro Profissional (antiga DRT) em dança?

- a) sim
- b) não

29. Desde que ano atua profissionalmente com dança?

30. Qual a natureza do seu trabalho profissional da dança:

- a) trabalho individual/autônomo e não pago previdência
- b) trabalho individual/autônomo e pago previdência
- c) MEI (microempreendedor individual)
- d) dono/sócio de empresa, exceto MEI
- e) funcionário de empresa com carteira assinada
- f) funcionário de empresa com RPA
- g) servidor público
- h) outro:

31. Se você marcou os itens a, b ou c na questão 30, classifique a importância de cada uma das fontes de renda. Selecione o grau de importância de cada fonte de renda considerando 3 o mais importante, 2 o intermediário e 1 o menos importante.

	3	2	1	Não se aplica
colaboração espontânea/doações				
projetos culturais privados/crowdfunding				
projetos culturais com financiamento/parceria de órgãos públicos/editais municipal				

projetos culturais com financiamento/parceria de órgãos públicos/editais estadual				
projetos culturais com financiamento/parceria de órgãos públicos/editais federal				
projetos culturais com financiamento/parceria de órgãos públicos/editais privados				
cachês				
prêmios				
bilheteria				
mensalidade de alunos				
bolsa				

32. Como profissional da cadeia produtiva da dança, onde/com que você trabalha?

- a) em escola de ensino fundamental/médio privada
- b) em escola de ensino fundamental/médio pública
- c) em escola de educação infantil privada
- d) em universidade pública
- e) em universidade privada
- f) em escolas de dança
- g) centros de tradição gaúcha
- h) em academias
- i) com aulas/coreografias particulares
- j) com oficinas temporárias de dança/ cursos livres de dança
- k) com palestras
- l) com eventos
- m) com espetáculo
- n) com produção
- o) com projetos sociais
- p) outro:

33. Em quantos editais públicos você concorreu como proponente? Se você nunca participou de editais informe 0 (zero).

34. Quantos projetos em que você concorreu como proponente foram contemplados em editais públicos? Se nenhum projeto seu foi contemplado informe 0 (zero).

35. Qual(is) a(s) sua(s) atuação(ões) profissional(ais) como agente cultural na cadeia produtiva da dança?

- a) bailarino(a)
- b) professor(a) de dança
- c) instrutor(a) de dança
- d) produtor(a)
- e) coreógrafo(a)
- f) diretor(a) de cena

- g) dramaturgista
- h) coordenador(a) de grupo/coletivo
- i) ensaiador(a)
- j) assistente(a)
- k) gestor(a) de escola
- l) gestor(a) de espaço cultural
- m) gestor(a) público
- n) figurinista
- o) costureira(o)
- p) cenógrafo(a)
- q) cenotécnico(a)
- r) iluminador(a)
- s) técnico(a) de som
- t) técnico(a) de luz
- u) músico/musicista acompanhador(a)
- v) compositor(a) de trilha
- x) crítico(a)
- w) pesquisador(a)
- y) divulgador(a)
- z) fotógrafo(a)
- aa) outro:

Escolas e espaços culturais

Esta seção de questões é só para quem marcou as opções (gestor de escola) ou (espaço cultural) na questão 35.

36. Qual o nome da sua escola ou espaço cultural?

37. Qual a situação da sede da sua escola/espaço cultural?

- a) alugada
- b) própria
- c) ocupação
- d) permuta
- e) pública cedida
- f) particular cedida

38. Desde que ano esse espaço/escola existe?

39. Quantos profissionais trabalham diretamente com a dança no seu espaço/escola?

40. Quantos profissionais NÃO trabalham diretamente com a dança, no seu espaço/escola?

41. Quantos alunos frequentam seu espaço/escola?

- a) até 30
- b) até 60
- c) até 90
- d) até 120

- e) até 150
- f) mais de 150

Grupo e/ou coletivo

Esta seção de questões é somente para quem marcou (coordenador de grupo/coletivo) na questão 35.

- 42. Qual o nome do seu grupo/coletivo?
- 43. qual a situação da sede do seu grupo/coletivo?
 - a) alugada
 - b) própria
 - c) ocupação
 - d) permuta
 - e) pública cedida
 - f) particular cedida
 - g) espaço urbano livre
 - h) não tenho sede
 - i) outro:
- 44. Desde que ano esse grupo/coletivo existe?
- 45. Quantos profissionais da dança trabalham no seu coletivo/grupo?
- 46. Quantos profissionais que NÃO são da dança trabalham no seu coletivo/grupo?



Tratamento e análise preliminar dos dados

Maria Fonseca Falkembach

A coleta de dados do Mapeamento da Dança RS ocorreu do dia 22 de agosto de 2020 a 22 de agosto de 2021, datas escolhidas por serem comemorativas do Dia do Folclore. As datas foram pensadas como uma estratégia de divulgação, visto que elas mobilizam ações dos agentes da dança e geram interesse e engajamento pelos meios de comunicação.

Os dados públicos foram disponibilizados no site do Mapeamento⁹ no dia 03 de setembro de 2021 e a apresentação da finalização da coleta ocorreu no dia 11 de setembro de 2021, em uma *live*¹⁰ com as pessoas realizadoras da pesquisa.

O mapeamento coletou dados de **1.572** pessoas diferentes. Temos dados de moradores de todas as regiões do Rio Grande do Sul, abrangendo **155 municípios**.

O Estado do Rio Grande do Sul é composto por 497 municípios. Se considerarmos o total de unidades federativas, há o entendimento de que o mapeamento atingiu 31,2%, o que significa menos da metade dos municípios. No entanto, se considerarmos a população, os 155 municípios indicados como residência pelos participantes da pesquisa representam 83% da população do estado, o que garante a representatividade da amostra.

Do total de municípios do RS, 331 (67%) são formados por uma população de até 10.000 habitantes, que representam somente 12,2% da totalidade da população do estado. O mapeamento coletou respostas de 28 municípios dos 331 com até 10.000 habitantes. Apenas 8,5 % desses municípios são local de moradia de trabalhadores da dança. Esse dado nos indica que locais com população pequena raramente são residência para trabalhadores da dança.

9. Disponível em: <https://sites.google.com/view/mapeamentodancars/o-que-%C3%A9?authuser=0>

10. Disponível em: <https://www.facebook.com/mapeamentodancars/videos/433156701446176>

Observa-se na Tabela 1 que o número de respondentes por 100.000 habitantes diminui conforme diminui a taxa demográfica dos municípios. No Rio Grande do Sul existe apenas um município (Caxias do Sul) com a população entre 350.001 e 550.000 em Estimativas de População, criada a partir do Sistema IBGE de Recuperação habitantes e um município (Porto Alegre) com a população entre 550.001 e 1.500.000.

Tabela 1 – Relação entre faixa populacional dos municípios e número de respondentes residentes.

Habitantes residentes no município	Número de respondentes	Total de habitantes do conjunto de municípios indicados pelos respondentes ¹¹	Respondentes por 100.000 habitantes
De 550.001 à 1.500.000	430	1.479.101	29,07
De 350.001 à 550.000	65	504.069	12,90
De 100.001 à 350.000	533	3.474.168	15,34
De 50.001 à 100.000	254	1.737.866	14,62
De 20.001 à 50.000	194	1.985.589	9,77
De 10.001 à 20.000	46	772.369	5,96
De 5.001 à 10.000	35	684.622	5,11
Até 5000	15	692.796	2,17

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Os dados populacionais apresentados nas tabelas 1, 2 e 3, têm como referência o ano de 2018. A fonte destes dados é a tabela de População residente estimada da busca Automática - SIDRA (IBGE, 2018, online).

Na Tabela 2 podemos notar que, dos municípios com mais de 20.000 habitantes, não obtivemos resposta de apenas dez. Desses dez, um está na faixa de 50.001 à 100.000 habitantes e 9 estão na faixa de 20.001 e 50.000 habitantes.

O mapeamento coletou dados de 100% dos municípios com mais de 100.001 habitantes, nos quais se concentram 1.028 respostas, 65,4% do total de respondentes. Isto significa que quase dois terços dos/as agentes da dança residem em 19 municípios do Estado.

11. Somatório do número de habitantes dos municípios dentro da faixa populacional (IBGE, 2018, online).

Tabela 2 – Relação entre faixa populacional dos municípios e número e percentual de municípios citados como residência na pesquisa. Relação entre faixa populacional dos municípios e percentual de respondentes da pesquisa.

Habitantes residentes no município	Quantidade de municípios na faixa populacional, no RS	Quantidade de municípios indicados como residência dos respondentes	Número de respondentes	% Municípios residência dos respondentes	% Respondentes do total da pesquisa
De 550.001 à 1.500.000	1	1	430	100	27,35
De 350.001 à 550.000	1	1	65	100	4,13
De 100.001 à 350.000	17	17	533	100	33,91
De 50.001 à 100.000	25	24	254	96,00	16,16
De 20.001 à 50.000	65	56	194	86,15	12,34
De 10.001 à 20.000	57	30	46	52,63	2,93
De 5.001 à 10.000	100	17	35	17,00	2,23
Até 5000	231	11	15	4,76	0,95

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Quando consideramos os municípios em que as pessoas exercem seu trabalho relacionado à dança, o número sobe para 258, que representa 52% dos municípios do estado. São 103 municípios citados como locais de trabalho, mas que não são local de residência dos respondentes.

Incluindo esses dados, o mapeamento tem informações sobre 100 % dos municípios com mais de 50.001 habitantes (Tabela 3). Dos municípios com mais de 20.000 habitantes, não obtivemos resposta de apenas dois, ambos estão na faixa de 20.001 e 50.000 habitantes.

A pesquisa obteve resposta de cerca de 97% dos municípios com número de habitantes entre 20.001 e 50.000 e 70% entre 10.001 e 20.000.

Tabela 3 – Relação entre faixa populacional dos municípios e número e percentual de municípios citados como local de trabalho na pesquisa.

Habitantes no município	Quantidade de municípios na faixa populacional, no RS	Quantidade de municípios com residentes	Quantidade de municípios locais de trabalho em que não há residentes	Quantidade de municípios com presença de profissionais da dança	% Municípios abrangidos pela pesquisa
De 550.001 à 1.500.000	1	1	0	1	100
De 350.001 à 550.000	1	1	0	1	100
De 100.001 à 350.000	17	17	0	17	100
De 50.001 à 100.000	25	24	1	25	100
De 20.001 à 50.000	65	56	7	63	96,9
De 10.001 à 20.000	57	30	10	40	70,2
De 5.001 à 10.000	100	17	27	44	44,0
Até 5000	231	11	58	69	29,9

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Perfil das pessoas da dança no Rio Grande do Sul

Neste primeiro bloco apresentamos os dados referentes às questões de 4 à 8 do formulário: 4. Data de nascimento; 5. Gênero; 6. Cor; 7. Estado civil; 8. Escolaridade.

Idade: Do ponto de vista da idade, a maioria dos profissionais da dança que responderam ao mapeamento se encontram nas faixas entre 20 e 30 e 30 e 40, onde se concentram mais de 60% das pessoas.

Tabela 4 – Idade.

Resposta	número de respondentes	% de respondentes
Até 20 anos	65	4,1
Mais de 20 a 30 anos	456	29,0
Mais de 30 a 40 anos	489	31,1
Mais de 40 a 50 anos	331	21,1
Mais de 50 a 60 anos	167	10,6
Mais de 60 anos	60	3,8

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Gênero: A dança é uma categoria predominantemente feminina.

Houve poucas respostas fora do padrão binário feminino e masculino: fluido, transgênero, não-binário, queer, gay. Dessas, apenas três pessoas (0,2% do total) se identificaram como transgênero.

Tabela 5 – Gênero.

Resposta	número de respondentes	% de respondentes
Feminino	1037	66,0
Masculino	521	33,1
outros	14	0,9

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

A partir desse dado podemos inferir que pensar políticas públicas para a dança também é elaborar políticas públicas para as mulheres.

Cor: A dança é uma categoria predominantemente branca. No entanto, comparativamente com os dados demográficos do Rio Grande do Sul, a presença de pretos e pardos é relativamente maior do que a da população em geral. De acordo com os dados da PNAD contínua do IBGE o estado tem uma população de 81,5% de pessoas brancas e 18,2% de pretos e pardos.

Tabela 6 – Cor.

Resposta	número de respondentes	% de respondentes
Branca	1181	75,1
Parda	184	11,7
Preta	168	10,7
outros	21	1,3
amarela	14	0,9
indígena	4	0,3

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Estado civil: Mais da metade das pessoas que responderam ao mapeamento são solteiras.

Tabela 7 – Estado civil.

Resposta	Número de respondentes	% de respondentes
Solteiro	895	56,9
Casado/união estável	570	36,3
Separado	99	6,3
Viúvo	8	0,5

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

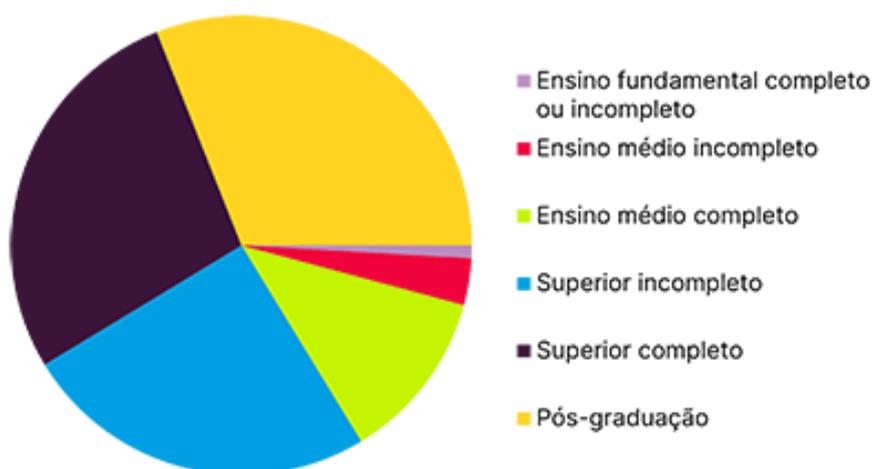
Escolaridade: O contingente que respondeu ao mapeamento tem uma escolaridade muito alta, muito distinta da média geral da população. Entre os que responderam à pesquisa, 83,7% têm curso superior.

Tabela 8 – Escolaridade.

Resposta	número de respondentes	% de respondentes
Ensino fundamental completo ou incompleto	14	0,9
Ensino médio incompleto	52	3,3
Ensino médio completo	191	12,1
Superior incompleto	394	25,0
Superior completo	435	27,7
Pós-graduação	487	31,0

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Figura 1 – Escolaridade.



Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Elaborado pela autora.

Distribuição geográfica

Neste bloco apresentamos os dados referentes à questão 10 (Cidade onde mora) e a questão 19 (Em qual(quais) município(s) você costuma exercer a maior parte de suas atividades laborais relacionadas à dança?).

Para a análise da distribuição dos/as trabalhadores/as da dança no território do Rio Grande do Sul, utilizou-se a divisão em Regiões Funcionais de Planejamento (RF). O Estado é dividido em 9 Regiões. As RFs são agrupamentos dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs)¹².

Municípios de moradia por região: A Tabela 9 compara o número total de municípios com o número de municípios residência de trabalhadores/as da dança em cada Região Funcional de Planejamento. Além disso, situa a quantidade de pessoas que respondeu a pesquisa residentes nas RF.

Tabela 9 – Municípios residência por região e respondentes por região.

	Total de municípios na região	Municípios da região com respostas	% Municípios da região com respostas	Total de respostas	% Respostas do total da pesquisa
Região 1	70	47	67,10	777	49,40
Região 2	59	13	22,00	38	2,40
Região 3	49	16	32,65	149	9,48
Região 4	21	9	42,86	38	2,42
Região 5	22	9	40,91	131	8,33
Região 6	20	12	60,00	82	5,22
Região 7	77	16	20,78	129	8,21
Região 8	49	15	30,61	139	8,84
Região 9	130	18	13,85	89	5,66

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

A Região 1, que abrange a região metropolitana do estado, é aquela que tem a maior porcentagem de municípios que são residência de trabalhadores/as da dança: em quase 70% dos municípios há a presença de profissionais do setor.

12. “Essa regionalização foi definida pelo Estudo RUMOS 20151, com base em critérios de homogeneidade econômica, ambiental e social e em variáveis relacionadas à identificação das polarizações de emprego, dos deslocamentos por tipo de transporte, da hierarquia urbana, da organização da rede de serviços de saúde e educação superior, entre outros. A regionalização dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDEs e das Regiões Funcionais de Planejamento – RFs corresponde às escalas utilizadas atualmente como referência para elaboração de vários instrumentos de planejamento como o Plano Plurianual – PPA e o Orçamento do Estado – LOA, além de outros diagnósticos e estudos prospectivos” (Rio Grande do Sul, 2022, online).

A Região 6, enquanto é uma das maiores em território, é aquela com menor número de municípios. Desses, 60% são moradia de trabalhadores/as da dança.

As Regiões 4, 5, 3 e 8 têm um percentual entre 30 e 45% de municípios com presença de trabalhadores/as da dança.

O norte do estado é a área mais carente de profissionais da dança. Apenas 21 % dos municípios na RF7 e 14% na RF 9 são residências dessas pessoas. Essas duas Regiões, são aquelas com a maior quantidade de municípios. A RF2 também apresenta número reduzido: 22% dos municípios são residências de profissionais da dança.

O mapa abaixo mostra a porcentagem de municípios do total de cada região que é local de residência dos respondentes da pesquisa. Também mostra a porcentagem do total de respostas da pesquisa, em cada região.

Figura 2 – Percentual de municípios residência dos respondentes do mapeamento por região funcional. Percentual de respondentes do mapeamento residentes nas RFs.



Fonte: Elaborado pela autora a partir do Mapeamento da Dança no RS, 2021 e da imagem elaborada por SEPLAG/DEPLAN - 06/2020.

Concentração geográfica: A Tabela 9 também apresenta a concentração de trabalhadores/as da dança por RF.

Aproximadamente a metade (49,4%) dos/as trabalhadores/as da dança está na Região Metropolitana, RF1. A segunda metade está distribuída nas outras regiões, sendo que 35% está entre as Regiões Funcionais 3, 8, 5 e 7. Há entre 8 e 9 % de participantes da pesquisa, em cada RF. As regiões com menor número de participantes são as RF4 e 2: aproximadamente 2,4% em cada uma.

Porto Alegre é residência de mais de 1/4 dos profissionais da dança no RS, conforme a Tabela 10 que lista os 14 municípios mais indicados pelas pessoas como local de residência. Observa-se que há concentração de profissionais em determinados municípios, mesmo nas regiões com maior presença de profissionais. Os municípios listados na Tabela 10 foram indicados por mais de 20 participantes como local de moradia: RF1: Porto Alegre, Novo Hamburgo, Canoas, São Leopoldo, Viamão, Gravataí; RF3: Caxias, Bento Gonçalves; RF5: Pelotas e Rio Grande; RF6: Bagé e Uruguaiana; RF7: Ijuí; RF8: Santa Maria. Podemos entender esses municípios como polos de dança de cada uma dessas Regiões.

Estes 14 municípios, juntos, são indicados como residência por 68% dos participantes do mapeamento.

Tabela 10 – Municípios residência com maior número de respondentes.

Município de moradia	Número de participantes	% de participantes	Região funcional
Porto Alegre	430	27,35	RF 1
Ijuí	102	6,49	RF 7
Pelotas	86	5,47	RF 5
Santa Maria	85	5,41	RF 8
Caxias do Sul	65	4,13	RF 3
Canoas	59	3,75	RF 1
Novo Hamburgo	57	3,63	RF 1
Viamão	31	1,97	RF 1
Rio Grande	27	1,72	RF 5
Gravataí	26	1,65	RF 1
Bagé	26	1,65	RF 6
São Leopoldo	25	1,59	RF 1
Bento Gonçalves	23	1,46	RF 3
Uruguaiana	21	1,34	RF 6

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Nas RF2, 4 e 9 não existe nenhum município com mais de 20 respostas.

No final do texto, apresentamos a tabela completa, com o número de respostas por município de residência.

Municípios com presença de profissionais da dança: Cerca de 23% dos profissionais da dança (363 participantes) exercem suas atividades laborais em mais de um município, portanto trabalham em cidades que não são seu local de moradia.

O número de municípios com presença de profissionais da dança aumenta quando considera-se os municípios em que se trabalha, sem que seja, necessariamente, local de residência. As respostas do mapeamento indicaram 103 municípios com essa característica: cerca de 21% dos municípios do RS.

Somados os 155 municípios que são residência a esses 103, temos 258 unidades federativas do Rio Grande do Sul, que representam 52% do total. Observa-se, portanto, que mais da metade das localidades do estado conta com a presença de profissionais da dança.

Na tabela 11 é possível perceber o aumento da porcentagem de municípios por região dos quais o mapeamento obteve dados, quando consideram-se os municípios locais de trabalho dos profissionais da dança que não são locais de residência.

Tabela 11 – Municípios com presença de profissionais da dança por região funcional.

	Total de municípios na região	Municípios residência	% Municípios residência	Municípios locais de trabalho que não são residência	Municípios com presença de profissionais da dança	% Municípios com presença de profissionais da dança
Região 1	70	47	67,1	12	59	84,3
Região 2	59	13	22,0	8	21	35,6
Região 3	49	16	32,7	9	25	51,0
Região 4	21	9	42,9	2	11	52,4
Região 5	22	9	40,9	5	14	63,6
Região 6	20	12	60,0	5	17	85,0
Região 7	77	16	20,8	10	26	33,8
Região 8	49	15	30,6	14	29	59,2
Região 9	130	18	13,8	38	56	43,1

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Com esses dados, a porcentagem de municípios com a presença da dança aumenta em todas as regiões. A região com menor índice de municípios com trabalhadores/as da dança passa a ser a RF7, com aproximadamente 34%.

As regiões RF1 e RF6 seguem sendo aquelas com maior porcentagem de municípios com a presença de profissionais da dança: 84% e 85%, respectivamente.

Observa-se que na RF9 (região com a maior quantidade de municípios: 130), embora apenas 18 municípios sejam residência, em 56 deles há pessoas trabalhando com dança: quase a metade.

Figura 3 – Percentual de municípios com presença de profissionais da dança por região funcional.



Fonte: Elaborado pela autora a partir do Mapeamento da Dança no RS, 2021 e da imagem elaborada por SEPLAG/DEPLAN.

Onde residem os participantes do mapeamento da dança no RS

Figura 4 – Número de participantes moradoras/es nos municípios do RS.

Município	Número de participantes residentes	Município	Número de participantes residentes
Região funcional 1			777
Corede Centro Sul		Corede Vale do Rio dos Sinos	
Arroio dos Ratos	1	Campo Bom	16
Barra do Ribeiro	1	Canoas	59
Butiá	1	Dois Irmãos	3
Camaquã	2	Estância Velha	6
Cerro Grande do Sul	1	Esteio	9
Dom Feliciano	1	Ivoti	6
São Jerônimo	4	Nova Hartz	2
Sertão Santana	1	Nova Santa Rita	2
Corede Paranhana Encosta da Serra		Novo Hamburgo	57
Lindolfo Collor	1	Portão	2
Morro Reuter	1	São Leopoldo	25
Rolante	1	Sapiranga	4
Santa Maria do Herval	1	Sapucaia do Sul	7
Taquara	2	Corede Metropolitano Delta do Jacuí	
Três Coroas	1	Alvorada	8
Corede Vale do Caí		Cachoeirinha	12
Alto Feliz	2	Eldorado do Sul	2
Barão	1	Gravataí	26
Bom Princípio	2	Guaíba	16
Capela de Santana	2	Porto Alegre	430
Feliz	1	Santo Antônio da Patrulha	2
Harmonia	2	Triunfo	2
Montenegro	17	Viamão	31
Salvador do Sul	1		
São José do Hortêncio	1		
São Sebastião do Caí	1		
São Vendelino	1		

Município	Número de participantes residentes	Município	Número de participantes residentes
Região funcional 2			38
Corede Vale do Rio Pardo		Corede Vale do Taquari	
Encruzilhada do Sul	1	Arvorezinha	3
Rio Pardo	1	Bom Retiro do Sul	1
Santa Cruz do Sul	12	Estrela	2
Sinimbu	1	Ilópolis	1
Venâncio Aires	3	Lajeado	5
		Roca Sales	2
		Taquari	4
		Teutônia	2
Município	Número de participantes residentes	Município	Número de participantes residentes
Região funcional 3			149
Corede Hortênsias		Corede Serra	
Canela	11	Bento Gonçalves	23
Gramado	6	Carlos Barbosa	7
Nova Petrópolis	5	Caxias do Sul	65
Picada Café	2	Farroupilha	1
São Francisco de Paula	3	Flores da Cunha	6
		Garibaldi	10
		Guaporé	2
		Nova Prata	2
		Veranópolis	2
		Corede Campos de Cima da Serra	
		Bom Jesus	1
		Vacaria	3

Município	Número de participantes residentes	Município	Número de participantes residentes
Região funcional 4			38
Corede Litoral			
Arroio do Sal	1	Torres	9
Capão da Canoa	1	Tramandaí	11
Cidreira	3	Três Cachoeiras	2
Imbé	3	Xangri-lá	1
Osório	7		
Município	Número de participantes residentes	Município	Número de participantes residentes
Região funcional 5			131
Corede Sul			
Arroio Grande	1	Rio Grande	27
Canguçu	1	Santa Vitória do Palmar	1
Capão do Leão	1	São Lourenço do Sul	3
Jaguarão	10	Tavares	1
Pelotas	86		
Município	Número de participantes residentes	Município	Número de participantes residentes
Região funcional 6			82
Corede Campanha		Corede Fronteira Oeste	
Bagé	26	Alegrete	5
Caçapava do Sul	3	Itaqui	3
Dom Pedrito	2	Quaraí	1
Lavras do Sul	3	Rosário do Sul	1
		Santana do Livramento	8
		São Borja	2
		São Gabriel	7
		Uruguaiana	21

Município	Número de participantes residentes	Município	Número de participantes residentes
Região funcional 7			129
Corede Fronteira Noroeste		Corede Noroeste Colonial	
Boa Vista do Buricá	1	Coronel Barros	1
Horizontina	2	Ijuí	102
Santa Rosa	3	Panambi	4
Três de Maio	1	Pejuçara	2
Tuparendi	1	Corede Celeiro	
Corede Missões		Humaitá	2
Porto Xavier	1	Santo Augusto	1
Santo Ângelo	4	Tenente Portela	1
São Luiz Gonzaga	2	Três Passos	1
Município	Número de participantes residentes	Município	Número de participantes residentes
Região funcional 8			139
Corede Alto Jacuí		Corede Jacuí Centro	
Cruz Alta	14	Cachoeira do Sul	17
Ibirubá	4	Restinga Seca	2
Não-Me-Toque	1	São Sepé	1
Tapera	2	Corede Vale do Jaguarí	
Corede Central		Jaguari	1
Agudo	1	Santiago	5
Dona Francisca	1		
Itaara	1		
Júlio de Castilhos	2		
Santa Maria	85		
Tupanciretã	2		

Município	Número de participantes residentes	Município	Número de participantes residentes
Região funcional 9			89
Corede Médio Alto Uruguai		Corede Nordeste	
Dois Irmãos das Missões	1		0
Frederico Westphalen	4	Corede Alto da Serra do Botucaraí	
Nonoai	1	Barros Cassal	1
Rodeio Bonito	1	Espumoso	5
Corede Norte		Soledade	12
Barão de Cotegipe	16	Corede Rio da Várzea	
Campinas do Sul	1	Chapada	1
Erechim	13	Palmeira das Missões	9
Getúlio Vargas	2	Sarandi	1
Corede Produção			
Carazinho	1		
Marau	3		
Passo Fundo	15		
Pontão	2		
Total			1572

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Perfil profissional das pessoas da dança no Rio Grande do Sul

Neste bloco apresentamos dados referentes às questões de 20 a 35 do formulário, as quais refletem a situação do trabalho em dança no RS no período do mapeamento. As questões são as seguintes:

20. Em qual faixa você situa sua renda individual?
21. Você desenvolve outra atividade profissional não relacionada com a dança?
22. Qual atividade?
23. Qual porcentagem da sua renda vem do seu trabalho com dança?
24. Quantas horas semanais, em média, são dedicadas à atuação no campo cultural?
25. Na sua história de vida em dança, onde você construiu sua prática?
26. Você tem pós graduação com pesquisa em dança?
27. Com qual/quais segmento(s) da dança você trabalha?

28. Possui Registro Profissional (antiga DRT) em dança?
29. Desde que ano atua profissionalmente com dança?
30. Qual a natureza do seu trabalho profissional da dança?
31. Em caso de autônomo e MEI, qual a origem da fonte de renda?
32. Como profissional da cadeia produtiva da dança, onde/com o que você trabalha?
33. Em quantos editais públicos você concorreu como proponente?
34. Quantos projetos em que você concorreu como proponente foram contemplados em editais públicos?
35. Qual(is) a(s) sua(s) atuação(ões) profissional(ais) como agente cultural na cadeia produtiva da dança?

As questões 22, 25 e 29 ainda se encontram em processo de tratamento e análise dos dados e não serão abordadas no presente texto. Apresentamos, a seguir, a sistematização das demais questões.

Renda total: Do total do contingente que participou do mapeamento, mais de dois terços (68%) tem uma renda mensal de menos de dois salários mínimos e apenas uma pequena minoria tem uma renda de mais de 10 salários mínimos.

Tabela 12 – Faixas de renda

Resposta	respondente	%
Até 1 salário mínimo	612	38,8
1 a 2 sm	465	29,6
2 a 5 sm	365	23,6
5 a 10 sm	109	6,9
Mais de 10 sm	22	1,4

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Figura 5 – Faixas de renda



Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Atividade profissional: Aproximadamente 61% dos participantes do mapeamento desenvolvem atividades profissionais fora do campo da dança.

Tabela 13 – Você desenvolve alguma outra atividade profissional não relacionada com a dança?

	Respostas	%
Não	591	37,6
Sim	957	60,9
Respostas inválidas	24	1,5

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Apenas 38% das pessoas participantes trabalham apenas com dança. Esse número converge com o dado da Tabela 14, que indica que aproximadamente 38% das pessoas responderam que toda sua renda ou mais do que 75% de sua renda, vem de seu trabalho com dança.

Tabela 14 – Qual a percentagem da sua renda vem do seu trabalho com a dança?

Resposta	%
De 75% a 100%	38,1
De 50% a 75%	10,9
De 25% a 50%	12,5
Até 25%	16,7
Não se aplica (renda com dança é um trabalho sazonal)	21,8

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Para aproximadamente 17%, o ganho não alcança um quarto da sua renda. Observa-se que cerca de 22% das pessoas não consideram a remuneração do seu trabalho com dança. Somando essas duas faixas, temos quase 40% de profissionais da dança, cujo trabalho não lhes garante nem um quarto de seus proventos.

Horas dedicadas: Somando os números das duas primeiras linhas da Tabela 15, observa-se que aproximadamente a metade dos respondentes (51,1%) dedica até 20 horas de seu tempo no campo cultural. Esse dado está na mesma direção dos números apresentados no item 3.2, acima, que mostram o grande contingente que desenvolve outras atividades fora do campo da dança.

Tabela 15 – Quantas horas semanais, em média, são dedicadas à atuação no campo cultural ?

Resposta	%
Até 10 horas	28,9
De 10 a 20 horas	22,2
De 20 a 30 horas	16,9
De 30 a 40 horas	15,8
Mais de 40 horas	16,2

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Pós-Graduação: Conforme o item 1.5, 31% dos/as participantes têm pós-graduação. Mais da metade desses (17% do total de respondentes) realiza pesquisa em dança, tal como detalhado na Tabela 16.

Tabela 16 – Você tem pós-graduação com pesquisa em dança?

Resposta	%
Não	82,1
Sim, especialização	10,1
Sim, mestrado	4,5
Sim, doutorado	1,9
Sim, pós-doutorado	0,5
respostas inválidas	0,9

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Segmento de dança: A grande maioria dos profissionais transita por dois ou mais segmentos da dança. Somente 452 marcaram como resposta apenas um estilo de dança.

Na elaboração da questão “Qual o gênero de dança praticado pelos profissionais da dança no Rio Grande do Sul?” (a pergunta 27 do formulário), definiu-se 17 possibilidades de escolha (listadas na Tabela 17) e, ainda, a opção “outro”, em que o/a respondente poderia acrescentar nova denominação.

Tabela 17 – Número de ocorrências para cada gênero de dança

	Número de ocorrências para cada uma das alternativas	Respostas com um único estilo de dança
danças contemporâneas	511	54
ballet clássico	473	57
jazz	361	3

danças de salão	360	54
ritmos	346	20
danças folclóricas	341	35
dança tradicional gaúcha	285	51
danças urbanas	270	44
outro	251	38
danças populares	238	6
danças étnicas	214	41
danças tradicionais	191	8
danças modernas	179	6
danças de matriz africana	123	4
sapateado	80	
danças aéreas	79	9
danças circulares	67	9
flamenco	60	13

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Algumas pessoas mostraram a necessidade de nomear o segmento de dança com que trabalham de modo diferente das alternativas da questão. Registramos 69 diferentes termos na alternativa “outro”. A “dança do ventre” foi o segmento mais recorrente, apontado por 39 pessoas. Depois, “dança criativa” (15 vezes), “estilo livre” ou “dança livre” (12 vezes) e pole dance (11 vezes). Também foram citadas com mais de 4 recorrências, os seguintes estilos: “capoeira”, “dança cigana”, “danças gaúchas de salão”, “dança na escola”, “dança para 3ª idade” ou “dança sênior”, “dança oriental”, “dança teatro”, “dança terapia”, “fitdance”, “stiletto”, “tribal fusion”, “videodança” e “zumba”.

Registro profissional: Aproximadamente 83% dos/as trabalhadores/as da dança não têm registro profissional.

Tabela 18 – Possui registro profissional (antiga DRT) em dança?

Resposta	%
Não	82,9
Sim	17,1

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Esse dado indica que apenas 17% das pessoas atuam nos circuitos profissionais de espetáculos de dança, nos quais se exige o registro.

Formalização: A pergunta “Qual a natureza do seu trabalho profissional da dança?” foi formulada com 7 alternativas de resposta fixas, mais uma oitava opção na qual a pessoa poderia marcar “outro”, e especificar.

- a. trabalho individual/autônomo e não pago previdência
- b. trabalho individual/autônomo e pago previdência
- c. MEI (microempreendedor individual)
- d. dono/sócio de empresa, exceto MEI
- e. funcionário de empresa com carteira assinada
- f. funcionário de empresa com RPA
- g. servidor público
- h. outro:

A pergunta foi elaborada com a possibilidade de múltipla escolha, o que gerou 38 tipos de respostas diferentes, sem considerar as respostas nas quais as pessoas assinalaram a alternativa “h” e especificaram a outra natureza (que não estaria especificada nas alternativas anteriores). Por exemplo, temos o caso de respondente que marcou:

- alternativa “a” e alternativa “b”;
- alternativa “a”, “b” e “c”;
- alternativa “a”, “e” e “g”;

Assim, para realizar o tratamento de dados desta questão, aqui apresentado na Tabela 19, definiu-se considerar que:

- a pessoa paga previdência se marcou a alternativa “a” (trabalho individual/autônomo e não pago previdência) juntamente com outra alternativa (exceto quando especifica na “h”, trabalho voluntário).
- a pessoa é microempreendedor individual se marcou a alternativa “c” (MEI) juntamente com as alternativas “a” e/ou “b”.
- a pessoa é dono/sócio de empresa, exceto MEI, se marcou a alternativa “d” juntamente com as alternativas “a” e/ou “b”.
- a pessoa é funcionário de empresa com carteira assinada, se marcou a alternativa “e” juntamente com as alternativas “a” e/ou “b” e/ou “c” e/ou “d”.
- a pessoa é funcionário de empresa com RPA, se marcou a alternativa “f” juntamente com as alternativas “a” e/ou “b” e/ou “c” e/ou “d”.
- a pessoa é servidor público, se marcou a alternativa “g” juntamente com qualquer das outras alternativas.
- se a pessoa marcou a alternativa “h” e descreveu a natureza tal qual as alternativas da questão, a resposta foi computada como se a pessoa tivesse marcado a alternativa similar.

Tabela 19 – Natureza do trabalho profissional em dança

Resposta	número de respostas	%
trabalho individual/autônomo e não pago previdência	518	32,95
trabalho individual/autônomo e pago previdência	59	3,75
MEI (microempreendedor individual)	427	27,16
dono/sócio de empresa, exceto MEI	149	9,48
MEI e empresa (exceto MEI)	9	0,57
funcionário de empresa com carteira assinada	97	6,17
funcionário de empresa com RPA	35	2,23
Funcionário (não especificou a relação de trabalho)	5	0,32
servidor público	116	7,38
Trabalho voluntário	30	1,91
aposentado	3	0,19
Estagiário ou bolsista de projeto de universidade	5	0,32
resposta não válida	31	1,97
não respondeu	88	5,60

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Cerca de 33% dos trabalhadores da dança responderam que são autônomos e não pagam previdência. Se somarmos a esta resposta, aqueles que responderam que realizam trabalho voluntário, temos cerca de 35% de pessoas na informalidade.

Cerca de 6% é funcionário de empresa com carteira assinada e aproximadamente 7% é servidor público. Temos, assim, apenas 13,5% de pessoas com vínculo empregatício.

Observa-se que a imensa maioria dos/as participantes são profissionais autônomos. Considerando tanto aqueles que possuem empresa quanto os que não possuem, temos aproximadamente 76% de respostas.

Em referência aos profissionais autônomos, 41% pagam previdência e/ou tem empresa. Cerca de 37% possui CNPJ, sendo que 27% são microempreendedores individuais. Observa-se, portanto, que o MEI é o principal modo de formalização dos trabalhadores autônomos da dança.

Esse dado mostra um problema na profissionalização deste segmento da economia, pois a dança não consta como atividade econômica do CNAE, a Classificação Nacional de Atividades Econômicas que determina as atividades exercidas por uma empresa.

Fonte de renda: O mapeamento buscou identificar a fonte de renda dos/as trabalhadores/as autônomos. Assim, na questão 31 do formulário, a pessoa que havia marcado os itens a, b ou c na questão 30 (item 3.7 deste relatório), deveria classificar por ordem de importância cada uma das fontes de renda nas alternativas apresentadas. A pessoa deveria marcar ordem de importância 3, 2 ou 1 para cada uma das fontes, ou ainda “não se aplica” (para quando a fonte de renda deveria ser desconsiderada).

Tabela 20 – Fonte de renda de trabalhadores/as autônomos

Fonte de renda	Número de respostas grau de importância “3”	Número de respostas grau de importância “2”	Número de respostas grau de importância “1”	Número de respostas “Não se aplica”
Colaboração espontânea/doações	320	204	221	315
Projetos culturais privados/crowdfunding	499	236	163	175
Projetos culturais com financiamento/parceria de órgãos públicos/editais municipal	625	178	127	162
Projetos culturais com financiamento/parceria de órgãos públicos/editais estadual	583	163	136	189
Projetos culturais com financiamento/parceria de órgãos públicos/editais federal	570	154	135	195
Projetos culturais com financiamento/parceria de órgãos públicos/editais privados	526	195	156	175
Cachês	678	218	113	89
Prêmios	388	237	204	179
Bilheteria	474	230	188	151
Mensalidade de alunos	877	103	82	101
Bolsa	397	165	146	279

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

A análise desses dados foi realizada de duas maneiras diferentes: a) maior grau de importância (3) e b) somatório da pontuação total.

a) Classificando por ordem decrescente o total de respostas que assinalou grau de importância “3”. A Tabela 21 apresenta essa classificação:

Tabela 21 – Fonte de renda indicada como mais importante por trabalhadores/as autônomos

Fonte de renda	Número de respostas grau de importância “3”
Mensalidade de alunos	877
Cachês	678
Projetos culturais com financiamento/parceria de órgãos públicos/ editais municipal	625
Projetos culturais com financiamento/parceria de órgãos públicos/ editais estaduais	583
Projetos culturais com financiamento/parceria de órgãos públicos/ editais federais	570
Projetos culturais com financiamento/parceria de órgãos públicos/ editais privados	526
Projetos culturais privados/crowdfunding	499
Bilheteria	474
Bolsa	397
Prêmios	388
Colaboração espontânea/doações	320

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

b) Somando os pontos para cada categoria. Neste caso, a classificação em ordem decrescente está indicada na Tabela 22:

Tabela 22 – Somatório da pontuação de fonte de renda indicada como mais importante por trabalhadores/as autônomos

Fonte de renda	Soma total dos pontos
Mensalidade de alunos	2919
Cachês	2583
Projetos culturais com financiamento/parceria de órgãos públicos/ editais municipal	2358
Projetos culturais com financiamento/parceria de órgãos públicos/ editais estaduais	2211
Projetos culturais com financiamento/parceria de órgãos públicos/ editais federais	2153
Projetos culturais privados/crowdfunding	2132

Projetos culturais com financiamento/parceria de órgãos públicos/ editais privados	2109
Bilheteria	2070
Prêmios	1842
Bolsa	1667
Colaboração espontânea/doações	1589

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Em ambas maneiras de analisar os dados - a) maior pontuação e b) somatório - chega-se à conclusão de que a principal fonte de renda dos profissionais da dança é a mensalidade de alunos. A segunda fonte de renda mensurada é o recebimento de cachês e, em terceiro lugar, estão os projetos com financiamento municipal, estadual e federal via parceria ou editais. Observa-se que há maior acesso aos editais municipais do que os estaduais e federais, nesta ordem. A mensalidade de alunos encontra-se entre as principais fontes de renda para 877 pessoas (56%) enquanto que o recebimento de cachê está entre as principais fontes de renda para 678 pessoas (43%). Uma média de 576 pessoas (37%) marcaram entre as principais fontes de renda, projetos com financiamento municipal, estadual, federal e privado. Neste quesito, vale mencionar que apenas 89 pessoas (5,7%) assinalaram que não recebem cachês e apenas 101 (6,4%) informaram que não recebem mensalidade de alunos.

Considerando-se, no entanto, o setor público como uma categoria única - sem distinguir as três esferas municipal, estadual e federal -, cabe destacar que o somatório dos pontos revela que as políticas públicas são a principal fonte de renda dos profissionais da dança. Conforme a Tabela 22, o somatório dos pontos dos projetos públicos municipais, estaduais e federais é de 6.722 pontos - mais que o dobro dos pontos referentes à mensalidade de alunos e a cachês.

Posto de trabalho: Poucos/as trabalhadores/as da dança trabalham apenas em um local de atuação. De todas as respostas, apenas 421 pessoas (aproximadamente 27%) assinalaram apenas uma alternativa para a pergunta “Onde/com o que trabalha?”. Cerca de 72% dos respondentes (1137) marcaram mais do que uma opção. Observa-se, portanto, que a grande maioria atua em várias frentes de trabalho, tanto ministrando aulas em diferentes espaços, como participando de criações artísticas.

Na Tabela 23 os locais/objetos de trabalho estão em ordem decrescente do número de ocorrências nas respostas. Escola de dança é o que mais aparece como o local de trabalho: mais da metade das pessoas (cerca de 51%) trabalha em escolas de dança.

Também é muito significativo o número de pessoas que trabalha com espetáculos (cerca de 41%). Importante lembrar que, conforme os dados do

item 3.7, apenas 17% têm registro profissional. Assim, a maior parte destes 41% que trabalham com espetáculo não têm sua atividade registrada.

Apenas 412 pessoas responderam que trabalham na rede de ensino (pública e privada, somando educação infantil, ensino fundamental e médio). Embora seja uma porcentagem importante no total de respondentes (26%), ao considerar que existe a lei Lei n.º 13.278, que desde 2016 inclui a Dança como uma das linguagens da área de Arte da escola, percebemos que esse número de profissionais é muito pequeno. Esse resultado converge com os dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2022, analisados por Cruvinel e Silveira (2023). Os pesquisadores apontam que a situação da inserção de profissionais graduados em licenciatura em dança nas escolas é preocupante: representa apenas 1,62% do total de licenciados, somando todas as linguagens da área de Arte. Seu estudo, que abrange docentes da Educação Básica (ensino fundamental e médio), da rede pública, mostra que em 2022, na Região Sul, do total de 11.033 docentes na área de Arte, apenas 83 têm licenciatura em dança. No Mapeamento da Dança no RS, 165 pessoas indicaram que trabalham em escola de ensino fundamental/médio pública.

Os eventos e aulas/coreografias particulares também se apresentam como espaços recorrentes de atuação: 33% e 44% das pessoas assinalaram essas alternativas, respectivamente.

Tabela 23 – Local/objeto de trabalho dos/as profissionais da dança

Onde/com o que trabalha	Número de ocorrências	% do total de respondentes
Em escolas de dança	804	51,15
Com aulas/coreografias particulares	695	44,21
Com espetáculo	644	40,97
Com eventos	524	33,33
Com oficinas temporárias de dança/ cursos livres de dança	490	31,17
Com projetos sociais	433	27,54
Com produção	387	24,62
Em academias	301	19,15
Centros de tradição gaúcha	209	13,30
Com palestras	193	12,28
Em escola de ensino fundamental/médio pública	165	10,50
Em escola de educação infantil privada e/ou pública	138	8,78
Em escola de ensino fundamental/médio privada	109	6,93
Em universidade pública	64	4,07
Em universidade privada	27	1,72

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Tendo em vista que, devido a possibilidade de múltipla escolha e da alternativa “outros”, a diversidade de respostas é muito grande, criou-se a Tabela 24, na qual foram estabelecidos critérios de prioridade no local/com o que trabalha.

Por exemplo, definiu-se como um critério de aglutinação, trabalho “em escola de ensino fundamental/médio privada”, considerando que, geralmente, trabalhar em escola demanda à pessoa priorizar esta atuação.

A tabela 24 também apresenta os dados referentes às pessoas que responderam que não trabalham (9 respostas) e respostas inválidas (5 respostas).

Tabela 24 – Local/objeto de trabalho dos/as profissionais da dança agrupados em categorias

Onde/com que trabalha – por categorias geradas por critérios de prioridade	número de respostas
Escola de educação infantil pública	2
Em escola de educação infantil privada	2
Em escola de educação infantil privada + diferentes locais	65
Em escola de ensino fundamental/médio privada	5
Em escola de ensino fundamental/médio privada + Em escola de educação infantil privada	33
Em escola de ensino fundamental/médio privada + diferentes locais	37
Em escola de ensino fundamental/médio privada + Em escola de ensino fundamental/médio pública	31
Em escola de ensino fundamental/médio pública	18
Em escola de ensino fundamental/médio pública + Em escola de educação infantil privada + diferentes locais	17
Em escola de ensino fundamental/médio pública + diferentes locais	93
Total de escolas	303
Escolas de dança	120
Escolas de dança + diferentes locais	487
Total de escolas de dança	607
Em universidade privada	1
Em universidade privada + diferentes locais	21
Em universidade pública	22
Em universidade pública + diferentes locais	33
Em universidade privada + universidade pública + diferentes locais	5
Total de universidades	82

Centros de tradição gaúcha	79
Com aulas/coreografias particulares	25
Espectáculo e espetáculo + produção	37
Com eventos	17
Com projetos sociais	23
Com produção	3
Em academias	19
Em diferentes locais, menos escolas, escolas de dança e universidades	315
Outros – centros de danças folclóricas/étnicas	48
Total (menos escolas e universidades)	566
Não trabalha	9
Respostas não válidas	5
Total	1572

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

De todas as respostas, apenas 40 responderam que trabalham apenas com espetáculo e/ou produção, 17 apenas com eventos: 3,6 % dos respondentes. Esse dado mostra que a imensa maioria (93,5%) tem o trabalho vinculado à educação. Considerando que nem todos os respondentes que assinalaram apenas CTG trabalham ministrando aulas - portanto, se não considerarmos CTG como espaço educativo - esse número diminui para 88,5%. Ainda assim, temos quase 90% dos respondentes trabalhando com educação.

Foi assinalado 412 vezes como local de trabalho a rede de ensino (pública e/ou privada) e 91 vezes as universidades: cerca de 32% do total trabalham com educação formal. Assim, aproximadamente 58% dos postos de trabalho relacionados com a educação não são escolas. A maioria dos processos de ensino-aprendizagem de dança se dá na educação informal.

Embora a imensa maioria trabalhe na área educacional, grande parte atua ao mesmo tempo no campo artístico e no campo educacional, visto que apenas 37 pessoas (pouco mais de 2%) assinalaram o espetáculo como única alternativa.

Inscrição em editais públicos: A pergunta “Em quantos editais públicos você concorreu como proponente?” foi elaborada para entender o acesso dos agentes da dança aos editais públicos.

Embora vários participantes tenham respondido que parte de sua fonte de renda é de projetos culturais com financiamento/parceria de órgãos públicos e/ou privados (conforme ITEM 3.8), a maioria (aproximadamente 60%) nunca concorreu a edital público como proponente.

Tabela 25 – Projetos inscritos em editais públicos

Número de editais públicos que a pessoa concorreu	Respostas	%
0	924	58,8
1	227	14,4
2	134	8,5
Entre 3 e 5	175	11,1
Entre 6 e 9	49	3,1
Entre 10 e 15	35	2,2
Entre 20 e 30	19	1,2
Entre 40 e 50	4	0,3
100	5	0,3

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Aqueles que concorreram uma ou duas vezes, somam 23%. Ou seja, cerca de 1/4 dos respondentes foram proponentes de projetos em editais por 3 vezes ou mais.

Apenas 4% respondeu que foi proponente por 10 vezes ou mais.

Podemos dizer que as pessoas que têm a prática de participar de editais públicos (que responderam ter participado mais de 10 vezes) são apenas 4% dos(as) trabalhadores/as da dança.

Projetos contemplados em editais públicos: Número de projetos nos quais a pessoa foi proponente, contemplados em edital público.

Esta questão (número 34 do formulário) se relaciona com a pergunta anterior. Algumas respostas foram consideradas inválidas, pois informaram o número de projetos contemplados em editais maior que o número de projetos inscritos.

Na tabela 26 observa-se que a porcentagem de projetos contemplados em relação aos projetos inscritos varia entre 20 a 70%.

Tabela 26 – Número de projetos inscritos e contemplados em editais públicos

Número de editais públicos que a pessoa concorreu como proponente	Número total de projetos inscritos por todos os respondentes	Número total de projetos contemplados, de todos os respondentes	% de projetos contemplados em relação aos projetos inscritos	Número de respondentes com nenhum projeto contemplado
1	224	154	68,75	70
2	264	142	53,79	36
3	264	125	47,35	20

4	176	87	49,43	4
5	215	93	43,26	4
6	150	89	59,33	1
7	70	35	50,00	1
8	72	49	68,06	0
9	45	21	46,67	0
10	230	120	52,17	1
12	60	29	48,33	0
14	14	10	71,43	0
15	90	40	44,44	1
20	180	112	62,22	0
30	300	104	34,67	0
40	80	16	20,00	1
50	50	30	60,00	0
100	500	150	30,00	0

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Embora exista imprecisão nesta questão, visto que algumas pessoas indicaram números redondos (20, 30, 40, 50 e 100) como resposta, é possível observar que há uma média de cerca de 50% de aprovação nos editais.

Por outro lado, existe o caso de pessoas que inscreveram 6, 7, 10, 15 e 40 projetos e indicaram que não foram contempladas com nenhum deles.

Funções na cadeia produtiva da dança: A pergunta sobre as atuações profissionais, apresentava 26 possibilidades de respostas, sendo que a pessoa poderia marcar várias delas. Nem 20% das pessoas (294 respostas) marcaram somente 1 tipo de atuação. Portanto, mais de 80% atua em mais de uma função na cadeia produtiva da dança.

As funções em que há mais pessoas atuando são as de professor(a) de dança e bailarino(a), cerca de 68 e 67% dos respondentes, respectivamente. A função de coreógrafo(a) é exercida por mais da metade das pessoas: 57%.

Tabela 27 – Funções mais recorrentes na cadeia produtiva da dança

Alternativas	Número de respostas	% do total de respostas
Professor(a) de dança	1074	68,32
Bailarino(a)	1059	67,37
Coreógrafo(a)	889	56,55
Instrutor(a) de dança	514	32,70

Ensaaiador(a)	416	26,46
Produtor(a)	396	25,19
Pesquisador(a)	330	20,99
Diretor(a) de cena	275	17,49
Coordenador(a) de grupo/coletivo	236	15,01
Gestor(a) de escola	203	12,91
Figurista	146	9,29
Assistente(a)	137	8,72
Divulgador(a)	134	8,52
Gestor(a) de espaço cultural	95	6,04
Cenógrafo(a)	92	5,85
Dramaturgista	65	4,13
Iluminador(a)	61	3,88
Costureira(o)	52	3,31
Fotógrafo(a)	46	2,93
Músico/musicista acompanhador(a)	38	2,42
Crítico(a)	36	2,29
Compositor(a) de trilha	35	2,23
Técnico(a) de som	33	2,10
Técnico(a) de luz	23	1,46
Cenotécnico(a)	19	1,21
Gestor(a) público	17	1,08

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Funções não previstas nas opções das respostas, que foram preenchidas na alternativa “outro”, nos mostram o quanto o campo da dança está em movimento e, ao mesmo tempo, o detalhamento e rigor das pessoas na descrição de seus fazeres, tais como: adereços, animador de pista, capacitador de docentes, assessoria de imprensa, coordenador Ponto de Cultura, curadoria, dançaterapeuta, designer gráfico, direção de edição, diretiva de associação, dançarino/a, DJ, docência, editor de audiovisual, editor de videodança, examinador de escolas, educador social, facilitadora de biodança, filmmaker, focalizador/a de dança circular sagrada, instrutora de Gyrotonic & Gyrokinesis, jurado, maquiadora, músico de grupo de danças, preparador corporal de elencos de dança e teatro, preparador/a físico/a, produtor de vídeo dança, sapatos de dança, supervisora e coordenadora, videomaker e voluntário em arrecadar recursos financeiros.

Como já foi dito, são poucas as pessoas que se dedicam a apenas uma função dentre todas as que compõem o campo da dança. Analisando a tabela

abaixo podemos perceber que mesmo as funções mais técnicas, ou mesmo de outra linguagem artística, poucas vezes é realizada por alguém que não tenha outras atuações. Por exemplo, ao buscar todas as ocorrências do termo “técnico(a) de luz”, apenas 7 das respostas não estão associadas com bailarino, ou coreógrafo, ou produtor, ou gestor de espaço, ou professor de dança. Ao buscar as ocorrências do termo “figurinista”, vemos que apenas 5 delas estão associadas à funções ligadas aos elementos cênicos como “costureiro(a)” e “cenógrafo(a)”, todas as demais ocorrências são de pessoas que também atuam como bailarino(a), ou coreógrafo(a), ou professor(a) de dança, entre outras funções.

Tabela 28 – Diversidade de funções na cadeia produtiva na dança

Alternativas	Todas as respostas	Realiza apenas esta função
Professor(a) de dança	1074	64
Bailarino(a)	1059	152
Coreógrafo(a)	889	2
Instrutor(a) de dança	514	33
Ensaaiador(a)	416	3
Produtor(a)	396	4
Pesquisador(a)	330	2
Diretor(a) de cena	275	
Coordenador(a) de grupo/coletivo	236	
Gestor(a) de escola	203	5
Figurinista	146	
Assistente(a)	137	1
Divulgador(a)	134	
Gestor(a) de espaço cultural	95	1
Cenógrafo(a)	92	
Dramaturgista	65	
Iluminador(a)	61	3
Costureira(o)	52	1
Fotógrafo(a)	46	2
Músico/musicista acompanhador(a)	38	2
Crítico(a)	36	
Compositor(a) de trilha	35	2
Técnico(a) de som	33	1

Técnico(a) de luz	23	5
Cenotécnico(a)	19	
Gestor(a) público	17	1

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Espaços culturais, escolas, grupos/coletivos

Foi indicado no questionário que as perguntas relativas às escolas e espaços culturais (questões de número 36 à 41) deveriam ser respondidas apenas pelas pessoas que se identificaram como gestor(a) de escola ou de espaço cultural. Embora somente 300 pessoas tenham selecionado essas atuações, 809 dos participantes responderam as perguntas sobre a situação da sede de sua escola/espaço cultural. Verificou-se que pessoas que não são gestoras dos espaços responderam essas questões, produzindo repetição de dados.

Da mesma forma, foi informado que as perguntas relativas aos grupos/coletivos (questões de número 42 à 46) deveriam ser respondidas apenas pelas pessoas que se identificaram como coordenador(a) de grupo/coletivo, que totalizam 236. Entretanto, as perguntas deste bloco sobre grupos/coletivos foram respondidas por 658 pessoas e a maioria não se identificou como coordenador/a. Podemos entender que existem outros modos de organização dos grupos, sem uma coordenação ou, ainda, que podem existir dados repetidos.

Portanto, como esses dados necessitam de um tratamento mais detalhado, não serão apresentados neste momento.

O impacto da pandemia

Devido o fato do Mapeamento da Dança ter sido realizado durante a pandemia da covid-19, houve necessidade de compreender como os/as profissionais da dança estavam sendo atingidos por esse contexto. A partir disso, foram elaboradas 8 perguntas (de número 11 ao número 18, no formulário) relacionadas diretamente com as regras de isolamento social daquele momento, quais sejam:

11. carga de trabalho relacionada com atividades profissionais em dança;
12. renda relacionada com atividades profissionais em dança;
13. necessidade de exercer atividades remuneradas fora do campo da dança;
14. carga horária semanal dedicadas à atuação no campo da dança;
15. dificuldade de subsistência;
16. acesso à internet em sua residência;
17. capacidade de produzir algo que possa ser distribuído ou exibido por meio virtual;
18. impedimento de produzir conteúdo para ser distribuído em meio virtual.

Atividade na pandemia: A pandemia impactou duramente o setor da dança, levando mais de 80% dos entrevistados a suspender ou diminuir suas atividades no período.

Tabela 29 – Impacto da pandemia sobre as atividades de dança

Alternativa	Número de respostas	%
Deixou a dança	229	14,6
Diminuiu as atividades	1111	70,7
Não mudou	92	5,8
Aumentou	140	8,9

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Renda na pandemia: Quase 80% dos participantes do mapeamento tiveram perdas de renda relacionadas às atividades de dança em razão da pandemia, sendo que mais da metade teve perdas de 50% a 100% da sua renda.

Tabela 30 – Perdas de renda durante a pandemia

Resposta	Número de respostas	%
Não teve perdas	343	21,8
Até 25%	130	8,3
De 25% a 50%	236	15,0
De 50% a 75%	349	22,2
De 75% a 100%	514	32,7

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Outras atividades na pandemia: A maioria das pessoas respondeu que teve necessidade de exercer atividades remuneradas fora do campo da dança no contexto das regras de isolamento social impostas pela pandemia.

Tabela 31 – Necessidade de exercer atividade remunerada fora do campo da dança durante a pandemia

Resposta	número de respostas	%
Sim	1078	68,6
Não	494	31,4

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Com a pandemia, aumentou em aproximadamente 8% a porcentagem de pessoas que passaram a desenvolver atividade fora do campo da dança. Conforme os dados apresentados no item 3.2, cujas respostas não deveriam considerar o contexto da pandemia, 61% dos participantes do mapeamento desenvolvem atividades profissionais fora do campo da dança e cerca de 38 % trabalham apenas com dança.

Carga horária de trabalho na pandemia: A carga horária semanal dedicada às atividades no campo da dança diminuiu.

Se antes da pandemia menos de 30% das pessoas dedicavam até 10 horas por semana ao campo cultural (conforme a Tabela 15), durante o isolamento social esse número sobe para 63% (Tabela 32). Por consequência, a porcentagem de pessoas que dedicam mais de 30 horas semanais à dança, diminuiu de 32% para 11,6%. Também diminuíram o tempo dedicado à dança, as pessoas que, antes, trabalhavam de 10 a 30 horas.

Tabela 32 – Horas semanais dedicadas às atividades no campo da dança durante a pandemia

Resposta	Número de respostas	%
Até 10 horas	994	63,2
De 10 a 20 horas	267	17,0
De 20 a 30 horas	128	8,1
De 30 a 40 horas	102	6,5
Mais de 40 horas	81	5,2

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Subsistência na pandemia: Os impactos da pandemia nas condições profissionais e de subsistência das pessoas foram diferenciados.

Tabela 33 – Se você teve diminuição da renda, em que categoria você se enquadra?

Resposta	Número de respostas	%
Dificuldade de manutenção das condições profissionais	613	39,0
Dificuldade de manutenção das condições profissionais e de subsistência pessoal	103	6,5
Dificuldade de subsistência pessoal	514	32,7
Não se aplica	342	21,8

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Acesso à internet: A falta de acesso à internet não pode ser considerado um problema para a maioria dos/as trabalhadores/as da dança durante a pandemia.

Apenas 1% dos respondentes afirmam não ter acesso à internet em sua residência. Cerca de 68% tem acesso à internet com rede de banda larga, que permite navegar em alta velocidade.

Tabela 34 – Tem acesso à internet em sua residência?

Resposta	Número de respostas	%
Sim (3G, 4G ou rádio)	490	31
Sim (banda larga)	1065	68
Não	17	1

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Produção de conteúdo na pandemia: Capacidade de produzir algo que possa ser distribuído ou exibido por meio virtual

Apenas 17% responderam que não conseguem produzir algo que possa ser distribuído ou exibido por meio virtual.

Tabela 35 – Conseguir produzir algo que possa ser distribuído ou exibido por meio virtual?

Respostas	Número de respostas	%
Não	271	17,2
Sim	1283	81,6
respostas inválidas	18	1,2

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Mais de 80% das pessoas respondeu que consegue produzir. A Tabela 36 mostra o número de ocorrências de cada alternativa dada como possibilidade para marcar como resposta, sendo que a pessoa poderia marcar mais de uma opção.

Tabela 36 – Produtos realizados para distribuir ou exibir durante o isolamento

Resposta	Ocorrências
Apresentações	822
Atividades de formação e capacitação	710
Festivais/mostras	337
Outros	187

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Dentre o que foi descrito na alternativa “outro”, temos 78 ocorrências do termo “aula”, 40 do termo “vídeo” e 22 do termo “live”, além de outros com menor número de ocorrências.

Impedimentos na produção de conteúdo: Dificuldade de produzir conteúdo para ser distribuído em meio virtual.

Embora 271 pessoas responderam que não conseguem produzir algo para o meio virtual, 577 responderam sobre o que as impede de produzir conteúdo. Na tabela 37 está detalhado o número de ocorrências de cada uma das alternativas (era possível marcar mais de uma).

Tabela 37 – impedimentos na produção de conteúdo para meio virtual

Alternativa	Número de ocorrências	% do total de respostas (577)
Falta de recursos	262	45,4
Falta de conhecimento técnico	134	23,2
Não gosto/me sinto à vontade	116	20,1
Não vai me dar retorno financeiro	118	20,5
Não há como trabalhar remotamente no gênero/tipo de dança com que trabalho	116	20,1

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Cruzamento de dados

Este relatório não pretende esgotar as possibilidades de cruzamento e análise dos dados produzidos no mapeamento. Entretanto, ao realizar o cruzamento entre os dados de algumas das questões, é possível apresentar elementos que permitem iniciar um detalhamento das características do campo profissional da dança no RS e se propõe a estimular a elaboração de diferentes questões e novas análises por outros pesquisadores.

Escolaridade e renda: Como já foi observado no ITEM 1.5, o contingente que respondeu ao mapeamento tem uma escolaridade muito alta, muito distinta da média geral da população. Porém, a alta escolaridade dos/as profissionais da dança não se reflete em uma remuneração mais elevada (ITEM 3.1).

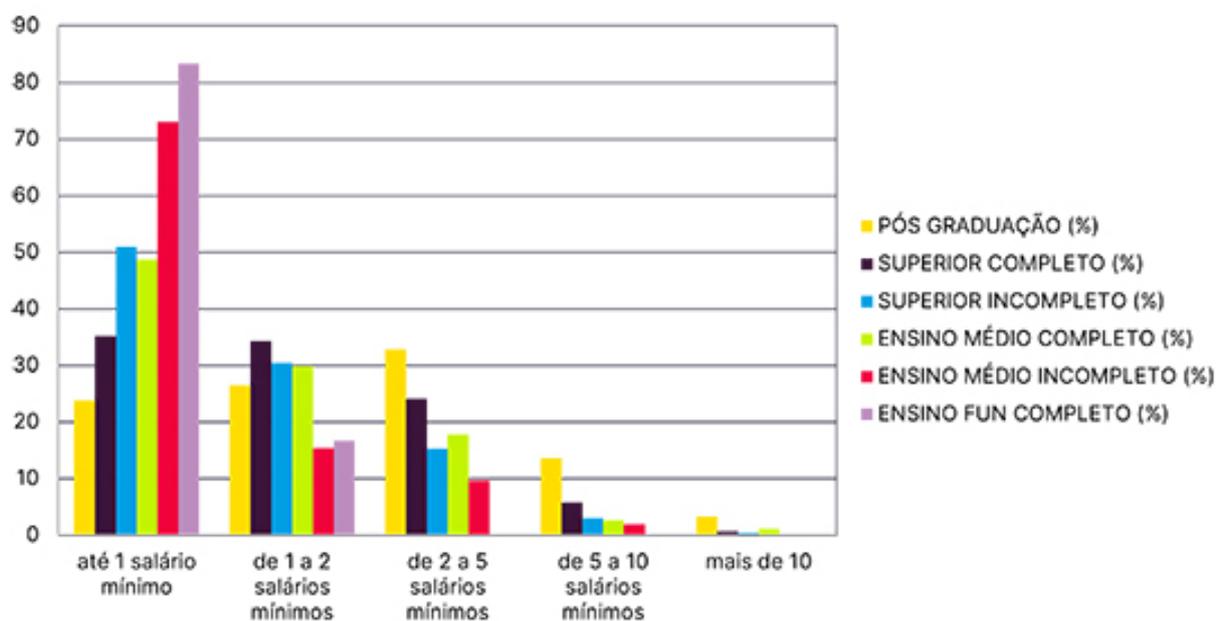
Ao cruzar os dados de escolaridade com os dados de renda, cria-se a Tabela 38, que apresenta a porcentagem da escolaridade por faixa de renda:

Tabela 38 – Escolaridade por faixa de renda

Renda	Pós Graduação (%)	Superior Completo (%)	Superior Incompleto (%)	Ensino Médio Completo (%)	Ensino Médio Incompleto (%)	Ensino Fund. Completo (%)
Até 1 salário mínimo	23,8	35,2	51,0	48,69	73,08	83,33
De 1 a 2 salários mínimos	26,5	34,3	30,5	29,84	15,38	16,67
De 2 a 5 salários mínimos	32,9	24,1	15,2	17,80	9,62	0,00
De 5 a 10 salários mínimos	13,6	5,7	3,0	2,62	1,92	0,00
Mais de 10	3,3	0,7	0,3	1,05	0,00	0,00

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Figura 6 – Escolaridade por faixa de renda



Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Pessoas cujo maior grau de escolaridade é o ensino fundamental não têm renda maior que 2 salários mínimos.

Apenas nos grupos “superior completo” e “pós-graduação” a porcentagem que ganha menos que 1 salário mínimo é menor que 35%. Para os outros grupos é em torno de 50% ou mais.

Há diminuição da porcentagem que ganha até um salário, conforme a escolaridade aumenta. Fica aproximadamente a mesma renda para quem tem ensino médio e superior incompleto. Há aumento da porcentagem de quem ganha acima de 2 salários mínimos, conforme a escolaridade aumenta.

Para todos os grupos com escolaridade a partir do “ensino médio completo” a porcentagem que ganha de 1 a 2 salários é de aproximadamente 30%.

A porcentagem por faixa de renda de quem tem ensino médio completo ou superior incompleto é aproximadamente a mesma.

Para facilitar a compreensão desses dados, apresentamos as tabelas para cada grau de escolaridade separadamente e gráficos em formato pizza.

Tabela 39 – Faixa de renda da população com pós graduação

Renda	Respondentes	%
Até 1 salário mínimo	116	23,8
De 1 a 2 salários mínimos	129	26,5
De 2 a 5 salários mínimos	160	32,9
De 5 a 10 salários mínimos	66	13,6
Mais de 10	16	3,3
Total	487	

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

O grupo de pós-graduação é o único em que a metade das pessoas ganham mais de 2 salários mínimos. Em todos os outros grupos (inclusive o superior completo) mais da metade ganha menos de 2 salários mínimos. Mesmo com pós-graduação, aproximadamente 25% das pessoas têm renda menor que 1 salário mínimo.

Tabela 40 – Faixa de renda da população com ensino superior completo

Renda	Respondentes	%
Até 1 salário mínimo	153	35,2
De 1 a 2 salários mínimos	149	34,3
De 2 a 5 salários mínimos	105	24,1
De 5 a 10 salários mínimos	25	5,7
Mais de 10	3	0,7
Total	435	

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Tabela 41 – Faixa de renda da população com ensino superior incompleto

Renda	Respondentes	%
Até 1 salário mínimo	201	51,0
De 1 a 2 salários mínimos	120	30,5
De 2 a 5 salários mínimos	60	15,2
De 5 a 10 salários mínimos	12	3,0

Mais de 10	1	0,3
Total	394	

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Tabela 42 – Faixa de renda da população com ensino médio completo

Renda	Respondentes	%
Até 1 salário mínimo	93	48,69
De 1 a 2 salários mínimos	57	29,84
De 2 a 5 salários mínimos	34	17,80
De 5 a 10 salários mínimos	5	2,62
Mais de 10	2	1,05
Total	191	

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Tabela 43 – Faixa de renda da população com ensino médio incompleto

Renda	Respondentes	%
Até 1 salário mínimo	38	73,08
De 1 a 2 salários mínimos	8	15,38
De 2 a 5 salários mínimos	5	9,62
De 5 a 10 salários mínimos	1	1,92
Mais de 10	0	0,00
Total	52	

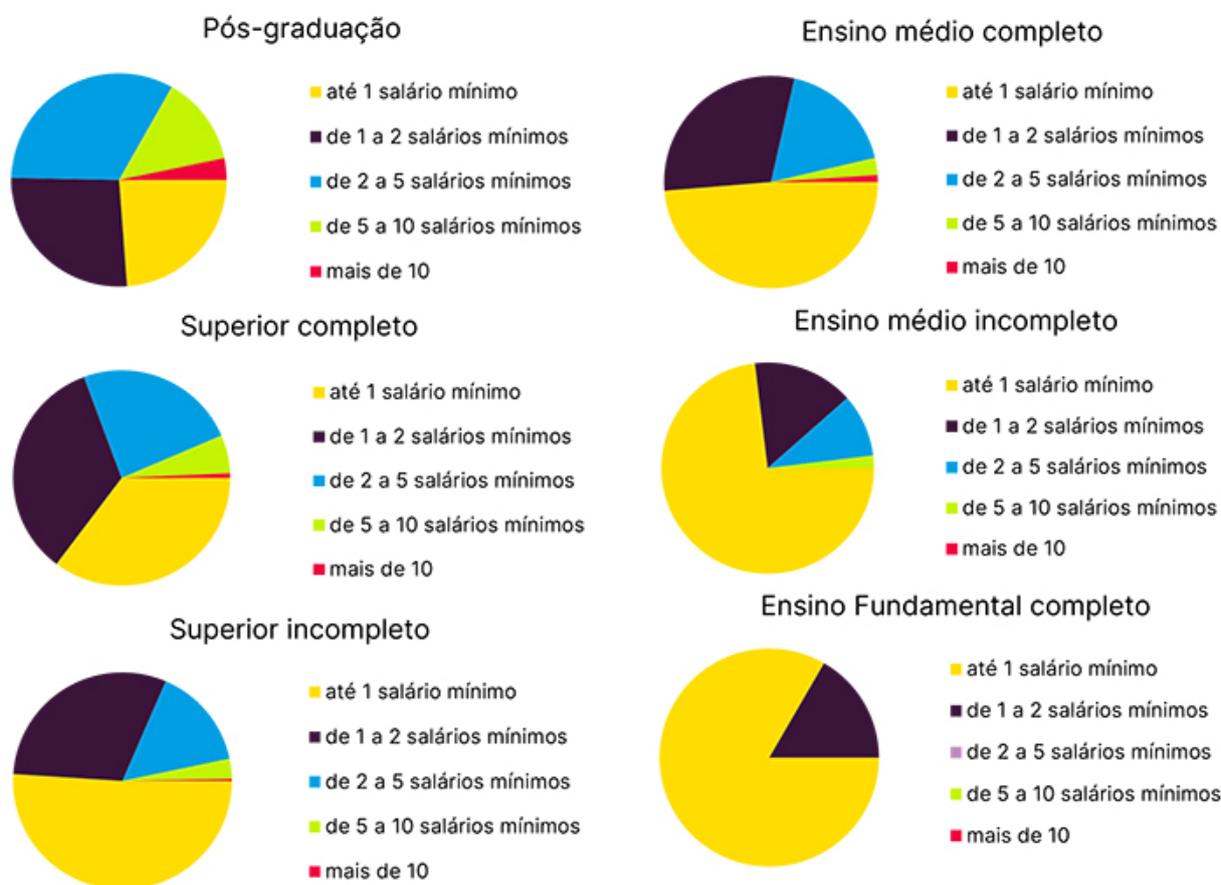
Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Tabela 44 – Faixa de renda da população com ensino fundamental completo

Renda	Respondentes	%
Até 1 salário mínimo	5	83,33
De 1 a 2 salários mínimos	1	16,67
De 2 a 5 salários mínimos		
De 5 a 10 salários mínimos		
Mais de 10		
Total	6	

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Figura 7 – Faixa de renda para cada grau de escolaridade



Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Ao observar o gráfico (Figura 7), é nítido como cresce a faixa de renda de até 1 salário mínimo (amarelo), na medida que a escolaridade diminui.

Também nota-se que a fatia azul (faixa de 2 a 5 salários mínimos) aumenta na medida em que aumenta a escolaridade.

Renda e trabalho exclusivo com dança: Buscou-se entender se há diferença na renda entre o grupo que trabalha exclusivamente com dança e o grupo que exerce também outra atividade profissional.

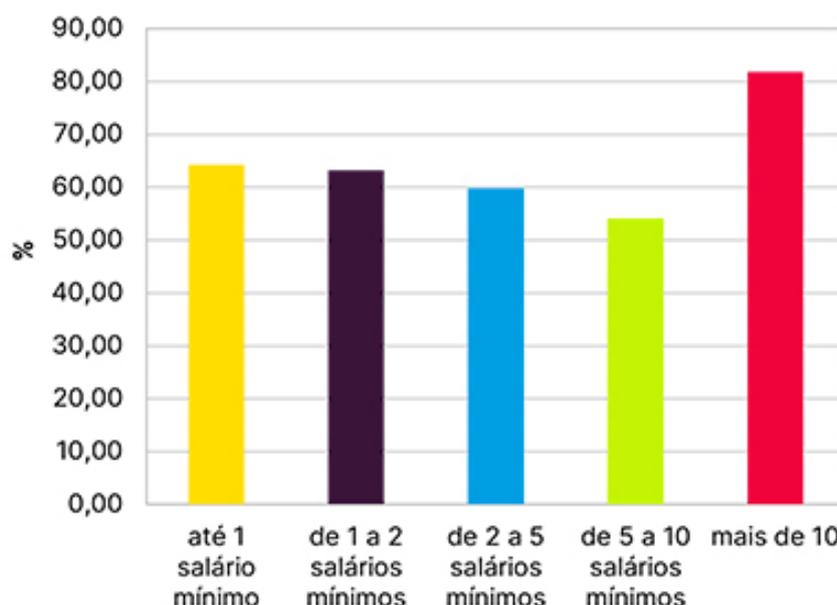
Como observado no item 3.2, do total das pessoas participantes, 62% exercem atividade profissional além da dança. Criou-se a Tabela 45 para investigar se há variação dessa porcentagem por faixa de renda. Identificou-se que não há variação importante nesse percentual: se mantém em torno de 55 e 65% o número que exerce outra atividade profissional. Há exceção na faixa de renda de mais de 10 salários mínimos em que mais de 80% das pessoas exercem atividade profissional além da dança.

Tabela 45 – Exerce atividade profissional além da dança por faixa de renda

Faixa de renda	%
Até 1 salário mínimo	64,22
De 1 a 2 salários mínimos	63,23
De 2 a 5 salários mínimos	59,73
De 5 a 10 salários mínimos	54,13
Mais de 10	81,82

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Figura 8 – Exerce atividade profissional além da dança por faixa de renda



Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Em qualquer faixa de renda, mais de 50% das pessoas exercem outra atividade profissional, além da dança. Conforme a renda aumenta (exceção na faixa de renda de mais de 10 salários mínimos), o percentual de pessoas que exercem atividade além da dança diminui. A faixa de renda de 5 a 10 salários mínimos é aquela em que o grupo que trabalha exclusivamente com dança é maior.

Na Tabela 46 isolou-se os dados do grupo que não exercem outra atividade além da dança, para responder a pergunta: quanto ganha quem trabalha apenas com dança?

Tabela 46 – Porcentagem na faixa de renda entre as pessoas que trabalham exclusivamente com dança

Faixa de renda	%
Até 1 salário mínimo	37,06
De 1 a 2 salários mínimos	28,93
De 2 a 5 salários mínimos	24,87
De 5 a 10 salários mínimos	8,46
Mais de 10	0,68

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Figura 9 – Quanto ganha quem trabalha apenas com dança



Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Não há variação significativa na porcentagem em cada faixa de renda entre o grupo que trabalha apenas com dança e o contingente total que respondeu o mapeamento (item 3.1): diminui de 68,4 para 66 a porcentagem com uma renda mensal de menos de dois salários mínimos. Assim, dois terços desse grupo não atingem renda maior que 2 salários mínimos.

Menos de 1% das pessoas que trabalham apenas com dança têm renda maior do que 10 salários. Menos de 10 % das pessoas que trabalham apenas com dança têm renda maior do que 5 salários.

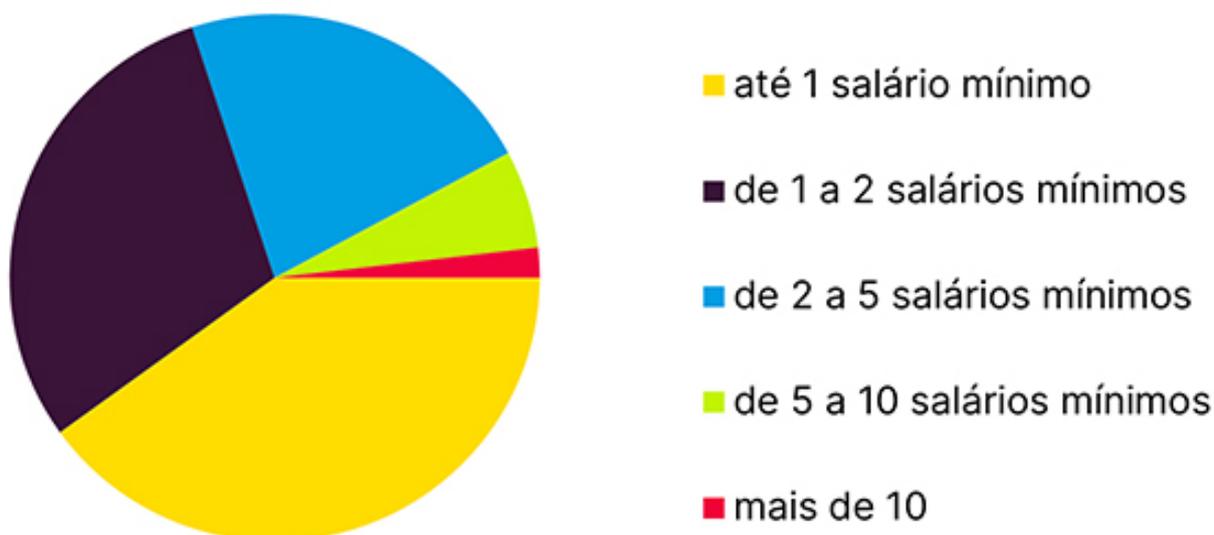
Do mesmo modo, criou-se a Tabela 46, isolando o grupo das pessoas que exercem outra atividade profissional além da dança.

Tabela 47 – Porcentagem na faixa de renda entre as pessoas que **não** trabalham exclusivamente com dança

Faixa de renda	%
Até 1 salário mínimo	40,02
De 1 a 2 salários mínimos	29,94
De 2 a 5 salários mínimos	22,20
De 5 a 10 salários mínimos	6,01
Mais de 10	1,83

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Figura 10 – Quanto ganha quem exerce outra atividade profissional além da dança



Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Sobe para 70% a porcentagem com uma renda mensal de menos de dois salários mínimos quando consideramos o grupo que **não** trabalha exclusivamente com dança. Por outro lado, mais do que dobra o contingente que recebe mais que 10 salários.

Percebe-se que o trabalho com dança está precarizado. Além disso, identifica-se que as outras atividades realizadas para complementar a renda não significam mudança de condições de vida.

Escolaridade e trabalho exclusivo com dança: Investigou-se a variação de escolaridade entre quem trabalha exclusivamente com dança e quem também exerce outra atividade profissional.

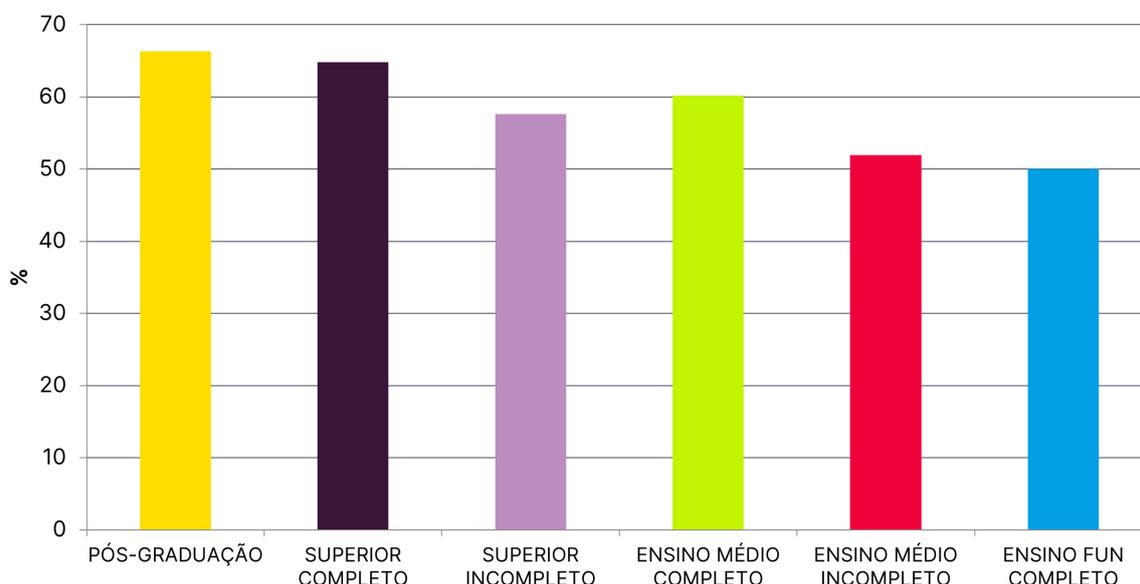
Em qualquer nível de escolaridade, mais de 50% das pessoas não trabalham exclusivamente com dança.

Tabela 48 – Exerce outra atividade profissional, além da dança

	Respostas	%
Pós-Graduação	323	66,32
Superior completo	282	64,83
Superior incompleto	227	57,61
Ensino médio completo	115	60,21
Ensino médio incompleto	27	51,92
Ensino fund. completo	6	50,00

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Figura 11 – Escolaridade de quem exerce outra atividade profissional, além da dança



Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

O grupo com pós-graduação é aquele em que há maior porcentagem de pessoas que exercem outra atividade profissional além da dança: aproximadamente 34% trabalham apenas com dança.

Relação entre gênero e renda: Não há variação relevante na porcentagem de gênero feminino e masculino nas diferentes faixas de renda.

Como apontado no item 1.2, de modo geral, as respostas para gênero foram: 66% feminino; 33% masculino; 1% outros. Isolando os dados por faixa de renda, a porcentagem de pessoas do gênero feminino fica entre 62 e 68 e a de pessoas do gênero masculino, entre 31 e 38.

Entretanto, um dado significativo é a não presença de pessoas de gêneros diferentes de feminino e masculino em faixa de renda maior de 2 salários mínimos. A soma das respostas identificando gêneros fluido, não binário, trans, apresentam 2% das pessoas na faixa de renda de até 1 salário mínimo e 0,4% das pessoas na faixa de renda de 1 a 2 salários mínimos.

Tabela 49 – Porcentagem de composição de gênero por faixa de renda

	Feminino (%)	Masculino (%)	LGBTQIA+ (%)
Até 1 salário mínimo	67,2	30,9	2,0
De 1 a 2 salários mínimos	66,5	33,1	0,4
De 2 a 5 salários mínimos	64,1	35,9	
De 5 a 10 salários mínimos	62,4	37,6	
Mais de 10	68,2	31,8	

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

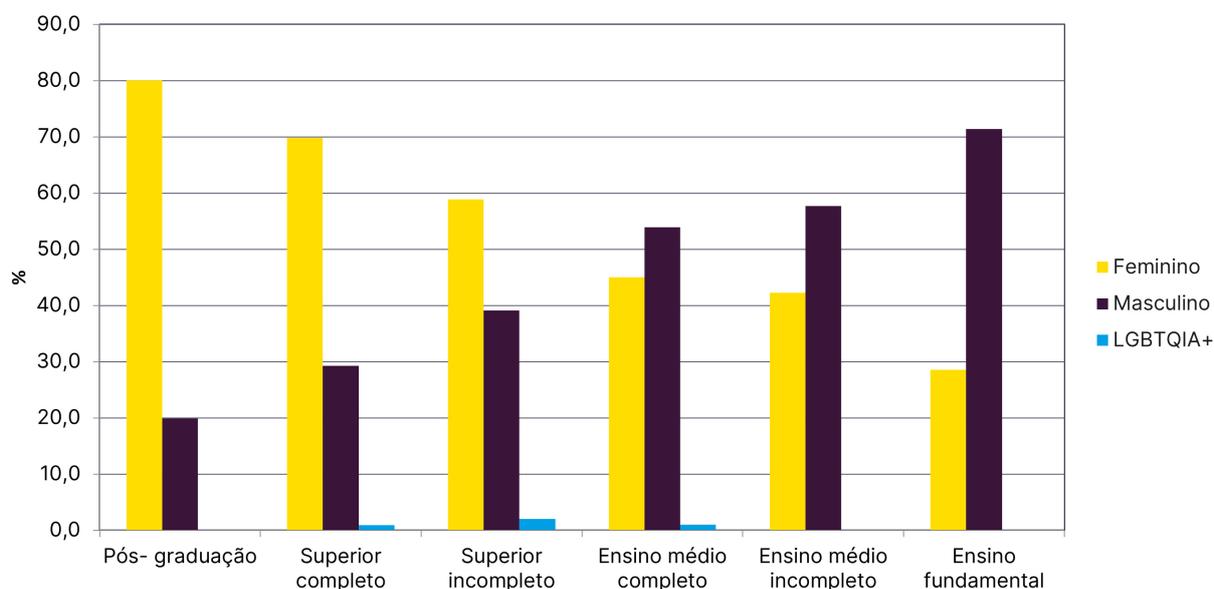
Relação entre gênero e escolaridade: Quanto maior a escolaridade, maior a porcentagem do gênero feminino.

Tabela 50 – Porcentagem de composição de gênero por nível de escolaridade

	Feminino (%)	Masculino (%)	Outro (%)
Pós-graduação	80,1	19,9	0,0
Superior completo	69,7	29,4	0,9
Superior incompleto	58,9	39,1	2,0
Ensino médio completo	45,0	53,9	1,0
Ensino médio incompleto	42,3	57,7	0,0
Ensino fundamental	28,6	71,4	0,0

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Figura 12 – Gênero e escolaridade



Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Não há presença de gênero diferente do feminino e masculino com pós-graduação.

Entre as pessoas que estão cursando o ensino superior, apenas 2% são de LGBTQIA+. Por outro lado, entre as que têm ensino superior completo, a taxa cai pela metade. Esse dado pode estar relacionado com o crescimento das políticas de ação afirmativa nas universidades. Pode estar relacionado, também, com a taxa de evasão de cursos universitários por esta parcela da população.

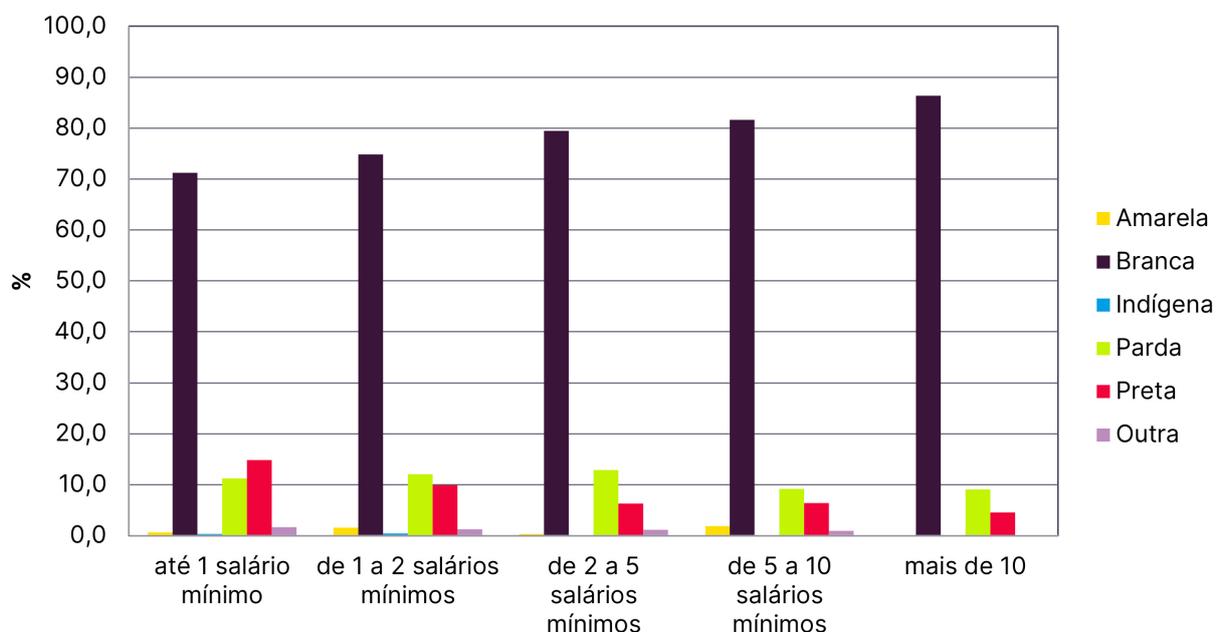
Relação entre cor e renda: A diferença entre a porcentagem de pessoas brancas e de não-brancas, amplia conforme aumenta o salário.

Tabela 51 – Porcentagem de composição de cor/etnia por faixa salarial

	Ama- rela	Branca	Indí- gena	Parda	Preta	Outra
Até 1 salário mínimo	0,7	71,2	0,3	11,3	14,9	1,6
De 1 a 2 salários mínimos	1,5	74,8	0,4	12,0	9,9	1,3
De 2 a 5 salários mínimos	0,3	79,5	0,0	12,9	6,3	1,1
De 5 a 10 salários mínimos	1,8	81,7	0,0	9,2	6,4	0,9
Mais de 10	0,0	86,4	0,0	9,1	4,5	0,0

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Figura 13 – Porcentagem de composição de cor/etnia por faixa salarial



Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

Na faixa entre 2 a 5 salários mínimos, a porcentagem de pessoas brancas sobe para aproximadamente 82%. Na faixa mais alta (acima de 10 salários mínimos), a porcentagem atinge 86%.

Relação entre cor e escolaridade: No âmbito geral do mapeamento, 75% das pessoas são autodeclaradas brancas. Há uma pequena variação nesse número ao considerar os níveis de escolaridade isoladamente.

Tabela 52 - Porcentagem de composição de cor/etnia por escolaridade.

	Ama- rela	Branca	Indí- gena	Parda	Preta	Outra
Pós-graduação	0,6	81,5	0,0	9,7	6,8	1,4
Superior completo	1,1	77,5	0,2	11,5	7,8	1,8
Superior incompleto	1,3	70,3	0,5	12,2	15,0	0,8
Ensino médio completo	0,0	63,4	0,5	17,8	17,8	0,5
Ensino médio incompleto	1,9	75,0	0,0	7,7	11,5	3,8
Ensino fundamental	0,0	78,6	0,0	7,1	14,3	0,0

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação da autora.

É no grupo com ensino médio completo que há maior porcentagem de pessoas autodeclaradas pretas e pardas, ou seja, 35,6%. Se no ensino superior incompleto (cursando graduação) temos 15% de pessoas pretas, na pós-graduação esse número cai pela metade.

Sínteses e encaminhamentos

Cabem reflexões no âmbito da coleta dos dados do Mapeamento da Dança no RS. Apesar de todo o esforço da equipe para a elaboração de perguntas e alternativas de respostas com vistas à obtenção de dados mais precisos possíveis, ao longo da análise foram identificadas dificuldades devido às formulações realizadas. Um dos motivos intrínsecos a este tipo de instrumento de pesquisa é o fato de que as palavras e as expressões escolhidas carregam historicidade, contextos e relações de poder. O grupo de pesquisadoras e pesquisadores estava consciente de que definiam-se subjetividades ao mesmo tempo em que o rol de termos relacionados às perguntas e às respostas ia sendo definido. Este foi um dos motivos para que o processo de construção do questionário fosse tão rico, detalhado e tão complexo.

Assim como em qualquer pesquisa – mesmo numa investigação quantitativa, percebe-se que não há neutralidade, nem na análise, nem na produção dos dados. Destaca-se o fato de que a confiança e rigor metodológico desta pesquisa foram construídos justamente a partir da pluralidade de corpos e perspectivas envolvidas, que debateram democraticamente cada passo e cada decisão tomada.

Entusiasmo saber que os dados públicos¹³ já estejam sendo utilizados para a construção de redes de comunicação entre trabalhadores/as da dança. Um exemplo é a constatação de que a Secretaria de Estado da Cultura (Sedac-RS) tem utilizado os endereços eletrônicos das pessoas participantes para divulgação de seus editais e outros informes.

Dentre os legados pretendidos, o objetivo é que, com a publicação deste relatório, cresçam as expectativas de novas e maiores formulações de políticas públicas para o setor. Oxalá seus desdobramentos possam impactar os inúmeros destinos dos profissionais do campo da dança em toda a diversidade de suas atuações.

Referências

CANEDO, Daniele; PAIVA NETO, Carlos Beyrodt (coord.). 2020. **Pesquisa Impactos da covid-19 na economia criativa**: relatório final de pesquisa. Salvador: Observatório da Economia Criativa. Santo Amaro: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Disponível em: <https://obec.ufba.br/economiacriativa-covid19/>. Acesso em: 8 fev. 2024.

CRUVINEL, Tiago; SILVEIRA, Túlio Fernandes. **Docentes com licenciatura em teatro na Educação Básica**: dados quantitativos de 2022 das escolas públicas do Brasil. Revista Sala Preta, v. 22, n. 2, p. 6-29, 2023. DOI: 10.11606/issn.2238-3867.v22i2p6-29.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2018. Estimativas de População. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <http://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579#resultado>. Acesso em: 26 dez. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [IBGE]. 2015. Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros – Cultura. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/livros/liv95013.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2023.

MAPEAMENTO DA DANÇA NO RS. 2021. **Banco de dados públicos**. Disponível em: <https://sites.google.com/view/mapeamentodancars/banco-de-dados-p%C3%BAblicos?authuser=0>. Acesso em: 8 fev. 2024.

NONADA JORNALISMO. [2019-]. **Observatório de Censura à Arte**. Disponível em: <http://censuranaarte.nonada.com.br/>. Acesso em: 7 nov. 2021. 07/11/2021

RIO GRANDE DO SUL. 2014. Portaria Sedac no 29, de 1o de julho de 2014. Publica o Plano Setorial de Dança do Rio Grande do Sul. Diário Oficial do Rio Grande do

13. O banco de dados públicos, autorizados pelos participantes do Mapeamento, encontra-se no site do Mapeamento da Dança no RS. Disponível em: <https://sites.google.com/view/mapeamentodancars/banco-de-dados-p%C3%BAblicos?authuser=0>

Sul, Porto Alegre, 3 jul. 2014, p. 100. Disponível em: <https://www.diariooficial.rs.gov.br/diario?td=DOE&dt=2014-07-03&pg=100>. Acesso em: 8 fev. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. 2022. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. 7 ed. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/regioes-funcionais-de-planejamento>. Acesso em: 8 fev. 2024.

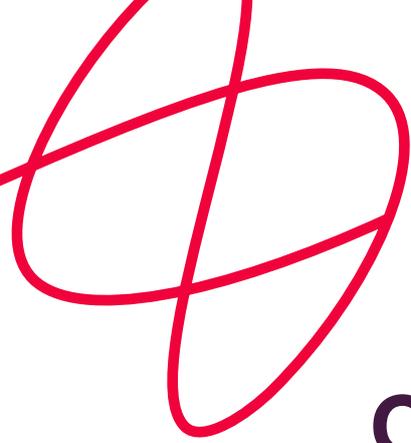
RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 14.778, de 4 de dezembro de 2015. Institui o Plano Estadual de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul. Diário Oficial do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 73, n. 232, 7 dez. 2015. Disponível em: <https://www.diariooficial.rs.gov.br/diario?td=DOE&dt=2015-12-07&pg=1> Acesso em: 8 fev. 2024..

THEDIM, Fernanda; MOLICA, Fernando. **É proibido proibir**: a censura volta a assombrar as artes. Veja, 11 out. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/cultura/e-proibido-proibir-a-censura-volta-a-assombrar-as-artes/>. Acesso em: 8 fev. 2024.

VINUTO, Juliana. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa**: um debate em aberto. Temáticas, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago./dez. 2014. doi: 10.20396/tematicas.v22i44.10977.

2.

REFLEXÕES



O Mapeamento da dança e seu papel na construção da democracia

Tarson Núñez

Este breve ensaio busca construir um olhar sobre o Mapeamento da Dança à luz de suas dimensões políticas. O que se busca demonstrar é que o processo do mapeamento, para além do seu valor intrínseco em termos de produção de conhecimento sobre a vida dos profissionais do setor, foi também um exercício que contribuiu para aprofundamento da democracia no estado do Rio Grande do Sul. A ideia é olhar o mapeamento como um processo que combina pesquisa, construção de conhecimento e gestão de informação que colabora com o fortalecimento dos espaços de gestão democrática das políticas para a cultura.

O mapeamento é parte de uma construção democrática tanto do ponto de vista das suas origens quanto do seu processo e resultados. Do ponto de vista das suas origens, ele se realiza através de estruturas organizacionais que fazem parte de toda uma construção de instituições democráticas de gestão do setor cultural. Da mesma forma, está relacionado também com todo um conjunto de lutas sociais em defesa da cultura, no qual os profissionais da dança estiveram engajados nas últimas décadas. Do ponto de vista do seu processo, foi construído de forma coletiva e participativa, o que também caracteriza um movimento na direção da democratização. Por fim, com relação aos resultados, o mapeamento contribuiu no fortalecimento dos movimentos organizados do setor, assim como de toda uma estrutura institucional participativa que se legitima e se fortalece no processo.

Um ponto de partida desta reflexão é um questionamento acerca do próprio conceito de democracia. O conhecimento convencional, que envolve tanto o senso comum como as teorias hegemônicas no campo das Ciências Sociais e da Administração Pública, tende a definir democracia estritamente como um conjunto de procedimentos institucionais que envolvem o controle

do poder de Estado. Basicamente democracia seria um conjunto de liberdades individuais e coletivas (de pensamento, de palavra, de associação) associadas a um conjunto particular de instituições (Legislativo, Executivo e Judiciário) e a um método particular de escolha de dirigentes (eleições periódicas). Essa ideia da democracia em sua dimensão exclusivamente representativa, na qual o povo incide somente no momento das eleições, é o modelo predominante no âmbito do senso comum assim como em muitas das teorias hegemônicas.

No entanto, no campo das Ciências Sociais esse modelo limitado de democracia já vem sendo questionado há muito tempo. Especialmente a partir da segunda metade do século XX a ideia de democracia associada exclusivamente à eleição dos governantes e constituição de um governo representativo foi objeto de críticas sistemáticas. Autores como Carole Pateman (1982), David Held (1996), Eilen Meiskins Wood (2003) e Boaventura de Sousa Santos (1999), Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer (2003) formularam críticas consistentes aos limites da democracia representativa, desenvolvendo distintas vertentes do que se convencionou denominar de teorias da democracia participativa. Essas abordagens têm em comum uma ideia de democracia como uma prática que deve “ser construída com a participação efetiva dos cidadãos de modo autônomo e solidário, sem delegações que retirem a transparência à relação entre ‘soberania’ e ‘governo’” (Santos, 1999, p. 239).

Uma visão mais contemporânea do que é a democracia, portanto, tem como fundamento a ideia de que todos os assuntos relativos à vida em comum da sociedade podem, e devem, ser decididos através de uma participação direta de todos os envolvidos. Charles Tilly (2007) associa democracia a um processo de ampliação da participação e do poder dos cidadãos na definição das decisões que afetam a vida em comum. Para ele, a democracia passa pela garantia de direitos iguais de todos os cidadãos a participar de todos os processos decisórios que envolvem a sua existência, com garantias de liberdade e processos de tomada de decisão onde a vontade de todos participantes seja levada em conta de forma igual.

De modo geral, essa abordagem busca valorizar a democracia do ponto de vista da ampliação da participação direta dos cidadãos e da expansão do direito de decisão a todos os campos da vida social, para além da política eleitoral. Uma abordagem que associa democracia a “uma visão de política que busca a criação e proliferação de práticas e instituições que possibilitem indivíduos e grupos a poder determinar as condições nas quais eles atuam e se relacionam com os demais” (Menser, 2019, p.4). Nesse contexto, democracia se relaciona com um poder cooperativo, ou seja, a possibilidade de atuar com os demais para aumentar as capacidades de cada um e obter benefícios para todos e ao mesmo tempo reduzir as desigualdades políticas, sociais e econômicas.

Esta análise das dimensões políticas do mapeamento da dança, portanto, toma como base essa noção ampliada de democracia. Uma visão que compreende que democracia é mais do que eleger pessoas para governar, mas que implica em uma participação direta e permanente dos cidadãos em todas as esferas de decisão, para além dos processos eleitorais. Nesse sentido, o mapeamento é um exemplo de democracia participativa em ação e, ao mesmo tempo, um momento de consolidação de estruturas institucionais voltadas para a ampliação da participação democrática dos cidadãos na construção das políticas públicas.

A democratização das estruturas do Estado em geral ocorre muitas vezes por conta de um processo que combina um movimento de dentro para fora da máquina pública, através da vontade política de governantes eleitos que desenham e propõem novas estruturas institucionais voltadas para a ampliação da participação. Mas a democratização acontece também, e principalmente, através de movimentos de fora para dentro das estruturas estatais, oriundo das demandas dos cidadãos por uma maior participação nas decisões. A experiência do Mapeamento da Dança é um exemplo muito claro dessa complexa dinâmica social e política. De um lado porque ele acontece a partir das estruturas de gestão democrática construídas nos últimos 30 anos e de outro porque essas estruturas foram ativadas a partir de uma pressão dos movimentos sociais em defesa da cultura, que protagonizaram um conjunto de ações e lutas no bojo das quais se situa o mapeamento.

A construção de uma institucionalidade democrática para a gestão da cultura

O mapeamento foi obra do Colegiado da Dança, uma estrutura que faz parte de um arcabouço institucional de gestão democrática da cultura construído no decorrer das últimas quatro décadas no Brasil. Esse processo, que se inicia no bojo da transição da ditadura militar para os governos civis, é caracterizado justamente por um avanço expressivo da democratização em nosso país. Tal dinâmica, que começa pela recuperação de um conjunto de liberdades que se inicia no final dos anos 70, se consolida com o restabelecimento dos mecanismos tradicionais da democracia representativa e com eleições livres em todos os âmbitos, mas que se amplia (e esta é uma novidade) no sentido de incorporar novos mecanismos de participação direta da sociedade civil nos processos decisórios acerca das políticas públicas.

Por trás e na base do processo que se materializou no Mapeamento da Dança se encontra esse arcabouço institucional de gestão democrática da cultura que começa a se constituir com a construção do Ministério da Cultura em 1985, se consolida na Constituição de 88, e se aprofunda com a Emenda Constitucional nº71 em 2012. Em 1985 o governo da transição democrática, liderado por José Sarney, cria o Ministério da Cultura como um reconhecimento da importância do tema para o desenvolvimento do país.

Não por acaso o primeiro ocupante do cargo foi o economista Celso Furtado, um dos principais intelectuais preocupados com as possibilidades de um projeto para o país, e que via na cultura um dos elementos essenciais para o desenvolvimento. Furtado afirmava que é “quando a capacidade criativa do homem volta-se para a descoberta de si mesmo, empenha-se em enriquecer o seu universo de valores, que se pode falar em desenvolvimento (Furtado, 1984, p.106).

Na Constituição de 1988, o artigo 215 estabeleceu que “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Além da afirmação da importância dos direitos culturais, a constituição estabelece também que o Estado deve proteger as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, assim como estabelece as regras de definição do que é o patrimônio cultural brasileiro em suas mais distintas expressões e estabelece os regramentos para a sua preservação.

Já no século XXI um amadurecimento da compreensão da sociedade sobre a importância da cultura leva a um detalhamento e aprofundamento da legislação. Para além de declarar direitos, a legislação passa a construir mecanismos de governança para o setor cultural. A criação de uma estrutura de gestão compartilhada, que inclua uma participação direta da sociedade na formulação, na implementação e no monitoramento das políticas públicas para a cultura, faz parte de um movimento mais amplo de constituição do que alguns estudiosos definiram como o desenho e implementação de instituições participativas. “A participação política no Brasil tem experimentado um crescimento constante desde a democratização. Com a promulgação da Constituição de 1988 foi dada a partida para a formação de uma vasta institucionalidade participativa que inclui conselhos, orçamentos participativos (OPs) e planos diretores municipais, entre outras formas de participação (Pires, 2011, p.13).

Essa construção institucional contou com uma intensa participação direta da sociedade civil. Paralelamente à vontade política dos governantes do momento, os movimentos sociais e a sociedade civil organizada se mobilizavam e demandavam uma participação maior, e mais direta, na definição das políticas públicas, também na área da cultura. Em 2005, realiza-se a 1ª Conferência Nacional de Cultura (CNC), precedida por conferências regionais, estaduais e municipais, definindo a construção de um Sistema Nacional de Cultura como uma das prioridades. Já o Decreto nº 5.520/2005 cria o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), um espaço de representação da sociedade civil na gestão das políticas culturais.

Em 2010 foi realizada a II Conferência Nacional de Cultura, novamente precedida de conferências municipais e estaduais e, em 2012, a emenda constitucional 71 consolida essa compreensão de uma estrutura de gestão democrática da gestão cultural. A emenda altera o artigo 216-A da Constituição, que estabelece que

O Sistema Nacional de Cultura organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade”, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais (Brasil, 2016, online).¹

Esse processo também ocorre nas várias unidades da federação. No Rio Grande do Sul o governo do estado aprovou em setembro de 2013 a lei 14.310, que institui o Sistema Estadual de Cultura “destinado à articulação, à promoção, à gestão integrada e à participação popular nas políticas públicas culturais” (Rio Grande do Sul, 2013, online). Entre os objetivos do Sistema Estadual de Cultura se destacam o fomento à produção, difusão, circulação e fruição de conhecimentos, bens e serviços culturais, mas também encorajar, implantar, acompanhar, fiscalizar e avaliar as políticas públicas de cultura pactuadas entre o Poder Público e a sociedade civil. Nessa lei se estabelece um mecanismo de governança participativa da gestão da cultura no Rio Grande do Sul.

Essa estrutura de participação da sociedade civil na gestão da política cultural tem origem na Constituição Estadual de 1989, que no seu artigo 225 instituiu o Conselho Estadual de Cultura, visando a constituir uma estrutura de gestão democrática. De acordo com o artigo da Constituição o Conselho “será composto por um terço de membros indicados pelo governador do Estado, e os demais dois terços serão eleitos pelas entidades dos diversos segmentos culturais”. Essa estrutura inicial é reorganizada depois na Lei que cria o Sistema Estadual de Cultura, com a incorporação de toda uma estrutura de governança que inclui o estabelecimento de estruturas de representação setorial, os Colegiados.

O Colegiado da Dança, portanto, é parte de uma construção nacional e estadual de um conjunto de instituições participativas que caracterizou o Brasil nesse período que vem desde a redemocratização, no década de 80 do século passado (Ipea, 2010). As três décadas que se seguiram à transição do regime militar para a democracia se constituíram em um período de criação, ampliação e aprofundamento das práticas da democracia, que abriram um espaço crescente para a participação direta dos cidadãos, dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil nos processos decisórios acerca das políticas públicas.

Todo esse processo demonstra um empenho dos governos nesse período no sentido de garantir uma maior democratização da gestão das políticas de Estado em todos os níveis. Segundo Leonardo Avritzer e Zander Navarro,

1. As informações relativas ao histórico da constituição do Sistema Nacional de Cultura tem origem no site do Ministério da Cultura, em <http://portalsnc.cultura.gov.br/historico-2/>, e foram acessadas em 28/08/2023.

esse empenho é fundamental na construção de instituições participativas: “um elemento importante nestes casos, é o que denominamos vontade política da administração municipal caracterizada pelo seu empenho em implementar políticas participativas” (Avritzer; Navarro, 2003, p. 24). Essa vontade política se materializou na constituição de um marco institucional favorável ao exercício da democracia participativa também no âmbito da cultura. O Colegiado, portanto, assim como todo o conjunto de estruturas que materializam o Sistema Nacional de Cultura fazem parte de um processo maior de institucionalização de processos de gestão democrática das políticas públicas no Brasil entre o fim do século XX e a primeira década do século XXI.

O papel dos movimentos sociais

No entanto, essa infraestrutura institucional para o exercício da democracia não caiu do céu, nem tampouco é uma obra exclusiva de governantes interessados em ampliar a participação dos cidadãos. Pelo contrário, conforme aponta Tilly (2004), via de regra a ampliação da democracia resulta de uma pressão social exercida de baixo para cima e de fora para dentro do Estado. Para esse autor, a democratização em geral é um resultado das pressões e das lutas exercidas pelos cidadãos, especialmente por aqueles que tradicionalmente estão excluídos dos processos decisórios. E no caso da gestão da cultura, os espaços conquistados sempre foram resultado de mobilizações e lutas políticas. É nesse contexto que se pode situar o Colegiado da Dança e seu esforço para realizar o mapeamento.

Um histórico recente das disputas em torno da condução das políticas públicas para a cultura mostra a força e o impacto dos movimentos protagonizados pelos trabalhadores da cultura. Temos no Rio Grande do Sul quase uma década de disputas políticas em torno do setor cultural. O ciclo recente da política brasileira, que se abre com as manifestações de 2013, passa pelo golpe parlamentar que derrubou a presidente Dilma Rousseff em 2016 e culmina com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, se caracteriza justamente por colocar o tema da cultura no centro das atenções. A extrema direita que chega ao poder com Jair Bolsonaro se caracteriza justamente por uma política de extrema hostilidade para com o setor cultural. Ao identificar as dimensões criativas e críticas da cultura como uma ameaça aos seus valores conservadores, a direita bolsonarista identificou os artistas como uma parte importante dos seus maiores inimigos.

Mas os ataques à cultura não se resumem à extrema direita bolsonarista. Aqui no Rio Grande do Sul o governador José Ivo Sartori (PMDB), eleito em 2014, extinguiu a Secretaria de Estado da Cultura, que foi fundida com a Secretaria do Turismo. Além disso, mesmo nos governos que não praticam essa política de desmonte da cultura, os investimentos são bastante limitados. O governador Eduardo Leite, que sucedeu Sartori, reinstalou a Secretaria

da Cultura, mas a participação da mesma no orçamento do estado nunca passou de 0,15% durante seus quatro anos de governo.

É nesse contexto que surgem movimentos de resistência por parte dos trabalhadores da cultura. Artistas, produtores culturais, empreendedores da cultura passaram na última década por um processo que gerou uma consciência cada vez mais intensa de que era preciso resistir ao desmonte das políticas culturais por uma questão de sobrevivência. Em maio de 2016, logo depois do golpe que derrubou Dilma, o presidente em exercício Michel Temer publicou a Medida Provisória 726, extinguindo o Ministério da Cultura. No dia 18 de maio artistas, ativistas e trabalhadores da cultura passaram a ocupar prédios relacionados com esse Ministério, como uma forma de protesto contra a extinção (G1, 2016, online). Em Porto Alegre foi ocupada a sede do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (Iphan). O movimento nacional, que passou a ser conhecido como “Ocupa MinC”, teve um profundo impacto na opinião pública.

As ocupações e as manifestações em defesa da cultura, que se generalizaram por todo o país, tiveram um grande impacto no cenário político e impuseram um recuo ao governo. Após uma semana de protestos contra a transformação do Ministério da Cultura em Secretaria Nacional de Cultura, vinculada ao Ministério da Educação, o presidente interino Michel Temer voltou atrás e decidiu recriar a pasta. No dia 24 de maio o governo edita uma medida provisória que era, segundo o ministro da Educação, “um gesto do presidente Temer no sentido de serenar os ânimos” (Poletti, 2016).

Ainda que seu objetivo imediato tenha sido atingido, o movimento “Ocupa MinC” seguiu aglutinando artistas e ativistas ligados à cultura, além de se articular com outros movimentos sociais. No Fórum Social das Resistências em janeiro de 2017 o movimento Ocupa MinC participou junto com outros movimentos dos debates sobre o desmonte das políticas públicas. Nesse debate os participantes do Ocupa MinC compartilharam a mesa de debates com outros movimentos urbanos que também utilizavam a prática de ocupações como instrumento de tornar públicas as suas demandas².

A partir de 2019, com a eleição de Bolsonaro à presidência, a disputa em torno da cultura atinge um outro patamar. O Ministério da Cultura foi novamente extinto e se inicia todo um processo de desmonte das políticas públicas para o setor. As políticas de fomento são reduzidas ou suspensas, as estruturas de gestão são desmontadas e a rede institucional de gestão participativa do setor cultural são esvaziadas ou simplesmente ignoradas. Esse processo de destruição das políticas incidiu fortemente sobre os trabalhadores da cultura e os profissionais da dança. A situação geral fortaleceu

2. Deste debate participaram Utopia e Luta e Lanceiros Negros, duas ocupações de movimentos de luta pela moradia; os movimentos estudantis que naquele momento protagonizavam uma onda de ocupações em escolas; Pandorga, uma ocupação de natureza mais cultural; e Mirabal, uma ocupação voltada para o atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica.

uma percepção crescente de que a própria existência dos artistas dependia de uma ação efetiva de resistência contra o desmantelamento das políticas para a cultura.

A resistência da sociedade civil e dos movimentos sociais continua durante todo o período, mantendo uma oposição pública às iniciativas do Governo Federal. Essa resistência, que já tinha se materializado em um engajamento efetivo dos trabalhadores do setor cultural nos protestos contra o golpe e o governo ilegítimo de Michel Temer, passou também por um engajamento dos artistas na campanha eleitoral contra a candidatura de Bolsonaro e se estendeu durante todo o seu governo em movimentos em defesa da cultura e da democracia. Em dezembro de 2019 é realizado em Porto Alegre um Festival Arte Pela Democracia, no qual é lançado o Fórum de Ação Permanente pela Cultura, espaço que passa a incluir os participantes do Ocupa MinC³.

A partir de março de 2020 a pandemia da covid-19 coloca desafios ainda mais profundos para os trabalhadores da cultura e os profissionais da dança. Ao desmonte das políticas públicas se soma a precarização profissional e existencial dos artistas e dos trabalhadores na cultura, na medida em que o fechamento das atividades públicas atingiu de maneira muito intensa o setor cultural. Nesse contexto, em 24 de março de 2020 o Fórum lança um documento defendendo o estabelecimento de ações emergenciais de apoio aos artistas. Com o título de “Fórum de Ação Permanente reafirma necessidade de diálogo na construção de alternativas neste momento de crise” o texto defende a adoção de medidas emergenciais de apoio aos artistas frente à pandemia.

Mais do que isso, o documento do Fórum apresenta explicitamente a demanda de realização de um mapeamento que permitisse conhecer melhor as características dos profissionais do setor cultural: “Acreditamos ser possível destinar recursos via FAC para entidades fazerem o mapeamento, cadastramento e distribuição de renda dos trabalhadores mais afetados neste momento.” A ideia do mapeamento, portanto, parte antes dos movimentos sociais de defesa da cultura do que dos gestores públicos encarregados do tema.

Nesse contexto, a ideia do mapeamento se fortalece quando da criação de uma política emergencial de apoio aos artistas no enfrentamento aos impactos da pandemia, a Lei Aldir Blanc (LAB). Essa lei, que estabelecia um mecanismo de auxílio financeiro aos artistas e trabalhadores da cultura, foi votada pelo Congresso Nacional por iniciativa de parlamentares da oposição e sancionada pelo presidente da República em agosto de 2020. Através dela, o Governo Federal alocou três bilhões de reais que foram repassados para estados e municípios que organizaram a sua distribuição aos beneficiários. Essa necessidade de identificar e acessar os trabalhadores da cultura para

3. <https://www.facebook.com/events/273221230258863>. Acesso em: 15 fev. 2024.

fazer a distribuição dos recursos da LAB tornou ainda mais atual o tema do mapeamento.

O processo de implementação da LAB envolveu uma participação muito ativa dos movimentos culturais e das organizações da sociedade civil representativas do setor cultural. Tanto o governo estadual como o Poder Legislativo, através da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa, estabeleceram fóruns de debate e colaboração para a implementação da distribuição dos recursos dos auxílios. É nesse contexto mais amplo, da mobilização do setor cultural e da resistência contra o desmanche das políticas públicas para a cultura, que o Colegiado inicia o processo do Mapeamento da Dança.

Uma convergência

O Mapeamento da Dança, portanto, ocorre como resultado dessa convergência num dado momento histórico entre um marco institucional existente de natureza democratizante já existente e as pressões e demandas dos movimentos sociais protagonizados pelos artistas em defesa da cultura. O Colegiado é o espaço de participação que é ocupado pelos movimentos sociais e pelas organizações representativas do setor da dança no sentido de constituir políticas públicas para o setor e a realização do mapeamento foi uma decisão política que buscava contribuir para um maior conhecimento acerca da realidade dos profissionais da dança.

Os membros do Colegiado da Dança são representantes eleitos com delegação de suas bases para fazer a interlocução entre os artistas e o Governo. E sua iniciativa de realizar um mapeamento decorre da compreensão de que é fundamental conhecer melhor a realidade da vida e do trabalho das pessoas que vivem da dança no Rio Grande do Sul. Essa busca por conhecimento e informação, portanto, não se trata de um procedimento estritamente acadêmico, mas sim de um esforço sistemático e organizado para levantar evidências que contribuam para a construção de políticas públicas para o setor.

Outro aspecto importante do processo do mapeamento foi a participação das universidades. O trabalho foi realizado com uma ativa contribuição dos cursos de graduação em Dança das Universidades Federais e da Universidade Estadual. A presença no colegiado de docentes e os contatos acadêmicos foram fundamentais para a realização do mapeamento, tanto do ponto de vista da sua formulação e construção metodológica, como do ponto de vista da implementação prática do mapeamento. O conhecimento e a experiência dos profissionais que atuam nas universidades foi fundamental para a realização do mapeamento. E esse esforço conjunto revelou uma virtuosa interação entre sociedade civil organizada, governo e universidades públicas, que também é um aspecto importante da construção participativa e democrática de políticas públicas.

No entanto, é importante destacar o pequeno envolvimento do Poder Executivo nesse processo. Se por um lado a Secretaria de Estado da Cultura foi parte da construção do mapeamento, na medida em que os representantes do Executivo fazem também parte do Colegiado, não houve, de parte da Sedac, nada além de uma anuência tácita à realização do mapeamento. Tanto que essa iniciativa foi restrita ao setor da dança, onde os participantes do Colegiado que representam a sociedade civil propuseram, organizaram e implementaram o processo. E não houve qualquer iniciativa similar nos demais colegiados, o que demonstra que a Sedac foi apenas uma participante secundária no mapeamento da dança, além de não fazer qualquer esforço para reproduzir a iniciativa nos demais colegiados.

Ainda assim fica evidente também que o processo do mapeamento foi um importante momento de protagonismo do Colegiado, que afirmou seu papel de representação dos profissionais da dança no âmbito do Sistema Estadual de Cultura, contribuindo para um maior conhecimento acerca da realidade dos profissionais do setor e para a ampliação da relação entre esses espaços de representação e as suas bases, o conjunto dos profissionais da dança.

Os impactos democratizantes do mapeamento

A partir desta breve descrição do processo do mapeamento do ponto de vista do processo político da sua construção se pode identificar seus impactos em termos da sua contribuição para o fortalecimento da democracia. A realização do mapeamento é uma expressão da democracia participativa em ação, na medida em que contribui para a construção de uma identidade e da organização dos trabalhadores da cultura, assim como fortalece toda uma estrutura institucional de gestão participativa. Dessa forma o mapeamento contribui no processo de construção institucional que permite a ampliação da participação direta dos profissionais da dança na construção das políticas públicas para o setor.

O mapeamento, portanto, foi um processo que contribuiu para o fortalecimento da democracia em múltiplas dimensões. Ele surge no bojo de uma estrutura institucional de democracia participativa, se articula a partir de movimentos e ativismos dos trabalhadores da cultura, envolve uma pluralidade de atores em cooperação, se utiliza de tecnologias da informação e comunicação como um instrumento de democratização e contribui na construção de uma identidade coletiva desse setor dos trabalhadores da cultura.

Do ponto de vista da dimensão política, o mapeamento se constituiu em um instrumento para fortalecer o Colegiado e, conseqüentemente, consolidar e dar consistência para o funcionamento do Sistema Nacional e do Sistema Estadual de Cultura. O mapeamento, assim, faz parte de um processo mais amplo de constituição de uma institucionalidade participativa. Ao conhecer

de forma mais sistemática quem são as suas bases e levantar evidências empíricas acerca das suas necessidades e demandas, o Colegiado se consolida como um espaço político de participação democrática. O mapeamento constitui-se em um diálogo ativo entre as entidades representativas que o compõem e o conjunto do setor. A experiência do mapeamento amplia a legitimidade do Colegiado, dando mais representatividade às suas demandas junto à Secretaria da Cultura. Com isso todo o sistema se fortalece.

O mapeamento tem também uma dimensão social que por sua vez contribui para o fortalecimento da democracia. Através dele, e especialmente do diálogo em torno dos seus resultados, o Colegiado contribui também no sentido da construção e fortalecimento de uma identidade coletiva dos profissionais da dança. O debate acerca dos resultados do mapeamento permitiu uma reflexão sobre de quem são, no que trabalham, como vivem e quais são as aspirações dos trabalhadores da dança. Esse (re)conhecimento de uma identidade coletiva inspira e fortalece ações em comum, despertam a solidariedade e a empatia, fortalecendo valores e práticas democráticas. Como bem demonstra Robert Putnam em seus estudos sobre a democracia na Itália, a coesão social, a solidariedade e o fortalecimento de relações horizontais são elementos centrais na construção da democracia (Putnam,1992)

Essa construção de uma identidade não se constitui em um aspecto meramente simbólico, teórico, mas tem desdobramentos bem objetivos. A experiência do mapeamento, o trabalho dos pesquisadores, dos professores, foi um esforço coletivo e colaborativo do qual resulta a construção de toda uma rede de contatos que ampliou o alcance da comunicação do Colegiado. De um lado, a experiência colaborativa fortaleceu as conexões entre as pessoas que participaram do mapeamento, que estabeleceram laços diretos a partir do trabalho coletivo. De outro lado, os endereços eletrônicos dos indivíduos pesquisados passam a fazer parte da base de dados do Colegiado, ampliando o contingente do público que passa a receber as comunicações e a participar dos debates por ele promovidos. Portanto, o mapeamento contribui para ampliar a participação direta dos profissionais da dança nas decisões sobre as políticas para o setor.

Além dessas dimensões políticas, de fortalecimento de uma estrutura institucional democrática e participativa, e sociais, de construção de identidades, a realização do mapeamento tem também efeitos democratizantes do ponto de vista institucional. O processo de sua realização resultou de uma ação conjunta das organizações da sociedade civil do setor da dança que representam o setor no Colegiado, do Estado (o governo estadual tem representação no Colegiado) e das universidades públicas, estadual e federais. Este esforço sistemático de cooperação, realizado em parceria entre as associações e entidades do setor, as universidades e o governo também é um elemento de fortalecimento da democracia, na medida em que estabelece laços de cooperação entre as instituições que atuam no campo da dança.

Mas o mapeamento tem também impactos na democracia do ponto de vista da dimensão tecnológica. A sua implementação envolveu também o uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) como instrumentos no processo de mapeamento e na difusão dos seus resultados. No processo de formulação e planejamento do mapeamento, as videoconferências foram instrumentos fundamentais para garantir o envolvimento de um grande contingente de participantes. A aplicação dos questionários foi toda realizada online, assim como a disseminação dos resultados. Além disso, o Colegiado utiliza as redes sociais como instrumento de comunicação permanente com as suas bases. O mapeamento, portanto, é um processo exemplar de como as TICs podem contribuir para a ampliação da participação e o fortalecimento da democracia, uma tradição que já vinha da experiência de ativismo nas redes dos movimentos como o Ocupa MinC ou o Fórum em Defesa da Cultura.

Por fim, o Mapeamento da Dança também se relaciona com a democracia do ponto de vista de uma dimensão epistemológica. Se pensarmos, na linha de Paulo Freire, a construção do conhecimento como construção de uma consciência emancipatória, o mapeamento foi um processo coletivo e democrático exemplar. Na sua implementação, o mapeamento teve como ponto de partida o desenvolvimento coletivo de uma metodologia, que foi amplamente discutida pelos participantes. Houve uma construção democrática dos instrumentos metodológicos para desenvolver um processo que tinha como objetivo a produção e fortalecimento de um espaço democrático, através da sensibilização, do debate, da mobilização e da organização dos profissionais da dança. O processo englobou um conjunto de atores que se envolveram em uma espécie de pedagogia da democracia, uma experiência de trabalho coletivo de construção da democracia.

Um balanço final: o mapeamento fortalece a democracia

Esta breve descrição das implicações políticas do Mapeamento da Dança nos permitem afirmar que em múltiplas dimensões ele foi um exercício de construção da democracia. O mapeamento foi um processo colaborativo que aproximou as representações institucionais e o conjunto dos trabalhadores do setor, os profissionais da dança, fortalecendo a sua organização, a representatividade de suas organizações e sua capacidade de incorporar um contingente crescente de pessoas a um debate e uma maior participação.

Ao mesmo tempo, sua realização foi uma experiência prática de construção democrática, resultante da organização e do ativismo do movimento dos trabalhadores da cultura. O mapeamento surge de uma demanda dos movimentos e, nessa medida, é uma demonstração prática do impacto real que esses movimentos podem ter sobre as políticas públicas. O mapeamento foi um processo de ação coletiva que foi capaz de ampliar espaços de parti-

cipação direta dos cidadãos no debate, na formulação e na implementação das políticas públicas para o setor da dança.

Por fim, o mapeamento foi um momento importante de fortalecimento das estruturas de gestão democrática do Sistema Estadual de Cultura. Ele ampliou a legitimidade do Colegiado da Dança como espaço de representação e participação do setor na discussão das políticas públicas, contribuindo para a consolidação de uma institucionalidade mais democrática no âmbito da gestão cultural.

Referências

AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander. **A inovação democrática no Brasil, o Orçamento Participativo**. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. 2012. Emenda Constitucional n. 71, de 29 de novembro de 2012. Acrescenta o art. 216-A à Constituição Federal para instituir o Sistema Nacional de Cultura. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc71.htm#:~:text=Emenda%20Constitucional%20n%C2%BA%2071&text=Acrescenta%20o%20art.,do%20%C2%A7%203%C2%BA%20do%20art. Acesso em: 29 fev. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 2/9/2023

FURTADO, Celso. **Cultura e Desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HELD, David. **Models of Democracy**. Stanford, Stanford University Press, 1996

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Estado, Instituições e Democracia: Democracia.. Brasília: IPEA, 2019.

MENSER, Michael. **We decide, theories and cases in participatory democracy**. **Philadelphia**: Temple University Press, 2018.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

PIRES, Roberto Rocha C. **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: Ipea, 2011.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia, a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. **Introdução: para ampliar o cânone democrático**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. Democratizar a democracia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

TILLY, Charles. **Contention and democracy in Europe, 1650-2000**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

TILLY, Charles. **Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

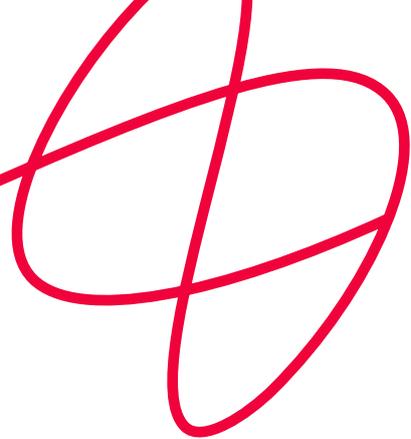
Rio Grande do Sul. 2013. Lei nº 14.310, de 30 de setembro de 2013. Institui o Sistema Estadual de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-14310-2013-rio-grande-do-sul-institui-o-sistema-estadual-de-cultura-do-estado-do-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 20 ago. 2023.

G1. 2016. **Manifestantes ocupam prédios em protestos contra extinção do MinC**. 19 maio 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2016/05/manifestantes-ocupam-predios-em-protestos-contra-extincao-do-minc.html>. Acesso em: 15 fev. 2024.

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. São Paulo, Paz e Terra, 1982.

POLETTI, Luma. **Após protestos, Temer recria Ministério da Cultura**. Uol, 21 maio 2016. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/temer-volta-atras-e-recria-ministerio-da-cultura/>. Acesso em 15 fev. 2024.

WOOD, Ellen Meiskins. **Democracia Contra o Capitalismo**. São Paulo, Boitempo, 2003.



Sobre o Mapeamento da Dança do RS:

perspectivas e reminiscências de uma trabalhadora e um trabalhador da dança

Luciana Paludo e Diego Mac

Este texto foi escrito a quatro mãos, duas cabeças e dois corpos que dançam, que produzem dança, que coreografam e dirigem dança e que participaram da realização do Mapeamento da Dança no RS, entre os anos de 2020 e 2021. Esses anos também foram tempos nos quais a população do planeta Terra foi acometida por uma pandemia, a da covid-19. Essa realidade não pode ser ignorada, uma vez que foi o pano de fundo histórico e social que, de certa forma, propiciou a elaboração do referido mapeamento. Serão descritas situações e metodologias criadas para a implementação do mapeamento e divulgação de seus resultados. Essas descrições serão permeadas pelas perspectivas de trabalho de quem escreve: Luciana Paludo, em Movimento 1 e Diego Mac, em Movimento 2. O objetivo central do texto consiste em colaborar com os registros desse acontecimento que impactou a organização do setor da dança no Rio Grande do Sul (RS), que resultou numa base de dados, com informações das pessoas que trabalham com dança no RS.

Movimento 1:

Em março e abril do ano de 2020 começamos a efetivar uma ideia antiga, que já rondava o setor da dança do Rio Grande do Sul (RS) há algum tempo: de realizarmos um mapeamento da dança no RS. Escrevo este texto em agosto de 2023, mais de três anos se passaram e algumas lembranças se mesclam, quando retomo àquele primeiro trimestre de 2020. Reavivar essas memórias e documentos para escrever e deixar este registro é parte da metodologia desta escrita. Ao rememorar o contexto histórico, político e social que estávamos imersos durante o período no qual realizamos o mapeamento, constato que a situação social, vivenciada coletivamente em

decorrência da pandemia da covid-19, nos direcionou aos delineamentos metodológicos, os quais nos levaram a efetivar o trabalho. E o enredo desse contexto, para nós aqui no Brasil, era agravado devido a um Governo Federal negacionista, que desdenhava das medidas protetivas, em relação ao combate e à contenção da doença que assombrava boa parte da população mundial. Era um conjunto de ações que presenciávamos, de chacotas à ciência, de desobediência às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), dos desvarios da propaganda e do comércio de medicamentos ineficazes, que prometiam prevenir e curar a covid-19, por parte do Governo Federal e de sua equipe. Ainda tenho e, posso falar por boa parte da população brasileira, temos a esperança de que esses atos sejam devidamente investigados, julgados e que as pessoas envolvidas possam ser responsabilizadas.

O contexto acima se faz necessário para iniciar a escrita reminiscente sobre a realização do Mapeamento da Dança do RS. Então, começo fazendo a minha descrição (aprendemos muito, durante as transmissões ao vivo pelas redes sociais a começarmos as nossas falas fazendo a audiodescrição): sou uma mulher de pele clara, com olhos castanhos e cabelos castanho claro, até a altura dos ombros; tenho de altura um metro e setenta centímetros e uma forma longilínea; sou uma trabalhadora da dança que já atuou em muitos campos de trabalho dessa profissão. Em 1989 me formei bacharela em Dança (PUC-PR/ Fundação Teatro Guaíra – hoje, Unespar); em 1990, pela mesma instituição, me formei licenciada em Dança. Desde essa ocasião, trabalhei em escola de outras pessoas; tive minha própria escola de dança (de 1992 a 2000, em São Luiz Gonzaga, RS); dancei em diversos lugares do Brasil; lecionei em três Cursos de Graduação em Dança (Unicruz, de 2000 a 2008; Ulbra, de 2009 a 2011; UFRGS, de 2011 até os dias atuais). Participei como bailarina convidada, em diversas montagens da Ânima Cia de Dança, da Eduardo Severino Cia de Dança e da Macarenando Dance Concept; também convidei muitos artistas a se aventurarem comigo em cena, em inúmeras produções que realizei, tais como, Os humores do poeta, o projeto Luciana Paludo Convida e o Degustação de Movimentos.

A noção de dança como trabalho, para mim, sempre foi uma bandeira a ser levantada e levada para todos os lugares nos quais pude atuar. O Mapeamento da Dança foi uma oportunidade de, inicialmente, falar todas as ideias que estavam represadas ou, ainda, não elaboradas. Devido à pandemia da covid-19 e pelo fato de eu ser servidora federal, como professora do magistério superior, eu estava trabalhando remotamente. Comecei a participar das reuniões do mapeamento como representante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Inicialmente éramos três colegas dessa instituição, mas a situação da covid-19, para quem tinha pais idosos aos seus cuidados, fez com que os outros dois colegas se distanciassem dos trabalhos com o mapeamento, uma vez que precisaram se dedicar aos seus entes queridos. Felizmente eu tive a possibilidade de manter a participação,

pelo fato de ter meus pais bem de saúde, sem que necessitassem de meus cuidados, e os filhos grandes e criados. Lembro também que os trabalhos na UFRGS estavam sendo delineados para que pudéssemos instaurar o Ensino Remoto Emergencial (ERE). Deixo registrado neste texto que era importante para nós e para todas as universidades públicas que pudéssemos continuar a garantir o acesso de todas as pessoas às atividades de ensino. Então, nas universidades, foram reuniões diárias para compor um plano de ação. Especificamente na UFRGS, em agosto de 2020, tivemos condições de dar seguimento ao primeiro semestre de 2020. Isso foi feito via plataformas remotas, com aulas ao vivo e aulas gravadas. Saliento que todas as aulas eram gravadas, para que estudantes pudessem acessá-las posteriormente. Também passamos a atender alunos através de estudos dirigidos por e-mail, por WhatsApp e todos os recursos possíveis, para que todas as pessoas matriculadas pudessem ter o devido acesso ao conteúdo. De minha parte, todo o trabalho era realizado em casa: desde as reuniões periódicas para gestar e realizar os procedimentos relativos ao trabalho na universidade, até o trabalho artístico – que passou a ser todo adaptado para as redes sociais. Da mesma forma, os trabalhos com o grupo de colegas do mapeamento eram realizados em reuniões por vídeos, através de plataformas remotas.

Aos poucos fomos agregando pessoas ao grande grupo de trabalho; todas estavam em nome de outras entidades representativas e universidades. Depois de algumas reuniões, chegamos a esta lista: Articula Dança RS, Asgadan, Associação de Circo RS, Atac, Centro Municipal de Dança-SMC-PMPA, Colegiado Setorial de Circo RS, Colegiado Setorial de Dança RS, Conselho Estadual de Cultura RS, Famurs, Fórum de Ação Permanente pela Cultura, Fórum Permanente de Cultura de Pelotas, Sated-RS, Sedac-RS, Seplag-RS, UCS, UERGS, UFPel, UFRGS e UFSM. Ao todo, nessas reuniões capitaneadas pelo Colegiado Estadual de Dança, 19 entidades estavam envolvidas e representadas.

Com o grupo do mapeamento, em nossas reuniões semanais, estávamos aprendendo a operar com uma série de dispositivos, capazes de nos conectar a distância. Assim, em nossas reuniões, começamos a delinear uma metodologia de trabalho. Era ponto comum em nossas discussões que, ao realizarmos um levantamento de dados, em relação a ‘quantos nós somos’ (quantas pessoas que trabalham com dança no Estado do RS) e divulgarmos esses resultados, estaríamos a evidenciar para a sociedade – e para nós mesmos – uma parcela da população que tem na dança o seu sustento, ou parte de seu sustento. Ou, mesmo, a parcela de pessoas que tem na dança algum tipo de geração de bens, sejam eles materiais ou simbólicos.

Todas as entidades envolvidas no Mapeamento da Dança do RS – e as pessoas que as representavam – estavam sendo movidas pelo objetivo em comum, de dar visibilidade à sociedade do número de pessoas que trabalham no nosso setor, em nosso Estado. Pelas demandas e ideias que foram surgindo, começamos a nos subdividir em Grupos de Trabalho (GTs). Lembro

de ter ficado no grupo que começou a elaboração do questionário – e ali fiquei, acompanhando as colegas, sugerindo e observando. Sim, pois além do trabalho que fazíamos era muito interessante observar os diálogos, os acordos; as escolhas de palavras que pudessem incentivar as pessoas a responderem o tal do questionário. Junto comigo, na empreitada do questionário, estavam: Carol Portella, Consuelo Valandro, Maria Falkembach, Marlise Machado, Neila Baldi e Tarson Núñez.

Ao mesmo tempo em que trabalhávamos para a realização do Mapeamento, também começaram a ser delineados auxílios emergenciais ao setor cultural, pelo motivo de muitas pessoas estarem impossibilitadas de desenvolverem seus trabalhos⁴. Ao mesmo tempo, seguiam as tratativas de delineamento, em mobilização de artistas de todo o Brasil, para que fosse aprovada uma lei de apoio à Cultura, a Lei Aldir Blanc (compositor e escritor que faleceu no dia 4 de maio de 2020, em decorrência da covid-19). Aldir Blanc, que junto ao João Bosco, compôs a célebre canção *O bêbado e a equilibrista*, imortalizada na voz de nossa eterna Elis Regina, se tornaria, mais uma vez, sinônimo de resistência. A Lei Aldir Blanc foi regulamentada em 19/08/2020⁵.

Depois de um significativo tempo de trabalho, em 22 de agosto de 2020⁶, conseguimos realizar o lançamento do Mapeamento. Até chegarmos a esse dia, trabalhamos muito em estratégias de difusão, para divulgarmos essa ideia. Isso tem relação direta com outro grupo de trabalho – GT, o da Divulgação. Esse GT foi capitaneado pelo meu colega de profissão e então coordenador do Colegiado de Dança do RS, Diego Mac. Para isso, em depoimento direto, este texto segue com os detalhes sobre a organização desse GT (ou, como Diego se refere, Comitê Divulgação). A seguir, saberemos um pouco mais sobre as estratégias que inventamos para apresentar a ideia do Mapeamento da Dança RS à população.

Movimento 2:

Uma demanda central foi colocada na mesa desde o início dos trabalhos do Mapeamento da Dança do RS: precisamos nos comunicar diretamente com os trabalhadores e trabalhadoras da dança do RS. Esse sempre foi um norte do trabalho a ser realizado pelas pessoas representantes das instituições que executaram o Mapeamento da Dança do RS, pois do contrário não faria sentido o trabalho a que nos propúnhamos. No desenvolvimento, percebe-

4. Por exemplo, no dia 26/05/2020, o Plenário da Câmara aprovou um auxílio emergencial para o setor cultural; vejam o registro: <https://www.camara.leg.br/noticias/664543-camara-aprova-ajuda-emergencial-de-r-3-bilhoes-para-o-setor-cultural-durante-pandemia>.

5. No link a seguir, veja algumas informações: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/cultura-artes-historia-e-esportes/2020/08/lei-aldir-blanc-de-apoio-a-cultura-e-regulamentada-pelo-governo-federal>.

6. No link a seguir, você poderá assistir à live de lançamento do Mapeamento, em 22/08/2020: <https://www.facebook.com/mapeamentodancars/videos/642956196629422>.

mos que essa comunicação possuía características e objetivos diferentes. Por um lado, havia a necessidade de explicar do que se tratava o Mapeamento da Dança do RS em geral enquanto uma iniciativa do setor, divulgar sua importância histórica e os possíveis impactos nas políticas públicas e na cadeia produtiva da dança. Outra demanda dizia respeito à articulação específica com agentes e profissionais do campo para que participassem ativamente da iniciativa, seja como ponto de difusão e distribuição do projeto para suas redes ou alimentando o sistema com dados provenientes da sua atuação profissional. Essa diferença nos objetivos de comunicação nos levou à criação de dois comitês interdependentes: o Comitê Articulação e o Comitê Divulgação.

Minha presença no Comitê Divulgação foi encaminhada de forma muito orgânica. Isso porque um dos meus principais objetivos como artista sempre foi “colocar a dança na prateleira das Lojas Americanas”. Mais do que uma meta comercial, trata-se, nas entrelinhas, de uma frase de efeito; de descobrir e criar estratégias para se aproximar das pessoas, para popularizar e democratizar o acesso à dança cênica; de formar público para a arte e de tentar dominar os processos econômicos que envolvem o fazer artístico. Nessa busca, ao longo de 25 anos de carreira na dança, desenvolvi e aprimorei habilidades no âmbito da comunicação que atravessam as diferentes dimensões dos fazeres artísticos.

Um dos motivos que fez com que meus colegas escolhessem a mim para atuar como coordenador do Colegiado Setorial de Dança do RS, na gestão 2019-2020, foi o interesse e a capacidade que desenvolvi de instaurar processos e procedimentos de comunicação em ações vinculadas a demandas da área da dança. Os Colegiados Setoriais existem no RS desde 03 de junho de 2011, através da portaria 32 da Sedac. Formam, junto com várias outras instâncias, o Sistema Estadual de Cultura, que foi estabelecido pela lei 14.310, de 30 de setembro de 2013. Grosso modo, os Colegiados são o principal meio de diálogo da sociedade civil com o governo. Nesse contexto, aprimorar os procedimentos de comunicação com o setor da dança foi um dos principais objetivos da gestão do Colegiado de Dança em que fui coordenador, a fim de conferir publicidade sobre as ações realizadas, dialogar com a sociedade civil e divulgar as decisões deliberadas de forma organizada, metodológica, ética e protocolar, numa época de retomada dos colegiados após longo período de vácuo representativo.

Portanto, meu movimento em direção ao Comitê Divulgação no Mapeamento da Dança do RS e a atuação que lá fiz ocorreram naturalmente. Junto comigo nessa empreitada estavam Cláudia Dutra, Ilza do Canto, Luciana Paludo, Luka Ibarra e Neila Baldi, todas impulsionadas e mobilizadas pelo desejo de instaurar estratégias eficazes para colocar o projeto na boca do povo. O Comitê Divulgação foi responsável por planejar e ativar a presença digital e a identidade pública do Mapeamento da Dança do RS, bem como por criar e executar os materiais e as ações necessárias para esse fim. As

premissas que guiaram nosso trabalho foram: linguagem textual e visual simples e precisa, para explicar o projeto e minimizar as dúvidas sobre ele; traços didáticos para facilitar e guiar a participação; itens e materiais digitais com acessibilidade facilitada para garantir a maior participação possível mediante as diferenças entre equipamentos tecnológicos e necessidades das pessoas. Foram desenvolvidos três tipos de materiais e ações:

- **Institucionais:** identidade visual e logotipia, site⁷, página de Facebook, e-mail, texto de apresentação, release e relacionamento com a imprensa;
- **Internos:** textos-guia para que a comunicação sobre o mapeamento pelos seus agentes fosse alinhada e não houvesse ruídos nas falas e posicionamentos públicos dado o grande número de pessoas trabalhando na equipe;
- **Externos:** cards, lives, vídeos, postagens, cartilha com perguntas e respostas etc.

A questão do WhatsApp

O aplicativo de troca de mensagens instantâneas WhatsApp foi um grande aliado na comunicação interna entre os agentes do Mapeamento da Dança do RS. Contudo, a ferramenta não foi escolhida para ser utilizada como meio de comunicação externa com o público. Isso ocorreu com base na necessidade de institucionalização, publicização e transparência dos debates, das deliberações e das ações realizadas, formalizados por meio de atas, ofícios e documentos. Tais procedimentos são inviabilizados em grupos de WhatsApp, pois apenas aqueles que os integram têm acesso ao conteúdo compartilhado. Importante frisar também que o aplicativo não possui ferramentas intermediárias de gerenciamento e compartilhamento de documentos, resultando no comprometimento da organização, da padronização e da sistematização das informações. Utilizar o WhatsApp para comunicação externa do mapeamento geraria um ambiente propício para a produção de ruídos e descompassos no processo de comunicação, instaurando um ambiente fértil para a criação e propagação de informações equivocadas, muito provavelmente semelhante àquele que pudemos presenciar no fenômeno das *fakes news* nos processos eleitorais no Brasil e em outros países.

Estou desenhando o problema porque, embora pareça simples de perceber, muitas pessoas do setor da dança no RS não conseguiram ter a devida compreensão desse cenário de trabalho e das implicações, ao adotar ferramentas de comunicação digitais sem nenhum critério. Não raro, os agentes do Mapeamento da Dança do RS foram vistos, cobrados e criticados como se tivessem a obrigatoriedade de compartilhar recorrentemente

7. No link a seguir, você poderá acessar o site do Mapeamento da Dança RS: <https://sites.google.com/view/mapeamentodancars>.

em diversos grupos de WhatsApp cada movimento do projeto. Trata-se de uma leitura e uma interpretação equivocadas da atuação realizada: uma visão borrada sobre a difícil realidade do trabalho de representação política voluntária naquele período. Todos e todas vivemos uma redefinição de nossas vidas por conta dos impactos da covid-19 no mundo. E não foi diferente com os agentes que trabalharam voluntariamente (sem remuneração) no Mapeamento da Dança do RS.

Importância histórica do Mapeamento

Cumprir lembrar da importância histórica do Mapeamento da Dança do RS. Primeiro porque é demanda antiga do setor, conforme versa o Plano Setorial de Dança do RS⁸:

Eixo I – Do Estado:

1.4 - Consolidação da implantação e execução do Plano Setorial de Dança, vinculado ao Sistema Estadual de Cultura - SEC/RS.

1.4.1 Consolidar a implementação do mapeamento e diagnóstico da dança no Estado.

1.4.2 Criar metas e sistemas de acompanhamento, avaliação e controle social para o setor da dança. (Rio Grande do Sul, 2014)

E isso é a parte visível do iceberg. O Mapeamento da Dança do RS também é relevante historicamente porque monta a imagem do desenvolvimento da dança no país, uma vez que só foi possível realizá-lo devido: à profissionalização da cadeia produtiva da dança; à legitimação da dança como área de produção de conhecimento; à instauração de políticas públicas para a dança; e, muito importante, à presença dos trabalhadores da dança em cargos e funções institucionais (universidades, secretarias de cultura, colegiados, conselhos, associações etc.). Sem a presença dos trabalhadores da dança nesses ambientes e contextos, em posições de tomada de decisão e deliberação, ainda estaríamos nas mãos e nas mesas de agentes que pouco ou nada entendem das demandas necessárias para o setor.

Alguns resultados

No dia 11 de setembro de 2021 realizamos uma transmissão ao vivo (*live*), pela página do Mapeamento da Dança RS no Facebook. Nas referências deixaremos o *link* dessa *live*. Sobre o lançamento dos resultados parciais, em entrevista concedida a Júlia Provenzi, para o Jornal da Universidade (UFRGS, 2021), Maria Falkembach e Luciana Paludo informaram um breve panorama dos dados analisados. Importante dizer que o mapeamento é

8. <https://cultura.rs.gov.br/upload/arquivos/carga20191138/10093847-plano-setorial-danca-2014.pdf>.

também um Projeto de Pesquisa, cadastrado na Plataforma Brasil. Os dados que são disponíveis à consulta estão se desdobrando e poderão resultar em outras análises.

De toda essa experiência, salientamos uma percepção que diversas vezes foi motivo de nossas conversas, no grande grupo: a metodologia de trabalho que criamos de forma colaborativa, entre as pessoas que participaram dessa empreitada, teve muita influência de nossos modos de trabalhar no campo da dança. A inventividade, a colaboração, a criatividade e o rigor; a disposição para o trabalho, de maneira incansável... Algumas das características que tornaram possível que tivéssemos o primeiro Mapeamento da Dança do RS.

Referências

BRASIL. Câmara dos Deputados. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/664543-camara-aprova-ajuda-emergencial-de-r-3-bilhoes-para-o-setor-cultural-durante-pandemia>. Acesso em: 12 jan. 2024.

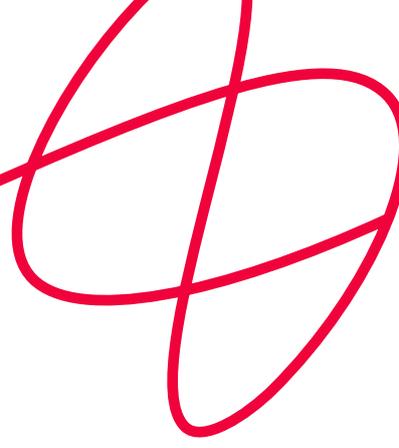
MAPEAMENTO DA DANÇA NO RS. 2020. Lançamento do Mapeamento. Facebook: @mapeamentodancars. Gravado ao vivo em 22 ago.2020. Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=642956196629422. Acesso em: 14 jan. 2024.

MAPEAMENTO DA DANÇA NO RS. 2021. Divulgação dos resultados parciais. Facebook: @mapeamentodancars. Gravado ao vivo em 11 set. 2021. Disponível em: https://fb.watch/pAbb_OhYy0/. Acesso em: 14 jan. 2024.

BRASIL. 2020. Lei Aldir Blanc de Apoio a Cultura é regulamentada pelo Governo Federal. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/cultura-artes-historia-e-esportes/2020/08/lei-aldir-blanc-de-apoio-a-cultura-e-regulamentada-pelo-governo-federal>. Acesso em: 14 jan. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. 2014. Portaria Sedac N. 29, de 1º de julho de 2014. Publica o Plano Setorial de Dança do Rio Grande do Sul. Diário oficial, 3 jul. 2014. Disponível em: <https://cultura.rs.gov.br/upload/arquivos/carga20191138/10093847-plano-setorial-danca-2014.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2024.

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2021. Jornal da Universidade. Pesquisa elabora mapeamento inédito do setor da dança no estado. Júlia Provenzi; Luciana Paludo; Maria Falkembach. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ciencia/pesquisa-elabora-mapeamento-inedito-do-setor-da-danca-no-estado/>. Acesso em: 14 jan. 2024.



A atuação dos cursos de graduação em Dança no Mapeamento da Dança no RS

Carmen Anita Hoffmann,
Magda Amabile Biazus Carpeggiani Bellini
Sabrina Marques Manzke

Este texto busca dar visibilidade à presença dos cursos de Graduação em Dança do Rio Grande do Sul no processo do Mapeamento da Dança no nosso estado, projeto este escrito no Plano Setorial de dança do Estado que foi publicado em 2014. Pensando que seis anos passaram e essa ação não foi concretizada pelo governo, a classe da dança resolveu tomar a frente e, enfim, dar andamento ao projeto.

Apresentamos aqui o papel das universidades no processo do mapeamento, pois no desenrolar dos encontros esse caminho foi adotado para a pesquisa – como será explicado ao longo do texto, sendo importante registrar que o protagonismo do Colegiado Setorial da Dança do RS foi fundamental, inclusive no chamamento de todas as entidades que participaram.

Outra questão importante de registrar nesse processo foi o contexto mundial que estávamos vivenciando no enfrentamento da crise sanitária – covid-19. Nesse momento um grupo de artistas estava organizando, online, através do Articula Dança⁹, um evento para comemorar o Dia Internacional da Dança, e, dentre as discussões sobre as questões que estavam acontecendo no momento, a necessidade do mapeamento e a possibilidade de ser realizado. Foi lançada a proposta, e, de forma muito rápida, houve uma mobilização do setor que acabou por dar luz ao projeto.

Após a reunião do Colegiado Setorial da Dança do RS, no dia 28 de abril de 2020, foi constituído um grupo de 19 instituições para a realização, execução e acompanhamento da ação. Dele fizeram parte representantes

9. A Associação Articula Dança RS, nasceu da necessidade de fortalecimento e ampliação do diálogo da Dança no RS. Acreditamos que ampliando nossa representatividade nas discussões e construções de políticas públicas, promovemos o fortalecimento da cadeia da Dança, tão necessário neste momento de restrições e desafios impostos pela pandemia.

das cinco universidades do Estado que oferecem curso de graduação em Dança, a saber: profa. dra. Magda Bellini e profa. Ma. Sabrina Manzke pela Universidade de Caxias do Sul (UCS); profa. dra. Katia Salib pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs); profa. dra. Maria Falkembach pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel); profa. dra. Luciana Paludo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e profa. dra. Neila Baldi pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), além das instituições da esfera governamental, sindical e artística do setor.¹⁰

Essa pesquisa sempre se pautou num caráter coletivo. Surgiu a partir dessas entidades, vários grupos envolvidos, pois se tratava de uma demanda histórica da classe, e sempre ficou na expectativa de que em algum governo fosse realizada. Em função disso, a pesquisa se tornou viável em função do acolhimento do setor como um todo, que trabalhou diretamente na construção do projeto. Participaram em torno de 35 pessoas divididas em Grupos de Trabalho (GTs).

De abril até agosto, o trabalho ficou centrado na construção do projeto: pensando qual seria a melhor plataforma a ser usada; como seria o questionário, quais seriam as perguntas formuladas à comunidade da dança, quais palavras seriam utilizadas no questionário para que não fosse algo muito amplo e, ao mesmo tempo, fosse algo que comunicasse, claramente, e que as pessoas da dança pudessem responder, para que dentro da própria pesquisa não houvesse nenhuma exclusão.

Foram vários meses nessa discussão entre todas essas pessoas, ou seja, mesmo com a constituição de grupos de trabalho específicos, as reuniões gerais eram imprescindíveis para que todas as decisões e andamento do projeto fossem debatidos coletivamente. Dentre os grupos de trabalhos podemos citar: GT Questionário; GT Divulgação do Mapeamento; GT Articulação do Mapeamento; GT Universidades, além do GT Geral onde todos estavam incluídos. Também é importante ressaltar que as pessoas se envolveram em mais de um GT.

Um exemplo da metodologia que se deu nesse trabalho coletivo é o GT do Questionário. Nele estavam envolvidas pessoas que entendessem de língua portuguesa, que entendessem de acessibilidade em termos de linguagem, as quais estavam pensando no que nós queríamos saber com esse mapeamento. Quando terminou o questionário, o mesmo foi testado várias vezes, pois ainda era adequado. Era de suma importância esperar o que as pessoas que responderam tinham a dizer: a escuta, pois, partindo do princípio que sempre vai ter falha, esse era um momento que se entendia necessário.

Todas as etapas que aconteceram para a concretização do mapeamento não ocorreram linearmente. Os GTs organizavam suas demandas paralelamente aos outros, ou seja, ao mesmo tempo que os responsáveis das uni-

10. As informações sobre o mapeamento foram retiradas do Projeto de Pesquisa elaborado pelos envolvidos na ação (UCS; UERGS; UFPel; UFRGS; UFSM, 2020).

versidades se debruçavam em cima das questões burocráticas do projeto e sua inscrição institucional, o GT do Questionário já estava pensando no seu trabalho, o GT Articulação já estava pensando nas estratégias que seriam utilizadas na disseminação desse questionário, e assim, sucessivamente.

Foi de grande relevância a pesquisa ter se tornado institucional envolvendo as universidades para a coleta e armazenamento dos dados. Na elaboração dessa etapa, ainda na construção do projeto, surgiu uma importante discussão: Quem vai ficar com os dados? Quem vai ser responsável pelos dados? Quais dados serão públicos? Quais dados poderão ser acessados indiscriminadamente? Compreendemos que também foi fundamental informar às pessoas questionadas que os dados sigilosos não estariam disponíveis para todas as pessoas. Foi um tempo significativo em que todo o grupo ficou debruçado sobre essas questões, para que todos estivessem de acordo com as estratégias para alcançarmos os resultados esperados. Acreditamos que esse foi o momento crucial para a decisão de que as cinco universidades encabeçariam o projeto, definindo que a pesquisa seria institucional.

Para percorrer os trâmites institucionais, a ação de pesquisa Mapeamento da Dança no RS, que ficou sob a coordenação da dra. Maria Fonseca Falkembach, foi vinculada ao projeto Aspectos Históricos da Dança no Rio Grande do Sul, do curso de Dança-Licenciatura da UFPel, esse, sob coordenação da dra. Carmen Anita Hoffmann¹¹.

Além disso, o projeto do mapeamento foi registrado na Plataforma Brasil (PB), uma base nacional e unificada para pesquisas envolvendo seres humanos para todo o Sistema CEP-Conep (Comitês de Ética em Pesquisa)/Conep (instância máxima de avaliação ética em protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos). A Plataforma Brasil permite a apresentação de documentos em meio digital, assegurando à sociedade o acesso aos dados públicos de todas as pesquisas aprovadas. Para esse cadastro, o primeiro passo para a institucionalização da pesquisa, as pessoas envolvidas no projeto também fizeram suas inscrições individuais na plataforma. A finalização do cadastro do projeto foi seguida de outro trâmite: sua avaliação pelos Comitês de Ética para seres humanos, das universidades.

A professora dra. Magda Bellini, coordenadora do Curso de Licenciatura em Dança da Universidade de Caxias do Sul (UCS), também coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa da UCS (CEP-UCS), orientou no ajuste do formato da pesquisa para que fosse submetida aos procedimentos e protocolos conforme os padrões da Plataforma Brasil.

A metodologia empregada em todo o processo, desde quando foi construído até a coleta e análise dos dados, foi com reuniões remotas, onde houve conversas e discussões através dos grupos do aplicativo WhatsApp. Realizamos pesquisa bibliográfica, buscando aporte em outras pesquisas de mapeamento que já foram feitas no Brasil e, dessa maneira, foram elaboradas

11. Mais informações sobre o projeto em: <https://institucional.ufpel.edu.br/projetos/id/u2826>. Acesso em: 24 ago. 2023.

estratégias à medida em que avançava o desenvolvimento das coletas dos dados, após a aprovação dos comitês de ética das universidades envolvidas.

Apesar de ter sido um grupo grande, foi possível trabalhar de forma conjunta, democrática e horizontal. Isso ocorreu porque, sendo todas as pessoas do mesmo campo, os entendimentos eram compartilhados para o projeto do mapeamento. Um exemplo disso é que, no ensino da dança, existem atuações diferenciadas, conforme descritas por Corrêa e Nascimento:

Em relação ao ensino, o artista da dança pode atuar como professor em cursos livres, academias, estúdios e escolas de dança, clubes, fundações e outras organizações, mas, para atuar na Educação Básica, assim como acontece com as outras áreas do conhecimento, necessita de um diploma de Graduação. O Ensino Superior da Dança pertence à área de Artes e tem suas próprias Diretrizes Curriculares organizadas pelo Ministério da Educação (Corrêa; Nascimento, 2013, p. 56).

A pluralidade de atuações se tornou fundamental em todo o processo, pois foi um mapeamento construído por pessoas que vivem a dança em diferentes frentes e atribuições (bailarinas, professoras, produtoras, coreógrafas, curadoras, entre outras). Isso contribuiu com maior legitimidade ao projeto, desencadeando maior abrangência, diversidade e fidelidade à realidade do setor.

O Mapeamento da Dança no RS buscou conhecer os agentes que fazem parte da cadeia da Dança do Rio Grande do Sul e sua contribuição na economia do Estado. Um dos objetivos do mapeamento foi vislumbrar um panorama da classe artística da dança, seu perfil socioeconômico e sua disposição geográfica que possibilita viabilizar políticas públicas concernentes com as necessidades do setor. Uma das expectativas da ação do mapeamento foi evidenciar a grandeza e complexidade do setor possibilitando exigir uma maior disponibilidade de recursos públicos para o segmento.

Nessa procura da composição da cadeia da dança em nosso Estado, cabe aqui apresentar algumas referências da implantação e desenvolvimento dos Cursos de Graduação em Dança no RS.

Desde 1998, o ensino de Dança na escola é previsto na área de conhecimento da Arte pelos PCNs (Brasil, 1998), fruto do reconhecimento e valorização da Dança como área de conhecimento, promovido por diversas pessoas artistas educadoras da Dança, em décadas anteriores, o que estabelece a demanda de formação de licenciados e licenciadas em Dança de forma consistente. No universo acadêmico, o primeiro curso de Dança no Brasil foi inaugurado em 1956, na UFBA, seguido somente em 1984 pelo curso da FAP (Curitiba/PR) e, em 1985, pela Universidade do Rio de Janeiro/RJ e pela Unicamp (Campinas/SP).

No ano de 2000, havia 12 graduações em Dança no país, entre bacharelados e licenciaturas. No levantamento de 2014, existiam no Brasil 44 gra-

duações, segundo os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Brasil, 2014). Em 2022, de acordo com o registro no E-Mec (Brasil, 2022), são 47 cursos em atividade, o que ainda é um número reduzido no cenário nacional, diante da demanda de formação de professores e, portanto, demonstra e reafirma a qualificação crescente dessa graduação.

Nesse movimento, o ensino superior de Dança no RS iniciou, na década de 1990, e a primeira turma a ser oferecida foi no ano de 1998. O primeiro em uma instituição particular/comunitária, na Universidade de Cruz Alta (Unicruz), onde os alunos e alunas, além de dedicar seu tempo ao estudo, tinham que financiá-lo, trabalhando em turno inverso. O Curso teve sua descontinuidade no ano de 2010, por motivos “mercadológicos” referenciados na pesquisa de Hoffmann:

Atualmente é possível perceber uma mobilização e a preocupação em aumentar a massa crítica de produção em dança para avançar nos cursos de qualificação, especialmente as pós-graduações, pois diversos fóruns e encontros estão sendo realizados em todo o país. Como uma forma de contribuir com essa mobilização da dança, este estudo identifica resultados da trajetória do Curso de Dança da UNICRUZ, que abriu caminho e qualificou seus quadros docente e discente. De acordo com a Secretaria Acadêmica da instituição, até 2010, o Curso formou 64 licenciados em dança, entre eles, 56 mulheres e 08 homens, aspecto que denuncia a preferência do gênero feminino pelo campo da docência em dança. O total de egressos se dividiu em 08 turmas, evidenciando uma média de 08 alunos por turma, número este muito aquém da média estabelecida pela política institucional que deveria ter inicialmente 25 alunos matriculados e posteriormente 20 alunos, para tornar-se viável e, que acabou transformando-se no principal fator da descontinuidade do Curso. Um fator importante de registrar aqui é que o ensino superior em dança no Rio Grande do Sul se expandiu em diversos lugares e está atendendo as demandas de cada região, qualificando e profissionalizando as pessoas que buscam na dança a sua forma de viver (Hoffmann, 2015, p. 150).

Após a instalação e desenvolvimento desse primeiro curso de graduação no cenário gaúcho, outros se estabeleceram. Dois desses já se extinguíram, o da Unicruz (Cruz Alta) e o da Ulbra (Canoas), ambos de licenciatura.

O Rio Grande do Sul destaca-se no cenário nacional como um dos dois estados brasileiros (ao lado de São Paulo) com maior número de cursos de graduação em Dança – ao todo existem seis: um bacharelado e cinco Licenciaturas. O curso de bacharelado é ofertado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em Santa Maria (RS) desde 2012; e os cursos de licenciatura são oferecidos pela Universidade Estadual do Rio Grande do

Sul (Uergs), em Montenegro (RS) desde 2002; pela Universidade Federal de Pelotas, em Pelotas (RS), desde 2008; pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre desde 2009; pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em Santa Maria (RS) desde 2012; e pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), em Caxias do Sul (RS) desde 2020.

Uma das principais razões desta apresentação é a legitimação da dança como trabalho e de que há profissionais trabalhando com dança uma vida inteira em diferentes contextos.

A vinda da dança para o ambiente acadêmico ainda é um acontecimento recente e entende-se que é o reflexo da atuação e desenvolvimento do movimento da classe. Sem superdimensionar esse aspecto, é preciso destacar que ele está promovendo a produção de publicações em dança. Fomenta, ainda, redes de colaboração, seja por reunir diversos professores/artistas em seu corpo docente, ou reunir alunos e alunas das mais diversas experiências em turmas, permitindo um espaço de trocas e de exercício da diversidade, tão presente na dança do Rio Grande do Sul.

A participação das universidades no contexto do Mapeamento da Dança no RS foi importante, inclusive para que a cadeia produtiva se entendesse como uma unidade, independente de como esse profissional se relaciona com a dança. É sabido que a dança se encontra nos mais diferentes lugares, que se manifesta nos mais diversos gêneros e que nem todas as pessoas que lidam com a dança necessariamente se sustentam dela. Pensando nessas questões, houve adequações de linguagem e de argumento para atingir esse nicho.

A difusão e a coleta dos dados usados foi se espalhando nas 27 regiões componentes da Famurs, através de 27 pessoas responsáveis, nomeadas de “antenas” que se encarregaram de disseminar a pesquisa. Nesse momento da investigação foram envolvidos, também, alunos e alunas dos cursos de Dança que atuaram como “antenas” nas suas regiões.

O mapeamento é uma ação educativa. A pessoa ao ler as perguntas realizadas através do questionário, pode refletir sobre a sua posição social como trabalhadora da dança, o que é um ponto importante para a pesquisa: problematizar essa posição. Às vezes o que é óbvio para as pessoas que estão estudando dança, pesquisando dança, estão lendo sobre dança, fica um pouco distante das pessoas que estão no dia a dia trabalhando com outras áreas para além da dança, como, por exemplo, o vestuário, a iluminação ou a música, mas que são parte dessa cadeia. Movimentar essas ideias de se sentir pertencente a um campo, o que às vezes não é evidente, pode fortalecer a classe.

Procuramos, a seguir, destacar entre os municípios indicados como residência do maior número de participantes do mapeamento, aqueles que sediam os cursos de dança, a partir dos dados do relatório do mapeamento:

Tabela 1 – Cursos de Dança nas Universidades: municípios residência com maior número de respondentes

Município de moradia	Número de participantes	% de participantes	Universidade Curso de Dança
Porto Alegre	430	27,35	UFRGS
Ijuí	102	6,49	
Pelotas	86	5,47	UFPeI
Santa Maria	85	5,41	UFSM
Caxias do Sul	65	4,13	UCS
Canoas	59	3,75	Ulbra (2020)
Novo Hamburgo	57	3,63	
Viamão	31	1,97	
Rio Grande	27	1,72	
Gravataí	26	1,65	
Bagé	26	1,65	
São Leopoldo	25	1,59	
Bento Gonçalves	23	1,46	
Uruguaiana	21	1,34	
Montenegro	17	1,08	Uergs
Cruz Alta	14	0,89	Unicruz (2010)

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação de Maria Falkembach.

Adaptamos a tabela do Relatório, inserindo os dados das cidades de Montenegro e Cruz Alta, as quais possuem ou possuíram curso de Dança, para registrar os e as participantes da pesquisa e percebemos que não houve relação direta do número de participantes da pesquisa com a presença do curso. Chama-nos atenção o grande número de participantes da pesquisa na cidade de Ijuí, vizinha de Cruz Alta, onde atuam quatro egressos do curso de Dança da Unicruz. Atribuímos a essa grande adesão, além das escolas de Dança e centros de tradições gaúchas, o elevado número de participantes nos elencos de dança dos grupos étnicos. São 12 etnias e a Associação Tradicionalista Querência Gaúcha, que formam a diversificada União das Etnias de Ijuí e que realizam anualmente a Festa Nacional das Culturas Diversificadas (Fenadi), e que são símbolo e Patrimônio Cultural do Estado do Rio Grande do Sul¹².

Os demais números seguem a proporção populacional dos municípios, com destaque para a capital que centraliza grande número de profissionais e companhias de dança do nosso Estado. Assim, podemos inferir que há

12. Para saber mais: <https://www.etniasijui.com.br/etnias-ueti/>. Acesso em: 15 fev. 2024.

uma dispersão das pessoas graduadas em Dança para diferentes cidades, até mesmo para outros estados do país, após a finalização do seu curso. Tomamos como exemplo o município de Cruz Alta: temos 64 pessoas egressas do curso de Dança da Unicruz e 14 profissionais da dança atualmente residentes na cidade.

Essa pesquisa não teve nenhum financiamento. O que houve foi a participação de pessoas que depositaram muita energia e muito tempo, o investimento foi do próprio capital cultural, e, no caso, todas utilizando seus equipamentos e suas redes, como consequência do isolamento social. Salientamos ainda, quando na busca ativa final, o engajamento de personalidades da dança do Brasil, através de vídeos para o Instagram do Colegiado Setorial de Dança com Ana Botafogo e Carlinhos de Jesus, por exemplo, além de diversas pessoas de diferentes regiões do nosso Estado, reafirmando a importância de participação da classe no mapeamento.

A contribuição das universidades, através das pessoas representantes dos cursos de Dança na pesquisa do mapeamento, concretizou-se pela própria configuração, aporte teórico e na necessidade de buscar conceitos e metodologias de instrumentos validados cujos resultados venham colaborar na compreensão dos temas sociais específicos, análise e apontamentos para a criação de políticas e mudanças sociais no campo da dança. Dessa maneira, também, garantir a possibilidade da construção de um banco de dados público para ser usufruído por todas as entidades e pelos próprios respondentes da pesquisa.

A operacionalização da pesquisa se deu através de videoconferências, reuniões por grupos de trabalhos, acompanhamentos processuais, reuniões gerais sistemáticas, visando a planejar as ações e garantindo a aplicação dos procedimentos e metodologias definidas pelo coletivo para a investigação.

Essa metodologia possibilitou uma ação participativa, dada à inserção da maioria das pessoas no campo de estudo investigado.

Ficou evidente a questão do reconhecimento individual de fazer parte de uma rede nas 1.500 pessoas, aproximadamente, que responderam à pesquisa. Existe um impacto do grupo que trabalhou nesse processo, que é de ter realizado uma imersão no campo da dança e, para além do reconhecimento pessoal, o reconhecimento da diversidade da área da dança.

O Mapeamento da Dança no RS é um projeto piloto, que se apresenta como um diagnóstico inédito do campo da Dança do Rio Grande do Sul que contribuirá no desenvolvimento de outras pesquisas na área da cultura e da dança em especial, e também nas políticas educacionais e culturais do Rio Grande do Sul.

Esperamos que, a partir dessa pesquisa, a dança encontre, no seu devir, o reconhecimento da sociedade diante dos profissionais que trabalham na área. Talvez a ação do **Mapeamento da Dança no RS** seja um fator que

contribua para a aceitação, inserção e valorização da dança nos diferentes contextos.

Há que se considerar, também, a realidade das universidades gaúchas para cumprir a Lei 13.278 (Brasil, 2016), que torna obrigatório o ensino de Artes Visuais, Dança, Música e Teatro no contexto escolar brasileiro, que resulta em expectativas promissoras por parte dos seus cursos de graduação, bem como gera preocupação por conta, ainda, do baixo número de profissionais habilitados para assumirem as vagas, no caso de uma efetiva oferta, para pessoas licenciadas com a formação específica nas diferentes linguagens artísticas.

Nesse sentido, importa que os cursos de graduação em Dança mantenham atualizado o mapeamento específico das pessoas egressas, para dar e ver a condição para a realização de concursos com vagas para professores e professoras licenciadas em Dança, vislumbrando cada vez mais, mesmo que a longo prazo, a dança como uma possibilidade concreta de prática artística na Educação Básica.

Referências

BRASIL. Planilhas do e-MEC. MEC. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em 23 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.278, de 2 de maio de 2016 . Altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13278-2-maio-2016-782978-publicacaooriginal-150222-pl.html>Acesso em: 15 fev.2024.

BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2015. Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros – Cultura. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/livros/liv95013.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Censo da Educação Superior Brasília. 2014

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: arte / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC / SEF, 1998. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/arte.pdf> Acesso em 23 ago. 2023

CORRÊA, Josiane Franken; NASCIMENTO, Flávia Marchi. 2013. **Ensino de dança no Rio Grande do Sul: um breve panorama**. Conceição/Conception. Campinas, v. 2, n. 2, p. 53-68, jul./dez. 2013. Disponível em: Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conce/article/view/8647702>. Acesso em: 18 jan. 2024.

HOFFMANN, Carmen Anita. 2015. **A trajetória do curso de dança da UNICRUZ: 1998-2010**. Porto Alegre: PUC-RS.

MAPEAMENTO DA DANÇA NO RS. 2021. Banco de dados públicos. Disponível em: <https://sites.google.com/view/mapeamentodancars/banco-de-dados-p%C3%BA-blicos?authuser=0>. Acesso em: 8 fev. 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATOS, Lúcia; NUSSBAUMER, Gisele. **Mapeamento da dança**: diagnóstico da dança em oito capitais de cinco regiões do Brasil. Salvador : UFBA, Salvador, 2016. 1.983 p.

UCS; UERGS; UFPEL; UFRGS; UFSM. **Mapeamento da Dança no RS**: aspectos históricos da dança no Rio Grande do Sul. Pelotas, 2020. (Ação vinculada ao Projeto de Pesquisa Aspectos Históricos da Dança no RS coordenado pela Dr^a. Carmen Anita Hoffmann). [Não publicado].



Mapeamento da Dança no RS e os municípios da RF5/Azonasul:

recortes regionais

Bruna Moreira de Oliveira,
Leandro Ernesto Maia e
Maria Fonseca Falkembach

Tomando como ponto de partida os primeiros dados públicos oferecidos pelo Mapeamento da Dança no RS, reflete-se sobre os dados relativos ao conjunto dos municípios pertencentes à Região Funcional 5 (RF5) que compõem a Associação dos Municípios da Zona Sul do Estado (Azonasul). O presente texto pretende trazer à luz aspectos que delineiam o perfil de agentes da dança através do cruzamento de dados como gênero, escolaridade, renda, atuação profissional na dança e em outros campos. Buscaremos, num segundo momento, contextualizar os dados do Mapeamento da Dança no RS (recorte Azonasul) com o levantamento de dados culturais municipais realizado pelo projeto unificado de pesquisa “Produção e Políticas Culturais”, da Universidade Federal de Pelotas. A investigação busca lançar o olhar sobre as peculiaridades apresentadas pelos agentes da região que participaram do mapeamento estadual, propondo recortes visando a refletir sobre as condições dos profissionais da dança na região. Acredita-se, assim, poder oferecer um breve panorama comparativo da dança nos municípios da Azonasul, tecendo considerações acerca do campo profissional do setor, desde o funcionamento do circuito comercial da dança até o acesso a políticas públicas de fomento à dança por profissionais da área, identificando potenciais e desafios do setor em nível regional.

Introdução

A construção de políticas públicas na área da cultura vem se consolidando por meio da elaboração de indicadores. Para além da mera informação, indicadores permitem “a elaboração, o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas na área da cultura” (Calabre, 2009, p. 1). O Mapeamento da

Dança no RS, realizado entre os anos de 2020 e 2021, representou um importante esforço da sociedade civil do setor no sentido de construir indicadores para as políticas públicas (Brasil de Fato, 2021). Como ação de pesquisa do projeto “Produção e Políticas Culturais: formulação e acompanhamento do Plano de Cultura de Pelotas”, vinculado ao Grupo de Estudos em Produção e Políticas Culturais da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), busca-se lançar o olhar sobre os dados disponibilizados pelo Mapeamento da Dança no RS para o âmbito regional.

Antes de focar os dados disponíveis para a Região Funcional 5, a RF5, que abrange os 22 municípios partícipes da Associação dos Municípios da Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul (Azonasul), destacamos que a necessidade de geração de indicadores culturais por meio de mapeamento cultural está presente no Plano Municipal de Cultura de Pelotas, polo da Região Sul ao lado da cidade de Rio Grande. Cabe mencionar que, desde a 1ª Conferência Municipal de Cultura de Pelotas, realizada em 2006, há o indicativo de “amplo mapeamento do setor cultural da cidade” (Pelotas, 2022, p. 32), assim como a 2ª Conferência, em 2007, que indicava a “criação de bancos de dados e mapeamento do setor cultural” (Pelotas, 2022, p. 32).

Sendo uma demanda antiga no âmbito das políticas culturais municipais, o Plano de Cultura de Pelotas aponta a necessidade de:

Criar uma Agência Municipal de Desenvolvimento Cultural e Economia Criativa, articulando a) Observatório Cultural (Mapeamento e Indicadores); b) Plataforma de incubação junto ao Parque Tecnológico e outros parceiros (Incubadora Solidária); c) Escritório de Cooperação Internacional e Captação de Recursos; d) Plataforma de Divulgação Cultural e Turística; em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento, Turismo e Inovação (SDETI), a COINPEL e outros agentes públicos e privados, tais como Entidades do SISTEMA S Pelotas (SESC, SESI, SENAC, SENAI, SEBRAE, SEST), Universidades (UFPel, UCPEL, IFSUL) e outras instituições (Pelotas, 2022, p. 37).

Em diálogo com as demandas culturais expressas nas Conferências e no Plano de Cultura de Pelotas, o Grupo de Produção e Políticas Culturais da UFPel concebeu o projeto Agimos – Agência de Indústria Criativa e Mobilização Social¹³. A iniciativa busca atender diversos pontos expressos acima, tais como a publicação do presente caderno de indicadores, além de instituir a Plataforma Mapa Cultural Agimos¹⁴. Em parceria com a Fundação Delfim Mendes Silveira (FDMS), através de financiamento do Edital 005/2022 - Territórios Criativos - da Secretaria de Estado da Cultura do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (Sedac-RS), a Agimos propõe a utilização do

13. <https://wp.ufpel.edu.br/agimos>.

14. <https://mapacultural.agimos.org.br>.

Mapa Cultural como plataforma de articulação do setor cultural da universidade, comunidade e municípios da região.

Considerando a atuação da Universidade Federal de Pelotas como polo de Ensino, Pesquisa e Extensão com impacto em diversos municípios vizinhos, busca-se refletir sobre os dados do Mapeamento da Dança no RS no âmbito do setor no espaço geográfico conhecido como “Região Funcional 5 (RF5)”. Em termos de organização institucional, a região engloba a Associação dos Municípios da Zona Sul (Azonasul), articulada culturalmente através do Codic-Sul (Conselho de Dirigentes de Cultura), reativado no ano de 2021 sob a liderança da atual coordenadora, a sra. Anelize Carriconde - secretária Municipal de Cultura do Município de Arroio Grande e secretária geral do Codic-RS (2023-2025). Em parceria com o Codic-Sul, o Grupo de Produção e Políticas Culturais da UFPel vem auxiliando na estruturação dos Sistemas Municipais de Cultura. Fazem parte da Azonasul os municípios de Amaral Ferrador, Arroio Grande, Arroio do Padre, Candiota, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedro Osório, Pedras Altas, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santana da Boa Vista, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu, totalizando 22 cidades. Como ação do Grupo de Pesquisa, encontra-se o auxílio aos municípios na realização de planos de cultura, implementação de seus sistemas municipais, assim como o assessoramento para outras políticas estruturantes, tais como a Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo) e a Lei 14.399/2022 (Aldir Blanc 2).

O Mapeamento da Dança no RS e a Azonasul

A Região Funcional número 5, correspondente à Azonasul e ao Corede Sul, esteve presente no Mapeamento da Dança no RS através de 130 agentes do setor, sendo 8,3% do total de 1572 agentes mapeados. A Azonasul representa oito municípios de um total de 155, cerca de 5% do total de municípios indicados como residência das pessoas que responderam ao Mapeamento da Dança¹⁵. Os municípios da Azonasul abrangidos pelo Mapeamento da Dança no RS com profissionais residentes são Arroio Grande (1 agente), Canguçu (1 agente), Capão do Leão (1 agente), Jaguarão (10 agentes), Pelotas (86 agentes), Rio Grande (27 agentes), Santa Vitória do Palmar (1 agente) e São Lourenço do Sul (3 agentes), totalizando oito municípios. No entanto, esses mesmos profissionais também atendem outros municípios como Amaral Ferrador (1 agente), Candiota (2 agentes), Morro Redondo (3 agentes), Pedro Osório (1 agente), Pinheiro Machado (3 agentes) e Piratini (1 agente), ampliando o alcance do Mapeamento na Azonasul para o total

15. Há uma pequena diferença de organização geográfica entre a RF5 e a Azonasul. O município de Tavares, que está localizado na RF5 não compõe a Azonasul. Por outro lado, Candiota, município que pertence à Azonasul está localizado na RF6.

de 14 municípios, pouco mais de 60% dos municípios da região. Através do estudo comparativo de dados, é possível delinear semelhanças e peculiaridades que podem impactar na formulação de políticas públicas para o setor e contemplar eventuais especificidades da região. Considerando o fato de Pelotas responder por 66,1% de participantes da Azonasul, em alguns comparativos serão destacados também os dados específicos deste município.

Cabe salientar que o foco do Grupo de Pesquisa em Produção e Políticas Culturais tem sido contemplar a Azonasul, cujos municípios situam-se em sua grande maioria na RF5, exceto o município de Candiota, filiado à Azonasul, mas pertencente à RF6. Outra exceção é o município de Tavares, listado como pertencente à RF5, mas filiado à outra associação de municípios¹⁶. Devido a esse fato, referimo-nos sempre à Azonasul em monitoração aos municípios de Amaral Ferrador, Arroio Grande, Arroio do Padre, Candiota, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedro Osório, Pedras Altas, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santana da Boa Vista, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu.

No que se refere ao gênero, a Azonasul acompanha o mapa estadual, com a predominância de mulheres no setor, com mais de 60% dos profissionais, embora com a participação masculina mais acentuada na região.

Tabela 1 – Gênero na Azonasul e no Rio Grande do Sul

Gênero	Azonasul (%)	RS (%)
Feminino	60,8	65,9
Masculino	38,5	33,3
Não-binário	0,7	0,8

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação dos autores.

Cabe destacar a comparação dos dados de Pelotas sobre cor/etnia com os da região e do Estado. Agentes negros – pretos e pardos – da dança em Pelotas representam 40,7% do total, enquanto na Azonasul equivalem a 33,8% e no RS 22,4%. Em outras palavras, a região é a mais preta do RS e políticas afirmativas são medidas imprescindíveis para Pelotas e Azonasul. Não se trata apenas de ação reparatória, mas uma das formas de contemplar a realidade expressa pelos indicadores, que apontam efetiva atuação da população preta e parda no setor.

16. Ao agregar Tavares, a RF5 contempla nove municípios indicados como residência das pessoas que responderam ao Mapeamento da Dança, cerca de 6% do total de 155 municípios. Este texto, entretanto, considera os municípios que compõem a Azonasul.

Tabela 2 – Cor em Pelotas, na Azonasul e no Rio Grande do Sul

Autodeclaração étnico-racial	Pelotas (%)	Azonasul (%)	RS (%)
Branca	57,0	64,6	75,1
Parda	16,3	14,6	11,7
Preta	24,4	19,2	10,7
Outros	2,3	1,6	1,3
Amarela	0	0	0,9
Indígena	0	0	0,3

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação dos autores.

Em outro comparativo, é possível identificar a proximidade dos números de Pelotas com o Mapeamento da Dança em nível nacional, realizado em 2016, que coletou dados do setor em oito capitais brasileiras. Como mostra a tabela a seguir, 49,9% de agentes da dança em capitais das cinco regiões do país autodeclaram-se pretos ou pardos.

Tabela 3 – Cor no Brasil

Autodeclaração étnico-racial	Brasil %
Branca	44,4
Parda	33,7
Preta	16,2
Amarela	2,5
Outros	2,2
Indígena	1,0

Fonte: Matos; Nussbaumer, 2016.

Vale, ainda, observar a proporção de pessoas pretas e pardas da dança em Pelotas, se comparada a de outros municípios do Estado. Entre os cinco municípios mais populosos do Rio Grande do Sul - entre os quais, quatro possuem curso de Dança em IES e, portanto, constância de formação profissional - o percentual de pretos e pardos de Pelotas é, em média, o dobro das outras localidades.

Tabela 4 – Pessoas pretas e pardas nos cinco municípios mais populosos do Rio Grande do Sul

Município	Pessoas pretas e pardas (%)
Porto Alegre	5,9
Caxias do Sul	0,7
Canoas	0,8
Pelotas	2,2
Santa Maria	1,1

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação dos autores.

No que se refere à escolaridade, as pessoas da dança residentes nos municípios da Azonasul têm maior escolarização do que a média estadual, com cerca de 66% dos entrevistados com curso superior ou pós-graduação, em comparação com a média estadual, de cerca de 58%. Em ambos cenários, é considerável o nível de escolarização com nível superior dos participantes da pesquisa, cabendo salientar que a região conta com boa presença de universidades públicas, privadas e institutos federais, tais como UFPel, UCPel, Furg, Unipampa e IFSul. Também deve ser considerado aqui o fato de que um dos cinco cursos de graduação em Dança do RS está em Pelotas.

Tabela 5 – Escolaridade na Azonasul e no Rio Grande do Sul

Nível de formação	Azonasul (%)	RS (%)
Ensino Fundamental	0,7	0,9
Ensino Médio Completo ou Incompleto	12,3	15,4
Ensino Superior incompleto	20,0	25,1
Ensino Superior	31,5	27,6
Pós-graduação	34,6	31,0

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação dos autores.

Quanto à renda individual de respondentes, tanto na Azonasul quanto no RS, cerca de 70% dos respondentes recebem entre um e dois salários mínimos, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 6 – Renda individual na Azonasul e no Rio Grande do Sul

Faixa de renda	Azonasul (%)	RS (%)
Até 1 salário mínimo	42,3	38,9
De 1 a 2 salários mínimos	30,0	29,6
De 2 a 5 salários mínimos	17,6	23,2
De 5 a 10 salários mínimos	8,4	6,9
Mais de 10 salários mínimos	1,5	1,4

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2011. Tabulação dos autores.

Comparando com o RS, a Azonasul apresenta maior desigualdade de renda no setor, pois tanto o número de pessoas que ganha até um salário mínimo quanto o que ganha mais de cinco é superior à média estadual. Por outro lado, o setor da dança parece não distinguir homens e mulheres no que se refere à remuneração, diferente de outros campos sociais e profissões (como mostra a Tabela 12). A renda do campo da dança, portanto, é igualmente reduzida para homens e mulheres em comparação à média nacional. Conforme IBGE, o Censo 2022 indicou que “o rendimento médio mensal real da população residente com rendimento de todas as fontes foi de R\$ 2.533,00” (Brasil, 2023). Cabe salientar que o salário mínimo era R\$ 1.045,00, em 2020, e R\$ 1.100,00, em 2021, anos em que o Mapeamento da Dança no RS foi realizado.

O mapeamento desdobrou questões sobre rendimento de agentes da dança no Estado, possibilitando uma melhor compreensão dos fatores que constituem a dinâmica econômica e lacunas do setor. A questão “Qual porcentagem da sua renda vem do seu trabalho com dança?” ofereceu o seguinte panorama:

Tabelas 7 e 8 - Percentual de renda proveniente do trabalho com dança na Azonasul e no Rio Grande do Sul.

Renda proveniente do trabalho com dança na Azonasul			Renda proveniente do trabalho com dança no RS		
Percentual de renda	Nº	Agentes (%)	Percentual de renda	Nº	Agentes (%)
Até 25%	21	16,2	Até 25%	262	16,7
De 25% a 50%	10	7,7	De 25% a 50%	196	12,5
De 50% a 75%	22	16,9	De 50% a 75%	173	11,0
De 75% a 100%	55	42,3	De 75% a 100%	599	38,1
Renda sazonal com dança	22	16,9	Renda sazonal com dança	343	21,8

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação dos autores.

Um fator fundamental é que a Azonasul apresenta um contingente de participantes com renda vinculada ao trabalho com dança bastante superior à média estadual, somando 60% entre aqueles que contam com mais de 50% da renda proveniente da dança, enquanto quase 50% dos respondentes gaúchos possuem sua renda com dança representando mais da metade dos seus ganhos. Ao mesmo tempo, a renda identificada apresenta-se menor do que a média nacional (IBGE/Censo 2022).

Ainda, a renda sazonal na Azonasul, e em especial em Pelotas, é menor do que no resto do RS, o que pode apontar maior regularidade da atuação dos profissionais da dança durante todo o ano. Considerando a relação entre renda e salário, cabe observar que a tabela de renda proveniente do trabalho com dança (Tabela 7) e o impacto da pandemia e das medidas de isolamento social no campo da dança revelam questões importantes.

Tabela 9 – Alteração na carga de trabalho relacionado com dança, durante o isolamento social na Azonasul e no Rio Grande do Sul

Com as regras atuais de isolamento social, sua carga de trabalho relacionada com atividades profissionais em dança:		
Carga de trabalho	Azonasul (%)	RS (%)
Aumentou	14,6	8,9
Deixei de trabalhar com dança	16,9	14,6
Diminuiu	62,3	70,7
Não modificou	6,2	5,8

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação dos autores.

Com os impactos da pandemia, a renda de agentes da dança diminuiu significativamente, obrigando-os a exercerem atividades remuneradas fora do campo da dança. Em comparação com o RS, a cidade de Pelotas apresentou maior dificuldade de subsistência pessoal em função da diminuição de renda, apresentando 37% dos agentes nessa situação. No caso da Azonasul e RS, predominou a dificuldade da manutenção das condições profissionais. De certa forma, a renda proveniente das atividades com dança, em Pelotas, parece exercer maior impacto sobre as condições de vida dos agentes.

Tabela 10 - Categorias de diminuição de renda em Pelotas, na Azonasul e no Rio Grande do Sul

Se você teve diminuição da sua renda, em que categoria você se enquadra?			
Categoria	Pelotas (%)	Azonasul (%)	RS (%)
Dificuldade de manutenção das condições profissionais	26,7	33,9	39,0
Dificuldade de subsistência pessoal	37,2	31,5	32,7
Ambas	7,0	6,9	6,6
Sem respostas	29,1	27,7	21,7

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação dos autores.

Considerando que, na Azonasul, a maior parte da renda dos agentes provém do seu trabalho com dança (Tabela 7), é possível concluir que a melhoria da renda da região passa pela melhor remuneração do campo da dança. Em outras palavras, o campo da dança possui potencial significativo de impacto social no aumento da renda total na região. Possivelmente essa relação ocorra em outros segmentos artísticos, revelando que políticas culturais podem impactar positivamente nas políticas sociais e na economia da região. Cabe ao setor público compreender essas intersecções e prover soluções estruturais.

Tabela 11 – Agentes da dança que desenvolvem atividades profissionais fora do campo da dança em Pelotas, na Azonasul e no Rio Grande do Sul

Você desenvolve alguma outra atividade profissional não relacionada com a dança?			
Atuação fora da dança	Pelotas (%)	Azonasul (%)	RS (%)
Sim	55,8	56,9	60,9
Não	44,2	42,3	37,6
Respostas inválidas	0	0,8	2,0

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação dos autores.

Além da desproporção apontada entre escolaridade e salário (Tabela 5), a relação entre os índices de renda proveniente da dança e a atuação profissional fora do seu campo respalda a hipótese de que a desvalorização da profissão com dança é um fato comum nas diferentes formas de atuar no campo. Nos três recortes territoriais aqui propostos (Tabela 11), o Mapeamento da Dança aponta um índice acima de 50% de agentes que trabalham também em outros campos profissionais. Considerando que a maioria dos trabalhadores contínuos com dança obtém maior parte de sua renda da própria dança (Tabela 7), podemos inferir que o sustento obtido apenas dentro do campo da dança se apresenta, na maioria dos casos, insuficiente.

Tabela 12 – Porcentagem do total de cada gênero por faixa de renda na Azonasul e no Rio Grande do Sul

Faixa de renda	Mulheres		Homens		Trans/NB		Total	
	Azona-sul (%)	RS (%)						
Até 1 salário mínimo	46,8	39,6	36,0	36,2	100	92,3	43,1	38,8
De 1 a 2 salários mínimos	26,6	29,8	34,0	29,5	0	7,7	29,2	29,6
De 2 a 5 salários mínimos	16,5	22,6	20,0	25,1	0	0	17,7	23,6

De 5 a 10 salários mínimos	8,8	6,5	8,0	7,9	0	0	8,5	6,9
Mais de 10 salários mínimos	1,3	1,4	2,0	1,3	0	0	1,5	1,4

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação dos autores.

O campo da dança no RS demonstra não haver significativa diferença de renda entre homens e mulheres, sendo percentuais do total de cada gênero por faixa de renda relativamente equivalentes, com maior concentração de pessoas de ambos os gêneros nas faixas de até dois salários mínimos. Nesse sentido, a baixa média salarial do setor da dança equipara homens e mulheres. Comparativamente a esses, entre as 11 pessoas trans respondentes, no entanto, há discrepância, pois essas ocupam apenas as faixas de até dois salários mínimos, sendo que 92,3% recebem até um salário mínimo.

O mesmo comparativo de gênero e renda na Azonasul aponta uma desigualdade considerável já nas faixas salariais mais baixas, entre homens e mulheres, com uma diferença percentual de até 10,8% na faixa salarial de até um salário mínimo, com 46,8% das mulheres respondentes aí representadas e 36% dos homens respondentes, além da totalidade de pessoas trans nessa faixa. A partir de um salário mínimo, o percentual do total de homens por faixa de renda é maior que o de mulheres, com exceção da faixa entre cinco e dez salários mínimos. Observa-se, portanto, que mesmo com a predominância de mulheres no campo da dança, em nível regional o percentual sobre o contingente total de cada gênero apresenta um cenário de desigualdade salarial atravessada pelo recorte de gênero.

Quanto à relação entre renda e grupo étnico-racial, o comparativo em nível estadual evidencia um cenário de desigualdade socioeconômica: enquanto nas faixas até dois salários o contingente de pessoas brancas da dança é o triplo de pretas e pardas, nas faixas acima de cinco salários, essa proporção eleva-se para mais de seis vezes para pessoas brancas. Quanto aos participantes autodeclarados amarelos e indígenas, a presença de ambos os grupos inexistente nas faixas salariais mais elevadas.

Tabela 13 – Porcentagem do total de respondentes no cruzamento entre cor e renda no Rio Grande do Sul

Faixa salarial	Branca (%)	Parda (%)	Preta (%)	Amarela (%)	Indígena (%)	Outra (%)
Até 1 salário mínimo	27,7	4,4	5,7	0,2	0,1	0,6
De 1 a 2 salários mínimos	22,1	3,6	2,9	0,4	0,1	0,4
De 2 a 5 salários mínimos	18,4	3,0	1,5	0,1	0	0,3

De 5 a 10 salários mínimos	5,6	0,6	0,4	0,1	0	0,1
Mais de 10 salários mínimos	1,2	0,1	0,1	0	0	0
TOTAL	75,1	11,7	10,7	0,9	0,3	1,3

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação dos autores.

Em relação a respondentes autodeclarados brancos no RS representados na faixa de até um salário mínimo (27,7%), o índice se aproxima ao da Azonasul (24,6%) e apresenta uma diferença significativa em relação ao índice de Pelotas representado na mesma faixa (17,4%), apontando uma condição socioeconômica mais elevada entre agentes da dança no município, com contingente de respondentes melhor distribuído entre as faixas salariais mais altas (Tabela 14).

Em relação a participantes autodeclarados pardos que recebem até um salário mínimo, Pelotas apresenta índice de 4,6%, Azonasul e RS, respectivamente, contam com 3,8% e 4,4%. Observamos, no entanto, que tanto Pelotas quanto a Azonasul apresentam um percentual maior que o do Estado quando se trata de respondentes pardos nas faixas salariais mais altas. Enquanto o somatório percentual das três faixas salariais abarcadas entre um e dez salários mínimos no RS é de 7,2% participantes (Tabela 13), em Pelotas, os respondentes dessas faixas somam 11,6%, e na Azonasul somam 10,7% do total de participantes (Tabela 14).

Comparando, por fim, os percentuais de pessoas pretas respondentes do Mapeamento da Dança, Pelotas e a Azonasul apresentam diferença percentual significativa em relação ao RS quando se trata de pessoas que recebem até um salário mínimo - índice local de 15,1% e 13,1% na região, frente aos 5,8% de respondentes em nível estadual. No entanto, Pelotas e Azonasul também apresentam índices maiores que os do Estado quando se trata de faixas salariais mais altas (excetuando a faixa acima de dez salários, sem respondentes pretos e pardos em toda a Azonasul). O percentual de pessoas pretas do campo da dança que recebem entre cinco e dez salários totaliza 0,4% do total de respondentes do RS, enquanto na Azonasul totaliza 0,8% e em Pelotas, 1,2% de respondentes, respectivamente o dobro e o triplo do índice estadual.

Nas faixas até dois salários, Pelotas conta com 33,7% de pessoas brancas e a Azonasul com 44,6%. Pessoas pardas representam 10,4% de respondentes em Pelotas e 9,9% de respondentes da Azonasul. E pessoas pretas representam 20,9% de respondentes de Pelotas e 16,9% da Azonasul. Nas faixas acima de cinco salários, os índices em Pelotas são de 9,3% de pessoas brancas, 2,3% de pessoas pardas e 1,2% de pessoas pretas, enquanto na Azonasul, respectivamente, essas etnias ocupam índices de 6,9%, 1,5% e 0,8% de respondentes.

Tabela 14 – Relação entre cor e renda em Pelotas e na AZONASUL

Faixa salarial	Branca (%)		Parda (%)		Preta (%)		Amarela (%)		Indígena (%)		Outra (%)	
	Pe-lotas	Azo-nasul	Pe-lotas	Azo-nasul	Pe-lotas	Azo-nasul	Pe-lotas	Azo-nasul	Pe-lotas	Azo-nasul	Pe-lotas	Azo-nasul
Até 1 salário mínimo	17,4	24,6	4,6	3,8	15,1	13,1	0	0	0	0	1,2	0,8
De 1 a 2 salários mínimos	16,3	20,0	5,8	6,2	5,8	3,8	0	0	0	0	0	0
De 2 a 5 salários mínimos	13,9	13,1	3,5	3,1	2,3	1,5	0	0	0	0	0	0
De 5 a 10 salários mínimos	8,1	5,4	2,3	1,5	1,2	0,8	0	0	0	0	1,2	0,8
Mais de 10 salários mínimos	1,2	1,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação dos autores.

Cabe destacar que dois participantes de Pelotas identificaram sua etnia como “outra”, uma na faixa salarial “até um salário mínimo” e outra na faixa “entre cinco e dez salários”, consistindo, respectivamente, índices de 0,8% de “outros” na Azonasul e 1,2% em Pelotas.

O Mapeamento da Dança e o Levantamento de Dados Culturais Municipais

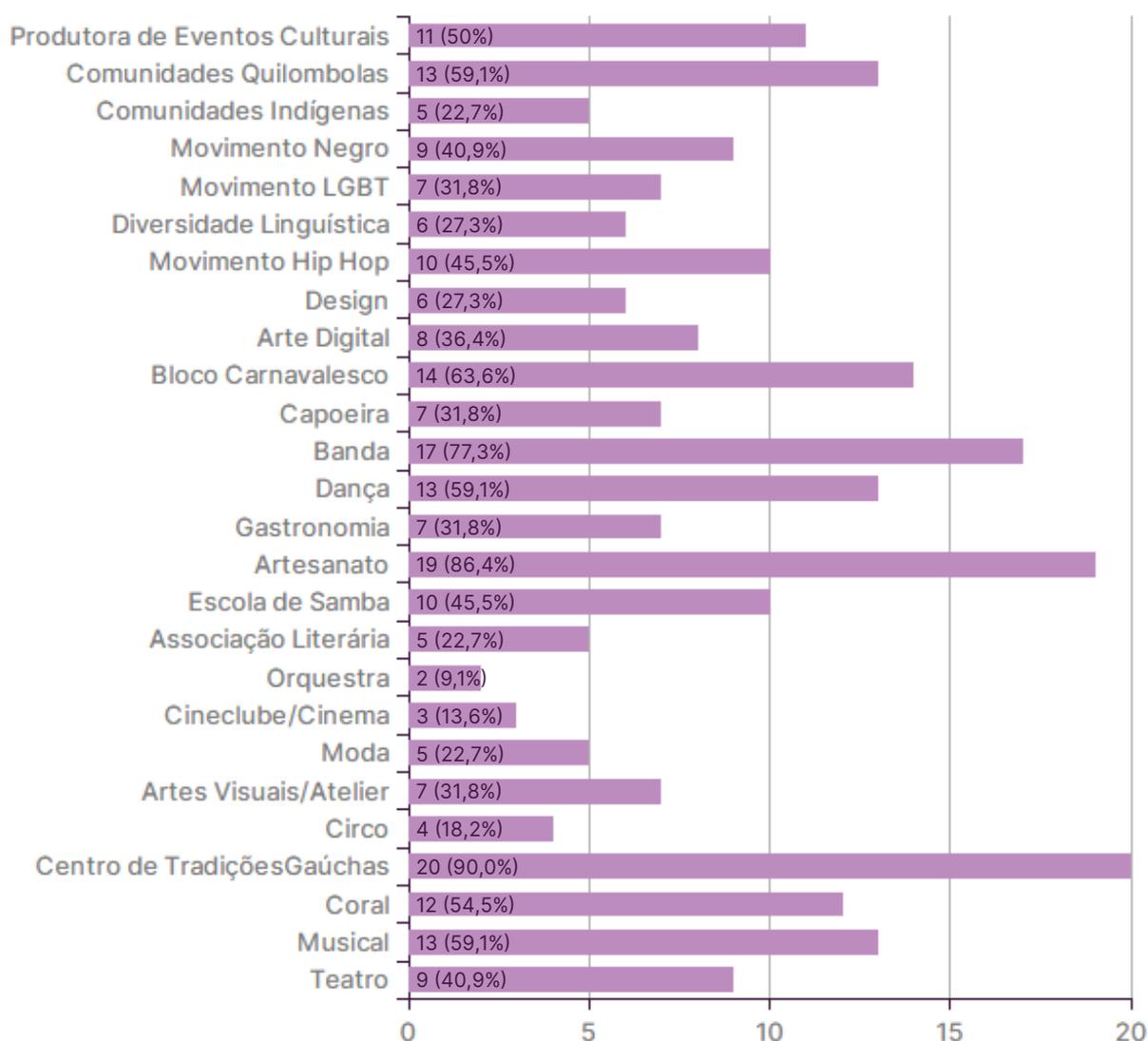
Entre abril de 2022 e junho de 2023, gestores(as) culturais dos 22 municípios integrantes da Região Funcional 5 do RS responderam ao “Levantamento de Dados Culturais Municipais Azonasul/Codic RF5”, proposto pelo Grupo de Pesquisa em Política e Produção Cultural da UFPel, em parceria com a Azonasul/Codic. Através do levantamento, buscou-se compreender a situação estrutural dos sistemas municipais de cultura, práticas e equipamentos culturais existentes, bem como a capacidade de articulação das gestões junto a outras esferas de governo ou iniciativa privada, relativa a mecanismos de financiamento e fomento do setor cultural local.

Dentre as questões desse levantamento, destacamos as que tocam diretamente o campo da dança. Por exemplo, em pelo menos 13 dos 22 municípios da Azonasul a dança está declaradamente presente pelos seus gestores, a saber: Pelotas, Rio Grande, São Lourenço do Sul, Jaguarão, Arroio

Grande, Canguçu, Santa Vitória do Palmar, Capão do Leão, Arroio do Padre, Candiota, Pedro Osório, Chuí, Herval. Como mostra o gráfico abaixo, 31,8% das gestões de cultura declararam ter tido conhecimento do Mapeamento da Dança no RS, percentual equivalente a sete municípios dos participantes residentes.

Figura 1 – Práticas Culturais nos Municípios da Azonasul

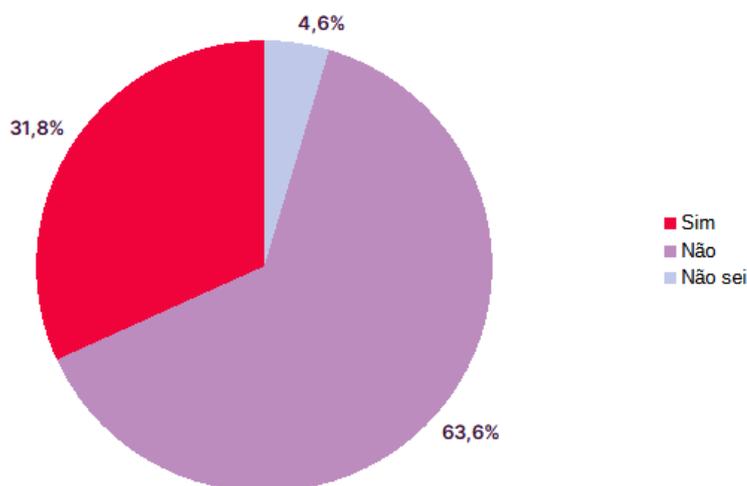
22) Existem no município as seguintes atividades e práticas culturais:
22 respostas



Fonte: Levantamento de Dados Culturais Municipais, Azonasul/Codic RF5.

Figura 2 – Conhecimento, pelas gestões municipais, do Mapeamento da Dança no RS

30) A gestão municipal tomou conhecimento do Mapeamento da Dança do RS (<https://sites.google.com/view/mapeamentodancars>)? 22 respostas



Fonte: Levantamento de Dados Culturais Municipais Azonasul/Codic RF5.

Em alguns municípios, houve participantes do Mapeamento da Dança sem que a respectiva gestão tivesse conhecimento da pesquisa. Em outros casos, gestores declararam ter tido conhecimento do mapeamento, mas os municípios não se fizeram presentes com agentes participantes. Existe, ainda assim, uma relação muito próxima entre municípios cujas gestões tomaram conhecimento do mapeamento e que estiveram efetivamente presentes com agentes participantes nos questionários. Nesse sentido, vale ressaltar novamente que, à época do Mapeamento da Dança-RS, o Codic-Azonasul encontrava-se inativo e sem coordenação, possivelmente refletindo relativa desarticulação do setor cultural no âmbito das gestões municipais. Cabe ressaltar, também, a importância da Lei Aldir Blanc (Lei 14.017/2020) e as demais, como LPG e PNAB - posteriores ao Mapeamento da Dança e ao Levantamento Azonasul) para incentivar o ingresso dos municípios nos Sistema Nacional de Cultura.

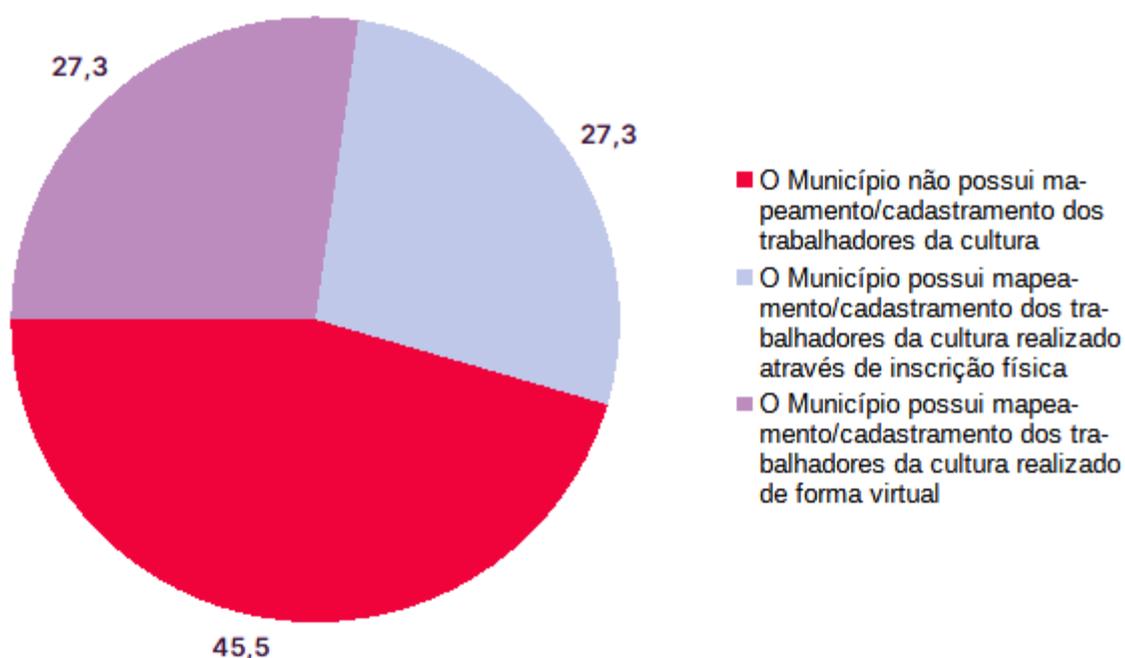
É importante mencionar que o método adotado pelo Comitê Articulação do Mapeamento da Dança RS propôs busca ativa de agentes da dança para além do contato institucional com as municipalidades, contando com uma rede de pessoas no estado inteiro, denominadas "antenas" e "subantenas", que capilarizaram o alcance da pesquisa. Dividindo-se por conjuntos menores de municípios em cada Região Funcional do Rio Grande do Sul¹⁷, foi possível captar agentes da dança para além das instâncias municipais formais.

17. Na live realizada pela Coordenação do Mapeamento da Dança no RS, realizada dia 11 de setembro de 2021, há mais informações sobre a metodologia e análise inicial de resultados da pesquisa: <https://www.facebook.com/mapeamentodancars/videos/433156701446176>. Acesso em 15 fev. 2024.

Dado importante, até então, no que se refere ao Levantamento de Dados Culturais Municipais Azonasul/Codic RF5, é o fato de mais de 45% dos municípios não possuírem nenhum tipo de mapeamento ou cadastramento do setor cultural. A falta de registro municipal nas gestões em cultura impacta nessas relações, ocasionando tanto a ausência de indicadores quanto na possibilidade de simples comunicação com agentes do setor cultural para compartilhamento de informações.

Figura 3 – Dados sobre mapeamento e cadastramento de trabalhadores culturais no levantamento AZONASUL

20) Sobre Mapeamento/Cadastramento dos Trabalhadores da Cultura
22 respostas



Fonte: Levantamento de Dados Culturais Municipais Azonasul/Codic RF5.

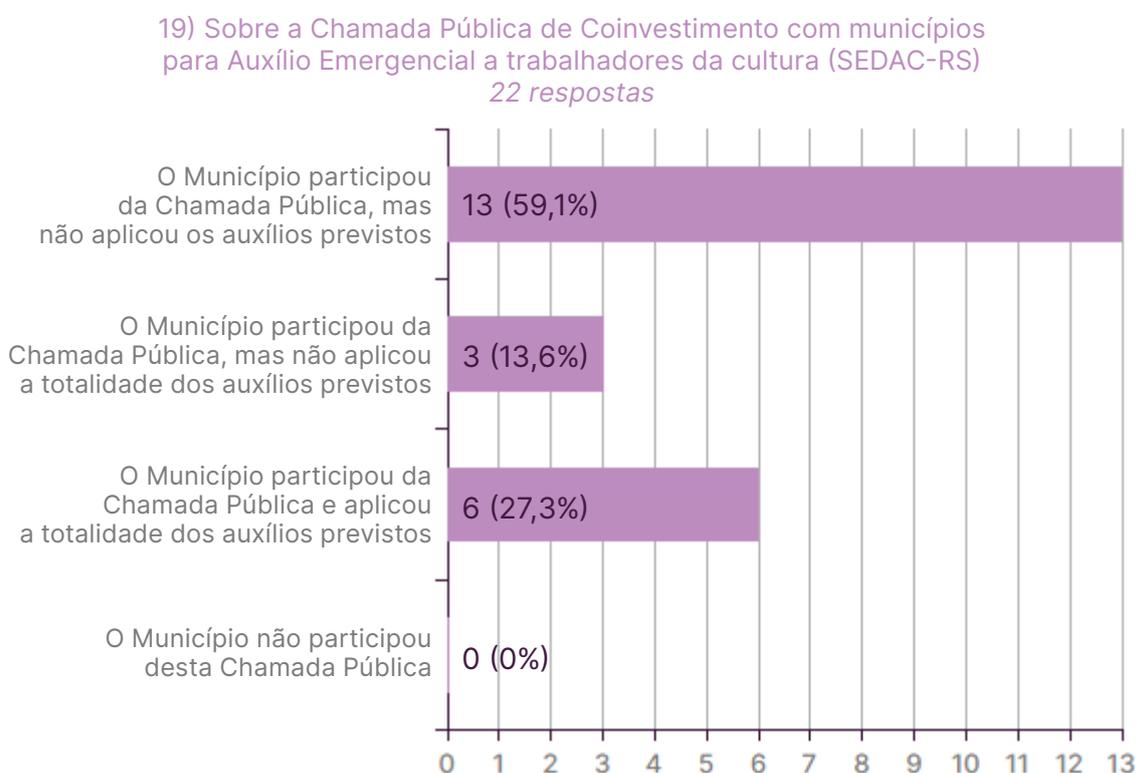
Considerando o Inciso I do Artigo 2º da Lei Aldir Blanc - Auxílio para os Trabalhadores da Cultura - é possível supor que a falta de registro, mapeamento ou cadastro de trabalhadoras e trabalhadores em todo o país tenha contribuído para a difícil comunicação com agentes culturais, possivelmente impactando no baixo número de pessoas contempladas frente aos recursos disponíveis. No Rio Grande do Sul, foram contemplados apenas 880 agentes, totalizando apenas R\$ 1,584 milhão, de um total de R\$ 30 milhões disponibilizados pela LAB para o inciso I - Auxílio Emergencial¹⁸.

Outras políticas semelhantes ao Inciso I do Artº 2 da LAB foram adotadas posteriormente pelo Governo do Estado para mitigar a baixa adesão e cadastramento de auxílios emergenciais. Surgiu, assim, a “Chamada Pública

18. <https://cultura.rs.gov.br/conferencia-lab>

de Coinvestimento com municípios para Auxílio Emergencial a trabalhadores da cultura” (Sedac-RS, 2021, online), que atingiu um número maior de agentes culturais. À época, uma questão sobre a adesão a essa chamada pública constou no Levantamento Azonasul, que revelou também a baixa adesão dos municípios da região e a dificuldade de aplicação total dos recursos. No âmbito da aplicação da Lei Aldir Blanc e os desafios relativos à avaliação de projetos culturais, mencionamos o estudo sobre os “capitais do campo da produção cultural” (Maia, 2023).

Figura 4 – Adesão dos Municípios da RF5/Azonasul à Chamada Pública de Coinvestimento para Auxílio Emergencial a trabalhadores da cultura



Fonte: Levantamento de Dados Culturais Municipais Azonasul/Codic RF5.

A Agimos - Agência de Indústria Criativa e Mobilização Social, da UFPel, busca contribuir para a maior conexão entre o setor público e os agentes culturais através da implementação do Mapa Cultural Agimos (<https://mapacultural.agimos.org.br/>). O objetivo é tornar registros, cadastros, mapeamentos, editais e comunicações mais efetivas no âmbito da Azonasul. A ação encontra-se em fase de discussão através do Laboratório Agimos/Azonasul de Políticas Culturais.

Outros aspectos da atuação profissional da dança na Azonasul

A quantidade de pessoas que atuam exclusivamente como bailarinas/bailarinos na Azonasul representa menos de um terço em comparação com o RS. Cruzando com os dados do levantamento da cultura nos municípios Azonasul, isso pode ser reflexo da ausência de equipamentos culturais, falta de sistemas de financiamento e/ou inexistência de práticas de dança, conforme informado pelos gestores. De outro lado, a quantidade de gestores públicos vinculados ao campo da dança na Azonasul é mais que o dobro da média estadual. No caso de Pelotas, 25 vezes mais do que a média RS.

Considerando participantes residentes, uma particularidade é o fato de a Azonasul apresentar contingente de coreógrafos maior do que a média RS. A atuação profissional com mais ocorrências é a de professor(a) de dança (71,5%), predominante também no cenário estadual em números percentuais aproximados. Em seguida, constam a atuação como coreógrafo(a), cujo contingente na Azonasul (68,4%) é maior que a média estadual de 56,5% e, em terceiro lugar, bailarino(a) e outras funções, com a média de 66,1%.

Tabela 15 – Atuação profissional em Pelotas, na Azonasul e no RS

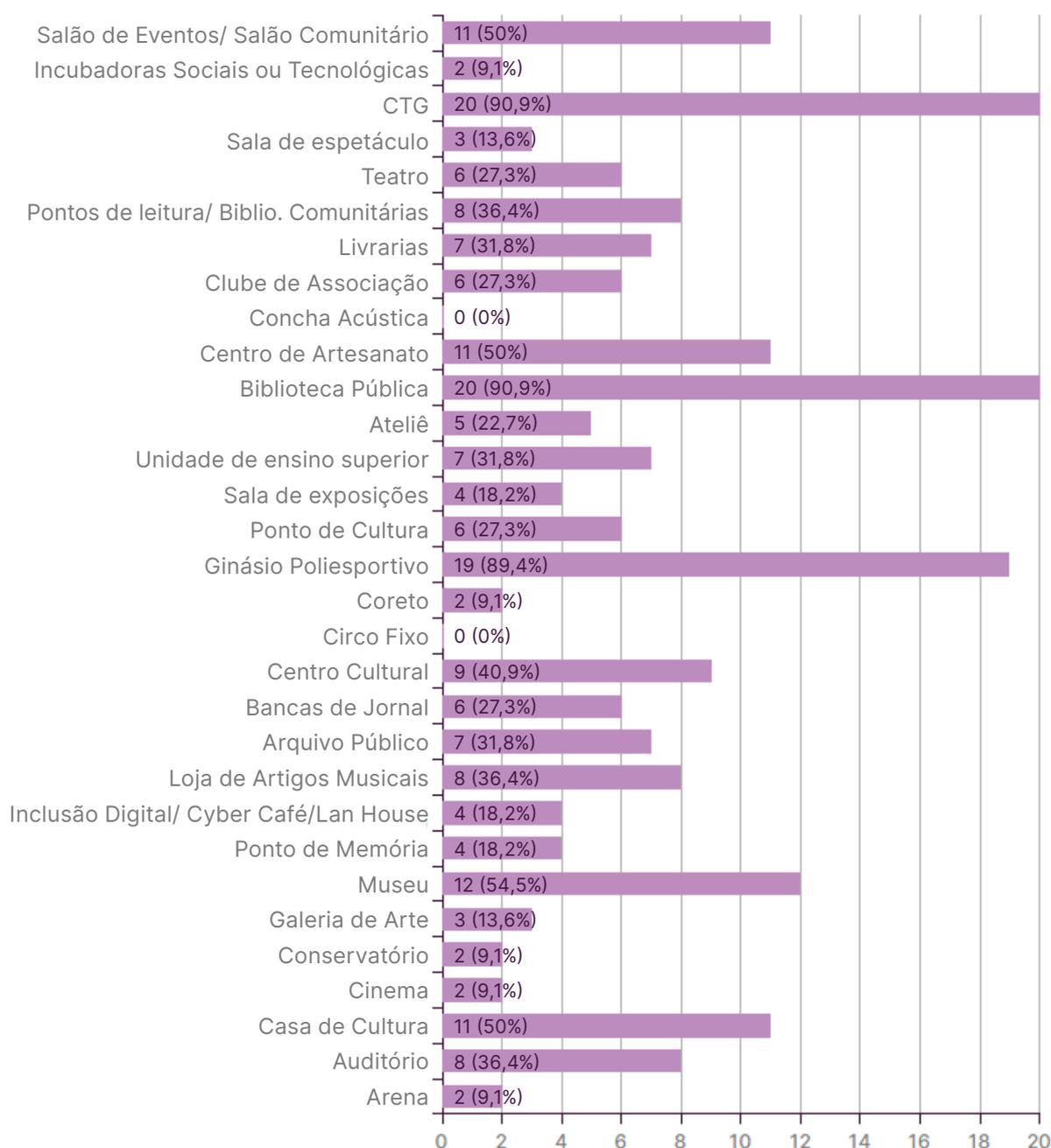
Atuação	Pelotas		Azonasul		RS	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Bailarina(o) (exclusivamente)	3	3,4	4	3,0	152	9,6
Bailarina(o) e outras funções	59	68,6	86	66,1	907	57,6
Prof./prof. ^a de dança	60	69,7	93	71,5	1078	68,5
Instrutor(a)	27	31,3	41	31,5	516	32,8
Coreógrafa(o)	58	67,4	89	68,4	889	56,5
Produtor(a)	19	22,0	29	22,3	396	25,1
Gestor(a) público(a)	2	25,5	3	2,3	17	1,0

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação dos autores.

Vale refletir que a ideia do que venha a ser bailarina ou bailarino pode apresentar conotações diversas ou diferentes conceituações. Mesmo assim, cabe destacar os baixos índices relacionados com respostas no Levantamento de Dados Culturais na Azonasul sobre equipamentos culturais tradicionalmente associados com a atuação de um bailarino ou bailarina, tais como “teatro”, “sala de espetáculo” ou mesmo “salões de eventos/salões comunitários” (Figura 5).

Figura 5 – Equipamentos Culturais na RF5/Azonasul

21) Quais dos equipamentos físicos existem no município? (marcar todos que se aplicam)
22 respostas



Fonte: Levantamento de Dados Culturais Municipais Azonasul/Codic RF5.

Para seguir a análise da atuação dos/as profissionais da dança, cruzaram-se os dados entre as questões 32 e 35 (“Como profissional da cadeia produtiva da dança, onde/com que você trabalha?” e “Qual(is) a(s) sua(s) atuação(ões) profissional(ais) como agente cultural na cadeia produtiva da dança?”, respectivamente), chegando nos índices relativos ao contingente de agentes da dança que trabalham como professoras/es. Esse cruzamento foi realizado a nível regional e estadual. Na Azonasul, de 93 professoras/es, 12 trabalham

no ensino fundamental/médio, 14 trabalham em universidade, sendo que um desses/as trabalha em ambos espaços. Assim, 25 professoras/es estão inseridas/os em espaços de ensino formal de dança, equivalente a 19,2% do total de respondentes na Azonasul. No RS, do total de 1078 professores/as de dança, 211 trabalham em ensino fundamental/médio e 71 trabalham em universidades, sendo que 14 dessas pessoas trabalham tanto em escolas como em universidades. São, portanto, 268 professores/as que trabalham no ensino formal de dança, equivalente a 17,0% do total de respondentes no RS.

A taxa significativamente mais baixa de professores(as) em espaços formais de ensino de dança pode ser lida através da existência relativamente recente das graduações em Dança no país e no RS, e da inclusão da dança no currículo escolar apenas a partir de 2016 (Lei Nº 13.278/16), estando a docência formal escolar em processo de consolidação.

Na Azonasul, 59,2% dos participantes têm 50% ou mais de sua renda proveniente da dança (Tabela 7), totalizando 77 pessoas. Dessas, 66 pessoas são professoras/es de dança (50,7%) e 55 são bailarinos(as) (42,3%). Esses índices aparecem em intersecção, pois essas atuações não raro ocorrem em paralelo.

Já entre os 23,8% de participantes com menos de 50% da renda advinda da dança, 51,6% são professores(as) de dança e 74,2% são bailarinos(as), contando com intersecção entre os índices. A maioria dos professores(as) de dança estão vinculados a escolas de dança (55,9%) e academias (31,1%).

Em relação à situação previdenciária, agentes da dança que trabalham de forma autônoma e sem pagar previdência totalizam 36,1% das respostas da Azonasul, índice maior que o estadual.

Tabela 16 – Comparativo de registro profissional entre Azonasul e RS

Resposta	Azonasul (%)	RS (%)
Sim	8,5	17
Não	91,5	83

Fonte: Mapeamento da Dança no RS, 2021. Tabulação dos autores.

Enquanto agentes da dança da Azonasul têm maior faixa do percentual de sua renda vinculada ao setor, a região apresenta índices de registro profissional muito inferiores à média estadual. Fatores como a menor presença do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões no Estado do Rio Grande do Sul (Sated-RS) na região parecem se refletir nesses dados. Isso provavelmente ocorre também em outros municípios do interior, considerando que apenas Porto Alegre concentra 131 dos 268 registros (45,8% do total).

Sínteses e encaminhamentos

A presente reflexão buscou exercitar o olhar comparativo a partir dos dados do Mapeamento da Dança no Rio Grande do Sul, através do recorte realizado junto aos dados dos municípios que compõem a Associação dos Municípios da Zona Sul do RS (Azonasul). Além disso, o cruzamento de dados com o Levantamento dos Dados Culturais dos Municípios permitiu a identificação de similaridades e contrastes do campo da dança na região e no Estado, assim como a relação entre o campo da dança e as demais áreas do setor cultural presentes no referido levantamento.

De um modo geral, cabe salientar a consistência dos dados do Mapeamento da Dança no RS quando objetos de recorte. Há equivalência, por exemplo, entre o número de municípios da região participantes na pesquisa e o número de gestões municipais que tomaram conhecimento do mapeamento. Há também relação direta entre os dados sócio-históricos da Azonasul com os contrastes em relação aos dados no Estado, sendo a localização com maior contingente de pessoas negras (pretas e pardas) no RS, assim como o maior contingente de trabalhadoras e trabalhadores negros do campo da dança. Os dados referentes à renda, por exemplo, quando confrontados aos dados de cor/etnia e escolarização, permitem afirmar que a relativa maior escolarização do setor na região ainda não exerce impacto na melhoria da renda da forma como seria esperado.

A escolaridade dos agentes da dança da Azonasul é superior à média do RS. Possivelmente fruto da presença de três universidades federais na região: UFPel, Furg e Unipampa, com atuação regional, além de universidades privadas, como UCPel de grande envergadura. É importante frisar que o primeiro curso de Dança em uma Universidade Federal na região sul do Brasil (abrangendo os três estados da região), foi criado em Pelotas -município polo da Azonasul - em 2008. Apesar da significativa escolaridade, os índices de renda não apresentam melhora significativa ou impacto positivo em relação à escolarização. Embora exista qualificação, cabem medidas que impactem na renda dos agentes, em todas as faixas de escolaridade na região.

Existem, é claro, os aspectos sócio-históricos revelados e reforçados. Não parece ser por acaso que a região onde mais pessoas pretas e pardas atuam com dança também seja a região com menor índice de renda, apesar da escolarização mais acentuada. Não parece ser por acaso que a região com menor número de pessoas que atuam exclusivamente como bailarinas e bailarinos seja também a região que ofereça poucos espaços culturais em atividade destinados à realização de espetáculos.

Considerando que a ocupação do território do Rio Grande do Sul não se deu de forma simultânea nem homogênea por todas as etnias, é importante considerar o recorte regional na aplicação das ações afirmativas. Em outras palavras, contemplar a metade sul do estado nas políticas públicas culturais é imperativo para enfrentar a desigualdade social entre as regiões,

uma vez que é na metade sul, litorânea e fronteira, onde historicamente as matrizes africanas sustentaram a economia através do trabalho escravizado e suas tecnologias relacionadas à produção do charque, do arroz e outras formas de produção.

Os dados do Mapeamento da Dança no RS, com especial ênfase na Azonasul, oferecem novos olhares sobre as políticas públicas culturais evidenciando que não basta promover apenas a publicação de editais para produção e a circulação de espetáculos. Dada a complexidade do setor e a característica profissional de seus agentes, tornam-se necessárias políticas setoriais mais abrangentes, tais como o financiamento ou subsídio para espaços formativos, de ensaio e de espetáculos, a implementação de equipamentos culturais públicos com iluminação, sonorização e cenotécnica, a valorização da profissionalização e formação, a complementação de renda dos agentes atuantes no setor e o subsídio ao deslocamento de profissionais que atuam em várias localidades e municípios. Muitos profissionais arcam com despesas básicas que diminuem sua renda devido aos custos de locação, transporte, divulgação de seus trabalhos, entre outros diversos fatores.

Cabe destacar, por fim, a potencialidade do setor da dança na elevação dos índices de renda, de equidade racial e de gênero na região e do Estado. Os dados do Mapeamento da Dança no RS, vislumbrados sob prismas regionais, auxiliam a compreender que as políticas culturais são políticas sociais que tendem a ter impactos positivos no desenvolvimento econômico sustentável, com reflexos em toda a sociedade.

Referências bibliográficas:

BRASIL. 2016. Lei nº 13.278, de 2 de maio de 20106 . Altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13278.htm. Acesso em: 15 fev. 2024.

BRASIL. 2023. Em 2022, mercado de trabalho e Auxílio Brasil permitem recuperação dos rendimentos. Agência IBGE, 11 maio 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/36857-em-2022-mercado-de-trabalho-e-auxilio-brasil-permitem-recuperacao-dos-rendimentos#:~:text=Os%20dados%20s%C3%A3o%20da%20Pesquisa,in%C3%ADcio%20da%20s%C3%A9rie%2C%20em%202012>. Acesso em: 15 fev. 2024.

Brasil de Fato, 2021. Online. Mapeamento da Dança apresenta resultados preliminares do levantamento. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/10/mapeamento-da-danca-apresenta-resultados-preliminares-do-levantamento>

CALABRE, Lia. **Políticas públicas e indicadores culturais:** algumas questões. In: Encontro de estudos multidisciplinares em cultura (Enecult), , v. 5, p. 19406-1,

2009. Disponível em <http://cult.ufba.br/enecult2009/19406-1.pdf>. Acesso em: 31 out. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama do Censo 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em 15 fev. 2024.

JAPIASSU, Lena e MACHADO, Patrícia. **Debates legislativos acerca da dignidade do exercício profissional da dança**. Jornal Plural, 2023. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/debates-legislativos-acerca-da-dignidade-do-exercicio-profissional-da-danca/>

MAIA, Leandro. 2023. **Longe demais dos capitais: critérios de avaliação de projetos culturais e políticas públicas**. Revista Cena, Porto Alegre v. 23, n. 40, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/cena/article/view/129407/88314>. Acesso em 29 fev. 2024.

Mapeamento da Dança no RS. 2021. Online. Disponível em: <https://sites.google.com/view/mapeamentodancars>

Mapeamento e Políticas Culturais: Leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc 2. Plataforma UFPel Cultura, 2022. Online. Disponível em: <https://bbbacad-balancer.ufpel.edu.br/playback/presentation/2.3/651e380d80b21e3498bc1266c25e3bfab1674a87-1668118948557>

MATOS, Lúcia; NUSSBAUMER, Gisele (coord.), 2016. **Mapeamento da dança: diagnóstico da dança em oito capitais de cinco regiões do Brasil**. Salvador: UFBA, Disponível em: <https://www.mapeamentonacionaldadanca.com.br/wp-content/uploads/2016/08/Relatorio-Mapeamento-Resultado.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2024.

PELOTAS. Lei nº 7.048, de 5 de maio de 2022. Institui o Plano Municipal de Cultura no âmbito do Município de Pelotas, e dá outras providências. Disponível em <https://www.pelotas.com.br/teste/cultura/plano-municipal-cultura>. Acesso em: 31 out. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. 2014. Portaria Sedac N. 29, de 1º de julho de 2014. Publica o Plano Setorial de Dança do Rio Grande do Sul. Diário Oficial, 3 jul. 2014, p. 100. Disponível em: <https://cultura.rs.gov.br/upload/arquivos/carga20191138/10093847-plano-setorial-danca-2014.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. 2011. Portaria Nº 58 de 21 de outubro de 2011. Dispõe sobre a instituição do Colegiado Setorial de Dança do Rio Grande do Sul. Diário Oficial, 21 out. 2011, p. 54. Disponível em: <https://www.diariooficial.rs.gov.br/diario?td=-DOE&dt=2011-10-21&pg=54>. Acesso em: 15 fev. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. 2021. Sedac lança Chamada Pública de Coinvestimento com municípios para Auxílio Emergencial a trabalhadores da cultura. Ascom-Sedac, 30 jun. 2021. Disponível em: <https://cultura.rs.gov.br/sedac-lanca-chamada-publica-de-coinvestimento-com-municipios-para-auxilio-emergencial-a-trabalhadores-da-cultura>. Acesso em: 15 fev. 2024.

**SOBRE
AS/OS
AUTORAS/ES**

Bruna Moreira De Oliveira

Graduada em Filosofia pela UFPel. Graduanda no curso de Licenciatura em Dança/UFPel, bolsista CNPq – atualmente Fapergs – vinculada ao projeto Produção e Políticas Culturais: Formulação e Acompanhamento do Plano de Cultura de Pelotas. Na dança, atua como intérprete-criadora, oficinaira e desenvolve produções independentes em videodança. Integrou o Grupo Estímulo, a Ímpar Cia. de Dança, o Centro Contemporâneo Berê F. Souto e atualmente integra o Grupo Tatá de Dança-Teatro. Atua na Usina Feminista e compõe a articulação do Fórum Popular Permanente de Cultura de Pelotas.
<http://lattes.cnpq.br/6087975604039491>

Carmen Anita Hoffmann

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1980), com formação especial do currículo do ensino de segundo grau - Esquema I. Tem larga e contínua experiência em dança e produção artístico-cultural. Especialista em Ciência do Movimento Humano com ênfase em Dança na Unicruz. Mestre e doutora em História Ibero-Americana pela PUC/RS. Professora do Curso de Dança-Licenciatura e professora permanente no Programa de Mestrado em Artes da UFPel. Responsável pela Coordenação de Tutores do CLHD UAB/UFPel. Coordenadora do Festival Internacional de Folclore e Artes Populares de Pelotas (Fifap) e do projeto de pesquisa Aspectos Históricos da Dança no Rio Grande do Sul. Foi coordenadora e professora do primeiro curso superior de Dança do RS na Universidade de Cruz Alta (Unicruz). Dirigiu o Grupo de Danças Chaleira Preta e participou de diversos eventos nacionais e internacionais (França, Itália, Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai, Áustria, Hungria, entre outros). Integra o grupo de pesquisa: Omega (Observatório de Memória, Educação, Gênero e Arte) da UFPel.

<https://lattes.cnpq.br/2753343798582334>

Diego Mac (Diego Machado)

Diego Mac é diretor de dança, videoartista, artista 3D, produtor cultural. Doutorando em Artes Cênicas (UFRGS). Graduado em Dança (Ulbra). Mestre (UFRGS) e especialista (Feevale) em Poéticas Visuais. Atualmente, dedica-se à criação artística baseada no hibridismo entre dança e animação/simulação 3D, blockchains, metaversos e NFTs. Suas criações participaram de mais de 30 eventos no Canadá, EUA, Itália, México, Espanha, Brasil, Argentina, Paraguai, Japão, Alemanha, Indonésia, Uruguai, com curadoria de Art&Vault, Artcrush, SpaceMontage, Transient Labs, Artpacks, HUG, A2 Accelerate Art e Sônica. Selecionado para o NFT.NYC, recebeu o Prêmio Açorianos de Dança 2022 como Personalidade do Ano pelo trabalho inovador em dança 3D e recebeu o Prêmio Trajetórias Culturais por sua carreira. Selecionado para a

NFC 2023 para circulação por dez cidades europeias. Artista do leilão digital da tradicional casa de leilões italiana Pandolfini. Integrou a programação do File – Festival, da Bienal de Arte Digital, e do Danc3Tech – Seminário de Dança e Tecnologia UFRGS/UFRJ.

<https://linktr.ee/diego.mac>

<http://lattes.cnpq.br/6081639366841315>

Leandro Ernesto Maia

Cantor e compositor. Professor do Centro de Artes da UFPel, é também ativista cultural e pesquisador PhD em Música pela Bath Spa University (Reino Unido), Mestre em Literatura Brasileira (UFRGS) e Licenciado em Música (UFRGS). Coordenador do Grupo de Pesquisa em Produção e Políticas Culturais e da Agência de Indústria Criativa e Mobilização Social (UFPel). No âmbito da produção artística e composição de canções é parceiro de artistas como André Mehmar, Jerônimo Jardim, Marcelo Delacroix, Álvaro Rosacosta, Simone Rasslan, Ronald Augusto e Vitor Ramil. Possui quatro discos autorais lançados e participações em diversos trabalhos e coletâneas no Brasil e na Costa Rica. Compõe para teatro, dança e audiovisual, incluindo filmes de animação no exterior. Vencedor do Prêmio Ibermúsicas de Composición de Canción Popular concedido pela Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Recebeu cinco Prêmio Açorianos de Música (Grupo MPB/Café Acústico, 1999 e 2000), Revelação (disco *Palavreiro*, 2008), Melhor Disco Infantil (*Mandinho*, 2012) e Melhor Intérprete MPB (disco *Suíte, Maria Bonita e Outras Veredas*, 2014), além de indicações como compositor (*Suíte*), espetáculo (*Suíte e Mandinho*) e disco (*Suíte*). Também recebeu dois Prêmios Brasil-Sul de Música como melhor álbum e intérprete (*Mandinho*). Em 2020, lançou o filme *Paisagens*, com direção de Juliano Ambrosini e Nando Rossa (Bumbá). Autor de diversos artigos e capítulos publicados; em 2021 publicou o livro *Quereres de Caetano: da canção à Canção*. Atualmente dedica-se à circulação do espetáculo *Guaiepeca*, vinculado ao álbum lançado em LP.

<https://www.leandromaia.com.br/>

<http://lattes.cnpq.br/9840534763456277>

Luciana Paludo

Bailarina, coreógrafa e pesquisadora, professora do curso de Licenciatura em Dança e do PPGAC da UFRGS. Atualmente é coordenadora da comissão de graduação (Comgrad) Dança, na UFRGS. Fundadora e diretora do Mimese Cia. de Dança-Coisa, desde 2002. Em suas pesquisas, sempre problematizou o campo da dança, em interfaces com a linguagem e a comunicação, na especialização; com as Artes Visuais, no mestrado e com a Educação, no doutorado. Trabalha em colaboração com artistas da cena contemporânea e desenvolve trabalhos solo desde 1998. Graduada em Dança (bacharelado

e licenciatura) pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Fundação Teatro Guaíra (1990). Especialista em Linguagem e Comunicação – Unicruz (2003). Mestre em Artes Visuais – UFRGS (2006). Doutora em Educação – UFRGS (2015). Foi professora da Universidade de Cruz Alta, no Curso de Licenciatura em Dança (2000-2008); da Licenciatura em Dança da Ulbra (2009-2011); da Especialização em Dança PUCRS (2003-2010). Participou como intérprete-criadora em diversos espetáculos e eventos.

<http://lattes.cnpq.br/3452193790685332>

Magda Amabile Biazus Carpeggiani Bellini

Graduada em Licenciatura Plena em Educação Artística pela Universidade de Caxias do Sul (1992). Graduada em Educação Física pela Universidade de Caxias do Sul (2019). Graduada em Licenciatura em Dança pela Universidade de Caxias do Sul (2023). Especialista em Bioética pela Universidade de Caxias do Sul (2021). Especialista em Linguagem e Poética da Dança pela Universidade de Blumenau (2022). Mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000). Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007). Bailarina profissional – professora e ensaiadora do Grupo Raízes/Caxias do Sul (1983-1992). Artista-bailarina-professora-coreógrafa e ensaiadora pela Associação dos Profissionais de Dança da Cidade (1987). Atualmente coordena o curso de Licenciatura em Dança da Universidade de Caxias do Sul e o Comitê de Ética em Pesquisa para Seres Humanos dessa mesma universidade.

<http://lattes.cnpq.br/6053048891984485>

Maria Fonseca Falkembach

Artista e professora do Curso de Dança – Licenciatura da UFPel. Doutora em Educação (UFRGS). Mestre em Teatro (Udesc). Graduada em Artes Cênicas (UFRGS). De 1996 a 2008, atuou como bailarina e atriz em Porto Alegre, em diversos trabalhos cênicos. Radicada em Pelotas desde 2009, quando fundou o Tatá – Núcleo de Dança-Teatro, no qual atua como coordenadora, coreógrafa, dramaturga, diretora e desenvolve pesquisa que articula as artes da cena e a educação. Nos últimos anos, seus trabalhos artísticos, em colaboração com diferentes artistas, nos quais atua em diversas funções (direção, dramaturga, atriz, bailarina, coreógrafa, performer), têm diferentes formatos: dança, teatro, show, performance, websérie e audiovisual. É autora de livros e artigos na área das artes da cena, em articulação com a educação e atualmente circula com o espetáculo *BITCH*, com direção de Alexandra Dias.

<https://dramaturgiadocorpo.blogspot.com/>

<http://lattes.cnpq.br/3998116807262286>

Sabrina Marques Manzke

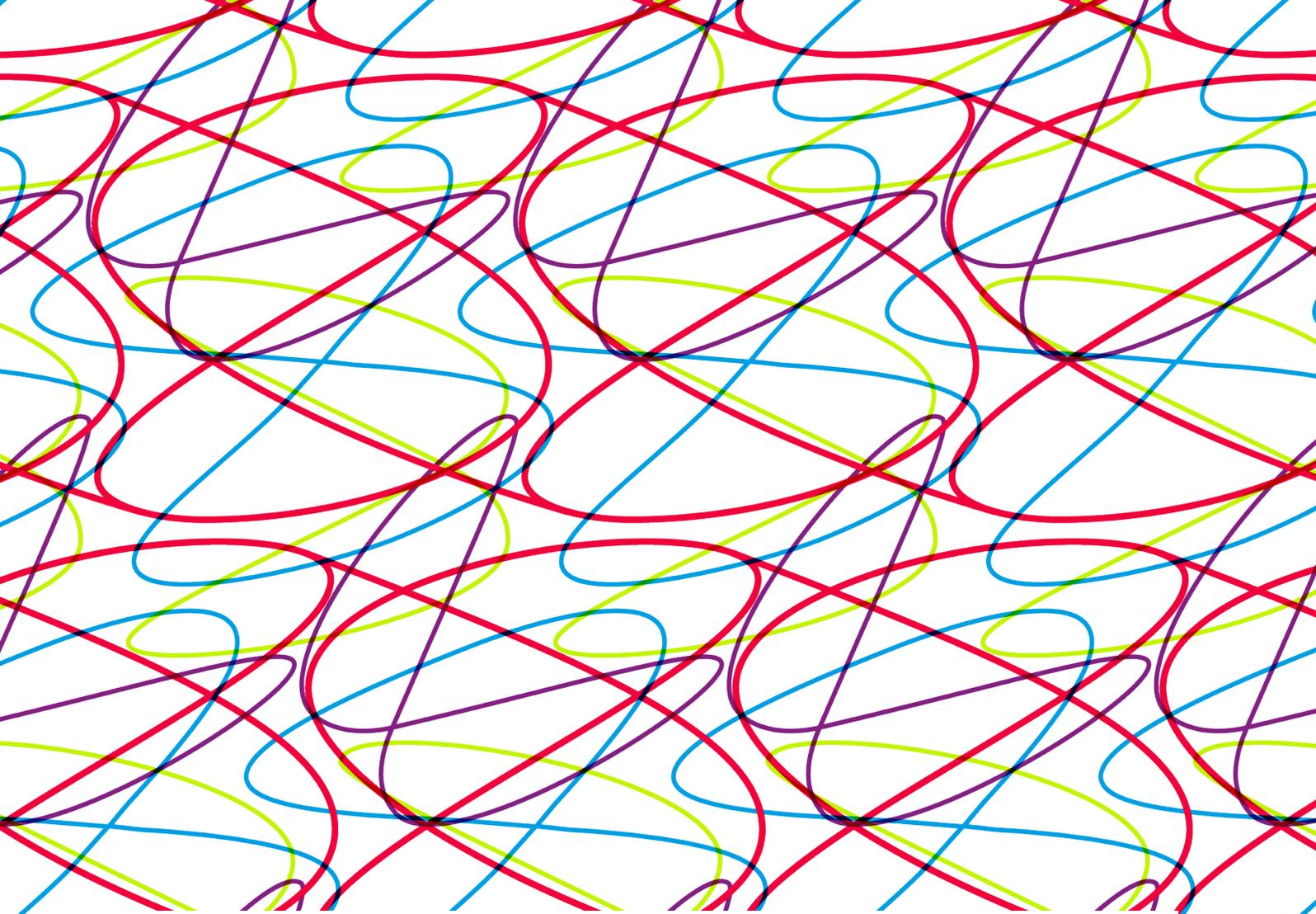
Doutoranda e mestre em Antropologia (2016). Especialista em Artes, com ênfase em Patrimônio Cultural (2012) pela Universidade Federal de Pelotas. Licenciada em Dança pela Universidade de Caxias do Sul (2023). Bailarina, artista popular. Professora do curso de Dança Licenciatura da UCS. Pesquisadora em dança e antropologia, com trabalhos desenvolvidos nas áreas da Antropologia da Dança, antropologia do corpo, corporeidade, estudos do corpo, patrimônio cultural imaterial, manifestações populares e folclore. Possui formação no Método Bertazzo de Reeducação do Movimento (2019). Com a aproximação no curso de Dança da Universidade Federal de Pelotas, começa a estudar dança moderna com suas diferentes técnicas, além de dança contemporânea. Fez parte da Abambaé Companhia de Danças Brasileiras (2009 a 2016) de Pelotas e atualmente participa do Grupo Zingado de Caxias do Sul, dedicado a levar ao palco as manifestações e folguedos populares do Brasil.

<https://lattes.cnpq.br/1597818651836729>

Tarson Núñez

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Ciência Política. Graduado em Licenciatura em História pela mesma universidade. Pesquisador associado do Observatório das Metrôpoles. Membro do Governance Board de People Powered, Associação Internacional pela Democracia Participativa. Tem experiência prática profissional na área de Gestão Pública e assessoria a movimentos sociais na área sindical e junto a movimentos sociais urbanos. Foi assessor da CUT-RS, assessor parlamentar na Assembleia Legislativa do RS, coordenador do Gabinete de Planejamento da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (1993), diretor do Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano da Secretaria de Planejamento do estado do RS (2000/2002) e coordenador da Assessoria de Cooperação e Relações Internacionais do Gabinete do Governador do RS (2011/2014). Atuou como consultor do Programa de Gestão Urbana para a América Latina e o Caribe da UN-Habitat e em projetos para o Banco Mundial, para a University College, de Londres e para a FAO. Atuação acadêmica e profissional focada nos seguintes temas: democracia, participação cidadã, relações internacionais, economia criativa, indústria cultural, movimentos sociais, políticas públicas, participação popular na gestão pública, orçamento participativo, greves e história da América Latina. Atualmente atua como analista pesquisador em Ciência Política na Fundação de Economia e Estatística (FEE) do RS.

<http://lattes.cnpq.br/2306901953312132>



apoio:

.RSCRIATIVO

financiamento:



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA CULTURA